



energias do brasil

EDP - Energias do Brasil S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 03.983.431/0001-03



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2008

MENSAGEM DO DIRETOR-PRESIDENTE

O ano de 2008 foi marcado por avanços significativos na estratégia da EDP Energias do Brasil de se consolidar como um operador integrado de energia elétrica, com portfólio de negócios equilibrado entre as áreas de distribuição, comercialização e geração de eletricidade e com uma atuação sustentável em todas as dimensões da sua atividade.

As ações adotadas com esse propósito foram claras e objetivas: concluímos uma operação de troca de ativos com o Grupo Rede que permitiu aceder ao controle acionário das empresas que administram o Aproveitamento Hidrelétrico Luís Eduardo Magalhães (usina de Lajeado), em Tocantins, acrescentando 653 MW à nossa capacidade instalada, e mantivemos vivo o compromisso com a sustentabilidade - conceito que norteia as ações da Empresa -, em particular, ao explicitarmos um grande reforço da área de energias renováveis complementares (PCHs, biomassa e parques eólicos) e ao operacionalizarmos o Instituto EDP como veículo de excelência para a nossa atuação social e ambiental.

A estratégia da nossa companhia passa por se transformar numa referência do mercado brasileiro de energias renováveis complementares, seguindo, aliás, um caminho que vem sendo percorrido com assinalável sucesso pelo Grupo EDP, o quarto produtor mundial de energia eólica. Em 2008, o Grupo iniciou a sua expansão no mercado eólico brasileiro com a aquisição de 100% da Central Nacional de Energia Eólica S.A. (Cenaeel), detentora de dois parques eólicos em operação em Santa Catarina (13,8 MW de capacidade instalada e 70 MW em projetos de expansão).

A adoção de políticas social e ambientalmente responsáveis decorre da certeza que temos de que a busca pelo lucro e pelo desempenho econômico são claramente compatíveis com o respeito à preservação de condições sócio-ambientais que garantam o desenvolvimento sustentável da sociedade em que nos inserimos. Não foram outros os motivos que levaram a BM&F Bovespa, pelo terceiro ano consecutivo, a manter na carteira do seu Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) as ações de uma Companhia, que, em 2007, já havia aderido ao Global Compact e criado, de forma pioneira, o Instituto EDP Energias do Brasil, financiado a partir da venda de créditos de carbono.

A nossa orientação estratégica para desenvolver fontes de energia renovável não nos afasta, porém, da avaliação criteriosa do cenário atual da matriz energética brasileira, que se caracteriza pela incontornável necessidade de uma adequada componente termelétrica. Nesse contexto, e em atendimento às necessidades do País de ampliar sua capacidade energética para garantir de forma segura o crescimento econômico, iniciamos em 2008 as obras da termelétrica Porto do Pecém (CE), usina a carvão mineral que acrescentará 360 MW à nossa capacidade instalada. A utilização do carvão mineral não representa uma inversão de rumos nem a negação dos valores e propostas da EDP Energias do Brasil em seguir o caminho da sustentabilidade. O know-how e experiência do Grupo EDP e a sua capacidade de pesquisa e utilização de novas tecnologias asseguraram que esta termelétrica seja dotada de sistemas e de processos de alta eficiência na remoção de poluentes.

A crise financeira que marcou o contexto mundial no final de 2008 teve, e tem, reflexos diretos na economia brasileira. Afinal, vivemos num mundo onde os negócios são globalizados, com conexões e complexidades econômicas nunca vistas. A EDP Energias do Brasil sempre pautou sua atuação por uma política de criação de valor para os acionistas, com elevado padrão em governança corporativa, o que envolve manter sob estrito controle os riscos de mercado, financeiros, jurídicos e operacionais. Assim, os investimentos previstos para 2008 não sofreram graves reveses e nossa previsão é manter o plano de investimento de 2009, que inclui cinco projetos na área de geração; o prosseguimento das obras da Usina Termelétrica Porto do Pecém (CE), a conclusão das obras da PCH Santa Fé (ES) e o início da repotenciação das hidrelétricas Rio Bonito (ES), Suíça (ES) e Mascarenhas (ES). Na área da distribuição, continuaremos a realizar os aportes necessários à expansão e modernização das redes elétricas que operamos.

A consecução dessas metas está diretamente associada ao entendimento de que a nova realidade econômica mudou o mundo - principalmente o mundo corporativo. Acreditamos que o problema não se resume apenas a uma escassez conjuntural de crédito no mercado, mas assume aspectos de alteração estrutural que deverão nos conduzir a um novo paradigma. Com essa convicção, lançamos em dezembro de 2008 um programa de reestruturação que visa a preparar a EDP Energias do Brasil para um novo ciclo de desenvolvimento, num contexto que acreditamos será marcado por um menor ritmo de crescimento da economia e por um ambiente restritivo de crédito. De caráter interno, esse programa será um catalisador para acelerar o nosso crescimento, para reforçar a eficiência e agilidade da nossa Empresa e para provocar uma mudança cultural e de comportamentos que nos torne ainda mais fortes e competitivos. Os três pilares que desde sempre embasaram a nossa estratégia - crescimento orientado, eficiência superior e risco controlado - mostram-se completamente adequados à nova situação que estamos vivendo. Somos uma Empresa que gera caixa com um adequado nível de estabilidade e que definiu como foco de crescimento o desenvolvimento de projetos de pequeno e médio porte, que garantem flexibilidade na reorientação dos investimentos, permitindo-nos ultrapassar, com vantagem, a presente conjuntura. O momento atual exige um nível superior de prudência e de avaliação de riscos. Teremos acrescida cautela na seleção de projetos e de investimentos futuros, e prosseguiremos uma busca cada vez mais obsessiva pela melhoria da eficiência operacional. Em 2008, os custos gerenciais (excluindo depreciação e amortização) da Empresa reduziram 12,3% em relação a 2007, o que representou uma economia de R\$ 117,5 milhões nesta rubrica. Em 2009, queremos continuar este trabalho.

Nossos resultados mostram que estamos no caminho certo. No exercício que agora reportamos, o EBITDA consolidado totalizou R\$ 1,36 bilhões, verificando-se um aumento de 21,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. A margem EBITDA consolidada aumentou 3,0 p.p., atingindo o patamar de 27,8%.

Sabemos que as realizações de 2008 só foram possíveis graças à adesão incondicional dos nossos colaboradores ao projeto estratégico da Empresa. Gostaria de deixar registrada uma palavra de agradecimento e reconhecimento pelo esforço, dedicação e profissionalismo colocado em tudo o que fizemos em 2008. Gostaria também de estender explicitamente este agradecimento a todos os colaboradores da Enersul, distribuidora que deixou de integrar o Grupo EDP, na sequência da troca de ativos com o Grupo Rede. Acreditamos que o Brasil apresenta todas as condições para prosseguir no seu rumo de forte desenvolvimento e de continuado progresso na melhoria da qualidade de vida de toda a sua população. O setor energético é um dos pilares fundamentais para esse desenvolvimento, que se pretende, simultaneamente, sustentado e sustentável. A EDP Energias do Brasil está preparada para contribuir para a concretização desse objetivo. Estaremos sempre na primeira linha das empresas que participam ativamente do esforço de se encontrar as melhores soluções para o setor e para o País.

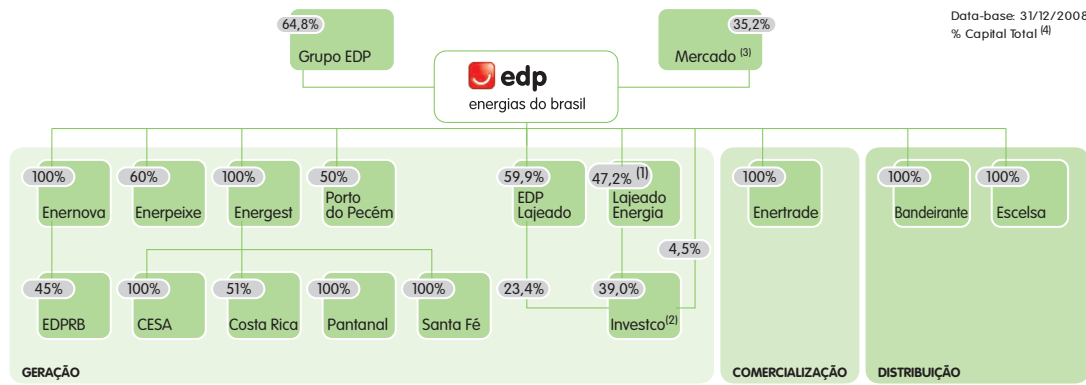
Continuaremos a trabalhar com todas as partes interessadas para tornar os nossos objetivos realidade. Com os nossos acionistas o nosso compromisso é o de continuar a melhorar os resultados econômicos, reforçando a confiança na Empresa e no seu futuro. Com os nossos Colaboradores, pretendemos continuar a construir uma Organização onde aprendemos e ensinamos diariamente, e da qual muito nos orgulhamos. Com os nossos Parceiros, queremos continuar a desenvolver projetos criadores de valor. Para os nossos Clientes, queremos reforçar a excelência do nosso serviço e o nível de satisfação. Nas Comunidades onde estamos presentes queremos continuar contribuindo para o seu desenvolvimento sócio-ambiental.

Em suma, queremos prosseguir na construção de uma Empresa mais sólida e competitiva, de uma Sociedade mais justa e responsável e de um Ambiente mais equilibrado e sustentável. Esse é o nosso desafio. Esse é o nosso compromisso.

Antônio Pita de Abreu
Diretor-presidente

ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO

A EDP Energias do Brasil é uma holding que detém investimentos no setor de energia, consolidando ativos de geração, distribuição e comercialização em seis estados: São Paulo, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Ceará e Santa Catarina. Controlada pela EDP Energias de Portugal, uma das maiores operadoras européias no setor energético, a EDP Energias do Brasil abriu seu capital no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo, em julho de 2005, aderindo aos mais elevados padrões de governança corporativa. O organograma a seguir sintetiza a atual estrutura do Grupo:



Notas:
(1) Representa 47,2% de participação direta pela Energias do Brasil, acrescida de 6,5% equivalente à participação indireta da Energias do Brasil através da Tocantins Energia.
(2) A EDP Lajeado e a Lajeado Energia detêm participação em conjunto de 73,00% no Capital Total e 62,40% no Capital Total da Investco.
(3) Inclui 15.780.225 ações em tesouraria.
(4) Considera o cancelamento de 6.211.400 ações, sem alteração do valor do capital social, que passa a ser representado por 158.805.2004 ações ordinárias.

CENÁRIO MACROECONÔMICO E O SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA

A economia brasileira no ano de 2008 foi marcada por dois momentos distintos. Até setembro de 2008, o PIB apresentava crescimento de 6,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, impulsionado pelo aumento da demanda interna e pelas exportações, o que trouxe impacto sobre controle da trajetória da inflação. Diante desse cenário, durante o mesmo período o Banco Central aumentou a taxa básica de juros (Selic) de 11,25% para 13,75%.

O segundo momento foi marcado pela desaceleração da atividade econômica nos últimos três meses do ano, como consequência da crise financeira ocorrida principalmente nos EUA e outros importantes países do mundo. No Brasil, houve a redução das linhas de crédito e empréstimos bancários com aumento do custo de financiamento, desvalorização cambial e aumento do risco Brasil, restringindo o crescimento da economia e a atividade industrial. Com objetivo de atenuar os efeitos da crise mundial sobre a economia brasileira, em sua primeira reunião de 2009, o Banco Central do Brasil reduziu a taxa Selic em 1 ponto percentual, levando a taxa para 12,75% ao ano.

Consumo de Energia

Em 2008, o balanço do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) mostrou crescimento de 2,8% da carga de energia elétrica em 2008 em comparação a 2007. Apesar da forte expansão do PIB até setembro de 2008, a carga de energia elétrica não apresentou a mesma intensidade, influenciada principalmente pelo subsistema Sudeste/Centro-Oeste, que enfrentou temperaturas mais baixas durante o período.

Devido ao agravamento da crise financeira internacional no último trimestre de 2008, o crescimento da carga também foi negativamente impactado, pois diante de um cenário de aumento de incertezas e créditos mais caros, os setores produtivos anteciparam a concessão de férias coletivas e realizaram paradas técnicas não programadas.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Reajustes Tarifários

Escelsa - Em reunião pública ocorrida em 05 de agosto de 2008, a Aneel aprovou o reajuste médio das tarifas da Escelsa em 12,17% para o período de agosto/08 a julho/09. Considerando os ajustes financeiros associados à recuperação relativa a períodos passados, o reajuste tarifário médio efetivo nas faturas de energia elétrica foi de 7,13%.

Neste reajuste tarifário estão considerados os efeitos das alterações efetuadas na 4ª Revisão Tarifária Periódica de agosto de 2007, que passou de -6,92% para -4,90%, em decorrência de ajustes nos valores de Perdas Irrecuperáveis e cobertura tarifária para os consumidores da subclasse residencial Baixa Renda, bem como do recálculo do Fator X, que passou de 1,45% para 2,03%. Cabe ressaltar que os resultados da 4ª Revisão Tarifária Periódica da Escelsa permanecem provisórios.

Bandeirante - Em reunião pública ocorrida em 21 de outubro de 2008, a Aneel aprovou o reajuste médio das tarifas da Bandeirante em 14,48% para o período de outubro/08 a setembro/09. Considerando os ajustes financeiros associados à recuperação relativa a períodos passados, o reajuste tarifário médio efetivo nas faturas de energia elétrica foi de 15,14%.

Leilões

Em 2008, foram realizados os leilões de energia das usinas hidrelétricas do rio Madeira, Santo Antônio e Jirau, que quando concluídas adicionarão 6.450 MW à capacidade instalada do país.

Adicionalmente, foram realizados leilões de energia nova A-3 e A-5 (com prazos de entrega de 3 e 5 anos, respectivamente), direcionados a novos empreendimentos de geração, de ampliação de usinas existentes e de importação de energia. Estes últimos tiveram presença predominante de usinas a óleo combustível.

Outro evento relevante do ano foi o primeiro leilão de biomassa, principalmente por iniciar uma nova modalidade de energia: a energia de reserva. Nessa forma de contratação, a energia é comprada pelo sistema, como meio de garantir relativo superávit entre consumo previsto e capacidade firme de geração, criando uma espécie de hedge contra secas severas, bem como contra o atraso no cronograma de obras de projetos cuja energia é vendida diretamente às distribuidoras.

ALTERAÇÕES DE NATUREZA SOCIETÁRIA

Enernova - Em 26 de fevereiro de 2008, a EDP Energias do Brasil comunicou a criação da Enernova, uma nova unidade de negócios que reunirá os empreendimentos do Grupo no campo das energias renováveis (pequenas centrais hidrelétricas - PCHs, biomassa e parques eólicos) na América do Sul.

EDP Renováveis Brasil - Em 12 de junho de 2008, a EDP Energias do Brasil anunciou a criação da EDP Renováveis Brasil S.A. ("EDPRB") para investimentos exclusivamente em energia eólica. A EDPRB é controlada pela EDP Energias do Brasil, que detém 45% de participação, e pela EDP Renováveis S.A., empresa controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A. que participa com 55%.

Cenaeel - Em 16 de fevereiro de 2009, a EDP Renováveis Brasil S.A., detida em 45% pela Companhia, concluiu a aquisição da Cenaeel avaliada em R\$ 51,3 milhões e com dívida líquida de R\$ 12,9 milhões em dezembro de 2008, detentora dos parques eólicos de Água Doce e Horizonte, localizados no Estado de Santa Catarina, com capacidade instalada de 13,8 MW (23 aerogeradores com 600 kw cada), bem como a possibilidade de expansão dessa capacidade em mais 70 MW. Este projeto eólico representa o primeiro investimento privado no setor eólico do Brasil. Teve o início em 2004 com a instalação do parque eólico de Horizonte (4,8 MW), cuja remuneração está associada a um contrato de compra e venda de energia elétrica com a Celces e, em 2006, instalou o parque de Água Doce (9,0MW), cuja remuneração está associado ao programa Proinfa. Em 2008, a Cenaeel gerou 31 GWh, o que representa um volume de vendas de R\$ 8.081.000.

Operação de Troca de Ativos - Em 18 de junho de 2008, a EDP Energias do Brasil anunciou a transação de permuta de ativos sem torna entre a EDP Energias do Brasil, a Rede Energia S.A. ("Rede Energia") e a Rede Power do Brasil S.A. ("Rede Power"). A operação teve como objeto a permuta, de um lado: pela EDP Energias do Brasil, da totalidade da participação societária detida na Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - Enersul ("Enersul"), que é integralmente detida pela EDP Energias do Brasil, e do outro: pela Rede Energia, das participações societárias nas sociedades Rede Lajeado Energia S.A. ("Rede Lajeado") e Investco S.A. ("Investco"), bem como pela Rede Power, das respectivas participações societárias nas sociedades Rede Lajeado e Tocantins Energia S.A. A transação foi concluída em 11 de setembro de 2008.

ESC 90 - Em 29 de agosto de 2008, a EDP Energias do Brasil celebrou Contrato Particular de Compra e Venda de Quotas Sociais com a Net Serviços de Comunicação S.A. e outros, relativo à alienação das quotas que detinha no capital social da ESC 90 Telecomunicações Ltda., empresa que opera no segmento de prestação de serviços de televisão a cabo e internet em banda larga, mediante concessão nas cidades de Vitória e Vila Velha, ambas no estado do Espírito Santo. A operação está ainda pendente de aprovações necessárias, sendo a principal delas a aprovação da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

UTE Porto do Pecém I - Em 14 de outubro de 2008, a EDP - Energias do Brasil S.A. e a MPX Energia S.A. celebraram contrato de permuta (troca) de suas participações societárias correspondentes a 50% das ações representativas do capital social da MPX Pecém Geração de Energia S.A., detidas pela MPX e 100% das quotas representativas do capital social da Diferencial Energia Empreendimentos e Participações Ltda., detidas pela EDP Energias do Brasil.

ÁREAS DE NEGÓCIOS

Geração

Principal vetor estratégico para o crescimento dos negócios da EDP Energias do Brasil, a área de geração encerrou o ano de 2008 com capacidade instalada de 1.702 MW. O crescimento em relação aos 1.043 MW de capacidade instalada em 2007 deveu-se principalmente à finalização da operação de troca de ativos mencionada na seção "Alterações de Natureza Societária".

Enerpeixe - Participa com 60% do capital na usina hidrelétrica Peixe Angical, localizada no Rio Tocantins, construída em parceria com Furnas Centrais Elétricas. A capacidade instalada é de 452 MW.

Energest - Controla direta e indiretamente os ativos de geração de energia elétrica da EDP Energias do Brasil detendo 14 usinas em operação, com potência total de 342,2 MW. As usinas estão localizadas nos Estados do Espírito Santo (274,0 MW de capacidade instalada) e Mato Grosso do Sul (68,2 MW de capacidade instalada). A Energest também é responsável pelo gerenciamento das hidrelétricas Mascarenhas e Suíça e das PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas) pertencentes às empresas Cesa, Costa Rica e Pantanal Energia.

Investco - Tem como atividade a exploração da Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães ("UHE Lajeado"), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada.

EDP Lajeado - Participa com 27,7% no capital votante da Investco. A divisão do montante de energia elétrica comercializada se dá em proporção à participação no capital votante.

Lajeado Energia - Participa com 45,4% no capital votante da Investco. A divisão do montante de energia elétrica comercializada se dá em proporção à participação no capital votante.

Cenaeel - Adquirida em junho de 2008, possui dois parques eólicos em operação em Santa Catarina, totalizando 13,8 MW de capacidade instalada. A operação foi concluída em 16 de fevereiro de 2009.

No ano, o volume de energia gerada pelas usinas do Grupo alcançou 5.473,1 GWh, 16,4% acima do ano anterior, em decorrência da finalização da operação de troca de ativos mencionada anteriormente. Pelo mesmo motivo, a energia vendida cresceu 15,1% em relação 2007, totalizando 6.411,1 GWh.

Os investimentos na geração totalizaram R\$ 229,1 milhões em 2008, aumento significativo em relação aos R\$ 105,9 milhões de 2007. A variação do investimento é explicada conforme segue: (i) conclusão das obras na UHE Peixe Angical; (ii) investimentos para a construção da PCH Santa Fé e repotenciações das usinas Mascarenhas e Suíça na Energest; e (iii) e valores investidos em Pecém após o início da consolidação em out/08. Porém, vale a pena ressaltar que em virtude da troca de ativos entre a EDP Energias do Brasil pela empresa Diferencial Energia, e MPX por 50% da participação na UTE Porto do Pecém, a partir de outubro de 2008 destacamos a entrada no portfólio da Companhia deste ativo no valor de R\$ 366,2 milhões.

A receita líquida do negócio de geração, desconsiderando as eliminações, totalizou R\$ 790,8 milhões, crescimento de 32,6% em comparação a 2007. O EBITDA, de R\$ 569,5 milhões, registrou evolução de 28,8%. O lucro líquido aumentou 28,5% em relação a 2007, totalizando R\$ 288,0 milhões.

PROJETOS EM CONSTRUÇÃO

UTE Porto do Pecém I

A estratégia para ampliar a capacidade instalada da EDP Energias do Brasil inclui também a construção da UTE Porto do Pecém I, no estado do Ceará, na qual detém participação de 50% em parceria com a MPX Energia. A UTE Porto do Pecém I utilizará carvão mineral importado e terá capacidade instalada de 720 MW, dos quais 615 MW foram vendidos pelo Grupo no leilão A-5 realizado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), em outubro de 2007. O investimento total do projeto será de US\$ 1,3 bilhão. O preço alcançado no leilão foi de R\$ 125,95/MWh, para um contrato com duração de 15 anos.

A estruturação do projeto, incluindo as condições de EPC (Engineering, Procurement & Construction) e do financiamento, assegurou a venda da energia em condições de retorno atrativas. O cronograma de implantação prevê início de operação comercial da planta anterior a janeiro de 2012, data em que se inicia o compromisso de entrega de energia assumido no Mercado Regulado.

Em 30 de setembro de 2008, a Companhia informou a suspensão de participação no projeto Porto do Pecém II (expansão da UTE Porto do Pecém I) e sua não participação no leilão de energia A-5 realizado na mesma data, por considerar não estarem reunidas, naquele momento, todas as condições necessárias para assegurar a relação risco-retorno exigível para um investimento desta natureza.

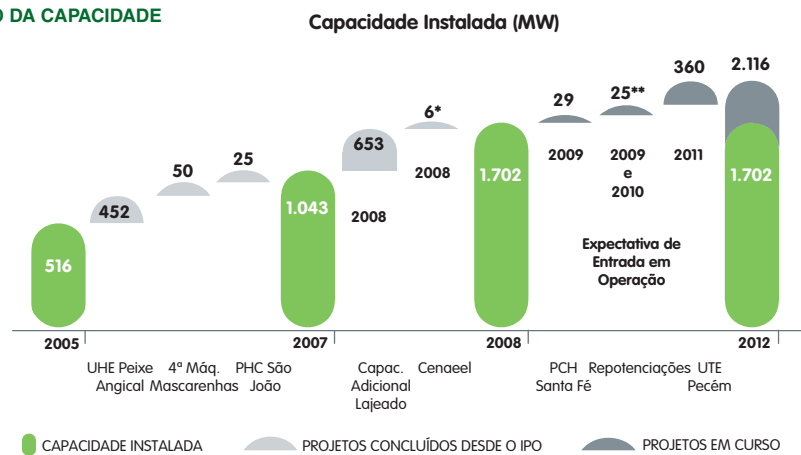
PCH Santa Fé

Em 2008, a EDP Energias do Brasil continuou com a construção da PCH Santa Fé, localizada no estado do Espírito Santo. O empreendimento, que tem capacidade instalada de 29 MW e energia assegurada de 16 MW médios, receberá investimentos de R\$ 120 milhões. As obras deverão estar concluídas no primeiro semestre de 2009.

Repotenciações

Em 2008, foram iniciadas as repotenciações das UHEs Mascarenhas (17,5 MW) e Suíça (2,3 MW). A energia assegurada das repotenciações das UHEs Mascarenhas e Suíça (10,6 MW médios) foi contratada no mercado livre. A capacidade adicional deverá estar operacional em 2009 e 2010. A Aneel aprovou o projeto de estudo de viabilidade para a repotenciação da PCH Rio Bonito. Quando concluída, a repotenciação da PCH Rio Bonito deverá adicionar 5,22 MW à capacidade instalada da EDP Energias do Brasil.

EXPANSÃO DA CAPACIDADE



* CORRESPONDENTE À PARTICIPAÇÃO DE 45% DA ENBR NA EDP RENOVÁVEIS BRASIL

** MASCARENHAS, SUÍÇA E RIO BONITO

DISTRIBUIÇÃO

As atividades de distribuição são desenvolvidas por duas concessionárias do serviço, que atendem cerca de 2,6 milhões de clientes, em regiões que abrigam uma população total de aproximadamente 7,8 milhões de pessoas:

Bandeirante - Fornece energia para 1,4 milhão de clientes, em 28 municípios nas regiões do Alto Tietê, Vale do Paraíba e Litoral Norte do estado de São Paulo, onde reside aproximadamente 4,6 milhões de pessoas. A região concentra empresas de setores econômicos importantes, tais como aviação e fabricação de papel e celulose.

Escelsa - Atende uma população de 3,2 milhões de habitantes em 70 dos 78 municípios do estado do Espírito Santo, com o fornecimento de energia para 1,1 milhão de clientes. As principais atividades econômicas da região são siderurgia, mineração de ferro, produção de papel, petróleo e gás.

Desempenho Operacional

	Volume - MWh (1)		Var. 12M08/ 12M07	Evolução do Mercado - Distribuição (*)		Var. 12M08/ 12M07
	12M08	12M07		Volume - MWh (2)	Var. 12M08/ 12M07	
	12M08	12M07		12M08	12M07	
Distribuição						
Residencial	5.031.886	5.073.602	-0,8%	4.402.484	4.130.406	6,6%
Industrial	4.497.046	4.482.490	0,3%	4.156.413	4.017.662	3,5%
Comercial	3.058.568	3.154.374	-3,0%	2.642.237	2.522.893	4,7%
Rural	833.365	920.865	-9,5%	625.410	581.072	7,6%
Outros	1.688.416	1.804.356	-6,4%	1.399.028	1.358.302	3,0%
Energia Vendida Clientes Finais	15.109.281	15.435.687	-2,1%	13.225.572	12.610.335	4,9%
Suprimento Convencional	404.224	376.499	7,4%	404.224	376.499	7,4%
Energia em Trânsito	8.876.765	9.196.691	-3,5%	8.563.206	8.756.520	-2,2%
Consumo Próprio	17.264	20.529	-15,9%	12.765	13.227	-3,5%
Total Energia Distribuída	24.407.534	25.029.406	-2,5%	22.205.767	21.756.581	2,1%

(1) Os números da Enersul estão consolidados até agosto de 2008.

(2) Excluí os números da Enersul.

(3) Para efeitos de comparabilidade, os números da Enersul foram considerados até o mês de agosto de 2007 e em 2008.

* As informações operacionais não foram objeto de exame por parte dos auditores externos.

O volume de energia distribuída totalizou 24,4 TWh em 2008. Desconsiderando os números da Enersul, o volume de energia distribuída em 2008 cresceu 2,1% em relação a 2007, principalmente como reflexo do crescimento de 4,9% da energia vendida aos clientes finais e da redução do volume de energia em trânsito de 2,2%, resultado da desaceleração da economia no último trimestre de 2008.

O crescimento do volume distribuído na classe residencial deveu-se ao aumento do número de clientes e do consumo per capita nas áreas de concessão.

Na classe comercial, a ampliação do volume de energia distribuído reflete principalmente os crescimentos do setor de serviços e consumo per capita nas regiões da Bandeirante e da Escelsa.

A classe rural também apresentou incremento expressivo na região da Escelsa, impulsionado pelo aumento da irrigação devido à falta de chuvas e às altas temperaturas verificadas no ano.

O volume de energia em trânsito de 2008 registrou queda nas áreas da Bandeirante e da Escelsa em relação ao ano de 2007, principalmente como resultado da redução de produção das indústrias. Cabe ressaltar que até o final do ano não houve sinalização dos clientes livres para redução de demanda estabelecida em contrato de uso da rede das distribuidoras do Grupo.

Investimentos

Os investimentos de 2008 realizados pela EDP Energias do Brasil em distribuição totalizaram R\$ 478,9 milhões, redução de 13,9% em relação a 2007 pelo efeito da exclusão da Enersul do perímetro de consolidação do Grupo desde setembro de 2008.

Do total, (i) R\$ 151,1 milhões (32%) foram destinados à expansão de linhas, subestações e redes de distribuição para ligação de novos clientes e na instalação de sistemas de medição; (ii) R\$107,3 milhões (22%) foram destinados ao melhoramento da rede para substituição de equipamentos, medidores obsoletos e depreciados, recondicionamento de redes em final de vida útil; (iii) R\$ 85,0 milhões (18%) foram destinados à universalização urbana, rural e ao Programa Luz para Todos, propiciando a ligação e o acesso de consumidores aos serviços de energia; e (iv) R\$ 135,4 milhões (28%) foram investidos em telecomunicações, informática e outras atividades.

Investimentos (R\$ mil)	Bandeirante	Escelsa	Enersul (*)	Total 2008	Total 2007
Expansão da rede	71.172	60.680	19.265	151.117	196.113
Melhoramento da rede	31.602	60.799	14.940	107.341	141.440
Universalização (rural-urbano)	13.652</				

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Programa Luz para Todos

Em 2004, o governo federal iniciou o "Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos" com o objetivo de levar energia elétrica para a população do meio rural. O Programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia com participação da Eletrobrás e de suas empresas controladas.

A Bandeirante deu forte impulso ao desenvolvimento econômico e social das áreas rurais onde atua, atendendo, até o momento, 8.875 clientes. Em junho de 2007, foi firmado o segundo contrato com previsão de atendimento de mais 3.706 ligações e um total de R\$ 14,5 milhões a serem investidos até o final de 2009. Neste novo contrato, até o final de 2008, foram realizadas 2.524 ligações e investidos R\$ 7,6 milhões.

Na Escelsa, o Programa Luz para Todos ligou 9.822 unidades consumidoras, com investimentos realizados no período de R\$ 51,0 milhões.

Processos Comerciais

As distribuidoras da EDP Energias do Brasil continuaram com o processo de uniformização dos processos comerciais. Nesse contexto, após o *upgrade* para as versões mais modernas do SAP R/3, BW, IS-U/CCS e CRM na Bandeirante, que contemplavam as melhorias decorrentes do Projeto Excelência no Atendimento, durante 2008 foi dado prosseguimento na segunda etapa do programa, com a extensão do sistema de gestão comercial para a Escelsa, cuja conclusão está prevista para meados de 2009.

Em continuidade às ações de melhoria no Atendimento Comercial, foi implementado 2008 na Bandeirante e na Escelsa, o Projeto Lean Logistics que teve como objetivo principal obter a melhoria da performance dos processos comerciais focando as atividades passo-a-passo, do seu planejamento até os indicadores de gestão e, sua avaliação do desempenho, racionalizar os recursos e melhorar a qualidade dos serviços prestados, utilizando metodologia própria para identificar as oportunidades, consolidar conceitos e propor novas formas de como realizar os procedimentos. O resultado final foi a melhoria contínua dos serviços prestados garantindo a satisfação de nossos clientes.

Qualidade

Os indicadores de qualidade da prestação de serviços mantiveram-se dentro dos padrões estabelecidos pelo órgão regulador, refletindo os investimentos em expansão e modernização de redes, a integração e automação dos centros operacionais.

Indicadores de Qualidade

Distribuidora	DEC (horas)	2008 FEC (vezes)	TMA (minutos)
Bandeirante	11,34	6,30	171
Escelsa	10,67	6,93	167

DEC: Duração Equivalente de Interrupção por Cliente;

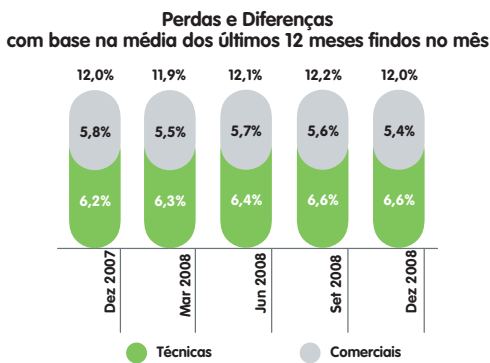
FEC: Frequência Equivalente de Interrupção por Cliente;

TMA: Tempo Médio de Atendimento.

Perdas Comerciais

As perdas e diferenças na distribuição de energia elétrica, expressas como um percentual médio do total da energia requerida no período, permaneceram estáveis em relação aos níveis verificados em dezembro/07, com destaque para a redução 0,4 p.p. das perdas comerciais que ficaram em 5,4%. As perdas totais permaneceram em 12,0%.

Em 2008, as distribuidoras da EDP Energias do Brasil desembolsaram um total de R\$ 44,9 milhões em programas de combate às perdas. No ano, nossas concessionárias realizaram aproximadamente 315 mil inspeções que resultaram na retirada de mais de quase 130 mil ligações clandestinas e recuperação de cerca de R\$ 20,4 milhões. Do total de recursos direcionados a esses programas, R\$ 28,4 milhões foram para investimentos operacionais (substituição de medidores, instalação de rede especial, telemetria e regularização de ligações clandestinas) e R\$ 16,5 milhões para despesas gerenciais (inspeções e retirada de ligações clandestinas).



COMERCIALIZAÇÃO

A Enertrac é responsável pelas atividades de comercialização de energia e prestação de serviços para o mercado livre, tanto dentro quanto fora das áreas de concessão das duas distribuidoras da EDP Energias do Brasil que atuam no mercado regulado.

A Enertrac apresentou evolução no volume de venda de energia em 2008, com a comercialização de 7.282,2 GWh, volume 1,3% superior ao de 2007. A receita líquida totalizou R\$ 772,5 milhões, crescimento de 25,0%. O EBITDA foi de R\$ 50,8 milhões, 8,7% superior ao ano anterior. O lucro líquido totalizou R\$ 35,8 milhões em 2008, elevação de 5,5% em relação a 2007.

Durante o ano, a Enertrac aperfeiçoou serviços prestados aos clientes, que englobam a análise de viabilidade de adesão de consumidores cativos ao mercado livre, contratação de energia, assessoria em análise e gestão de risco e representação na CCEE, entre outros. Também foram conduzidos projetos para implementação de um novo sistema de Gestão de Contratos.

ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em função da operação de troca de ativos mencionada na seção "Alterações de Natureza Societária", as demonstrações financeiras do ano contemplam a contribuição de 8 (oito) meses de resultado da Enersul, além do resultado equivalente a 4 (quatro) meses de participação acionária adicional adquirida na Usina de Lajeado, por meio da Investco.

• Receita Consolidada

Em 2008, a receita operacional líquida apresentou crescimento 8,3% sobre o mesmo período do ano anterior, totalizando R\$ 4.904,2 milhões. Os principais determinantes da evolução da receita líquida em 2008 foram:

- Na geração:
 - Crescimento do volume de energia vendida de 15,1% em consequência principalmente do início de consolidação da Lajeado Energia desde setembro de 2008;
 - Aumento médio de 12,3% nas tarifas praticadas; e
 - Preços elevados do mercado spot durante o 1T08.
- Na distribuição:
 - Crescimento de 4,9% no volume de energia vendida a clientes finais, excluindo os dados da Enersul;
 - Quanto aos clientes livres, a demanda contratada cresceu 3,4% em 2008, apesar da redução do consumo de energia em 3,5% (as tarifas destes consumidores são fortemente impactadas pelo componente de demanda);
 - Reajustes tarifários ocorridos em 2008 não compensaram totalmente o impacto negativo nas tarifas das revisões tarifárias ocorridas em 2007 (Bandeirante - out/07 e Escelsa - ago/07);
 - Saída da Enersul do perímetro de consolidação do Grupo desde setembro de 2008;
 - Impacto negativo de R\$183,1 milhões, contabilizado na rubrica "Fornecimento não Faturado", referente à redução da BRR da Enersul determinada pela ANEEL em dezembro de 2007.
- Na comercialização:
 - O crescimento de 1,3% no volume de energia comercializada, combinado com o maior preço médio de venda de energia.

A receita da taxa de uso do sistema de distribuição - outros (TUSD - outros) atingiu R\$ 526,6 milhões, ou 14,6% abaixo do valor registrado em 2007, devido às revisões tarifárias ocorridas em 2007, a saída da Enersul do perímetro de consolidação desde setembro de 2008 e a transferência de carga da Eletropaulo.

Apesar da redução do volume da energia em trânsito ocorrida no último trimestre de 2008, a queda de volume isoladamente não impacta a receita de TUSD das distribuidoras, pois esta receita está atrelada ao contrato de demanda com os clientes livres, conforme Resolução ANEEL 456, de 29 de novembro de 2000: "A concessionária deverá atender as solicitações de redução de demanda contratada não contempladas no art. 24, desde que efetuadas por escrito e com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias." Até o final do ano, as distribuidoras do Grupo não receberam pedidos formais de redução de demanda.

• Gastos Operacionais Consolidados

Os **gastos operacionais** totalizaram R\$ 3.987,4 milhões em 2008, o que representa crescimento de 7,2% sobre 2007.

Os **gastos não-gereciais** estão relacionados principalmente à compra de energia, encargos de uso da rede elétrica e taxa de fiscalização da ANEEL. Nas distribuidoras, sua cobertura tarifária é assegurada pelo Regulador através dos reajustes tarifários e mecanismo da Conta de Compensação de Variação de Custos da parcela "A" - CVA.

A energia elétrica comprada para revenda totalizou R\$ 2.150,8 milhões, aumento de 14,2% entre os períodos comparados, refletindo: (i) queda da energia comprada de Itaipu (- R\$ 148,9 milhões), devido à redução das cotas alocadas às distribuidoras do Grupo, em contrapartida com o aumento da variação do dólar;

- (ii) aumento da energia comprada em leilão de energia (+ R\$ 65,3 milhões);
- (iii) crescimento de compra de energia de curto-prazo (+ R\$ 97,5 milhões);
- (iv) aumento da energia comprada de outros supridores (+ R\$ 168,8 milhões);
- (v) efeito líquido de CVA (+ R\$ 75,2 milhões).

Em 2008, a conta de "Encargos de Serviços do Sistema" aumentou significativamente como resultado da maior necessidade de despacho de usinas termelétricas por parte do Operador Nacional do Sistema (ONS), aumento compensado pela CVA.

Os **gastos gerenciais**, excluindo a depreciação e amortização, apresentaram redução significativa de 12,3%, totalizando R\$ 834,2 milhões. Em 2008, a EDP Energias do Brasil apresentou reduções nesta rubrica por quatro trimestres consecutivos, em linha com a estratégia anunciada. A análise detalhada das variações das sub-contas de gastos gerenciais é apresentada a seguir.

A redução de R\$ 36,8 milhões na conta de gastos com **pessoal** resulta principalmente da combinação dos seguintes efeitos:

- (i) menores gastos como resultado da operação de troca de ativos (- R\$ 20,5 milhões);
- (ii) reversão de provisão em dez/08 na Bandeirante, devido à reavaliação de cálculo atuarial (estudo técnico) baseado nas entradas e saídas, pagamentos e cálculos de consultoria especializada referente ao ajuste do Saldo do Passivo Atuarial de Dez/07 para Dez/08 (- R\$ 11,8 milhões).

Na conta **material**, a variação positiva de R\$ 3,8 milhões deve-se principalmente a:

- (i) redução de material devido à operação de troca de ativos (- R\$ 4,8 milhões);
- (ii) reconhecimento de R\$ 11,2 milhões na Bandeirante do Programa Reluz em Guarulhos, porém com contrapartida em Receita de Serviços Prestados. Por ser propriedade da Prefeitura, sua contabilização está diretamente relacionada à conclusão do programa, motivo pelo qual o reconhecimento total do custo ocorreu em Dezembro/08 e não seguiu o regime mensal de competência.

No item **serviços de terceiros**, a redução de R\$ 27,3 milhões inclui os efeitos:

- (i) redução dos gastos devido à conclusão de troca de ativos (- R\$ 32,4 milhões);
- (ii) aumento de gastos de consultoria jurídica e auditoria (+ R\$ 6,5 milhões).

Nos itens **provisões e outros**, a queda de R\$ 57,3 milhões reflete, principalmente:

- (i) provisões para devedores duvidosos (PDD) nas empresas controladas (- R\$ 24,1 milhões); - R\$ 36,7 milhões na distribuição; + R\$ 10,0 milhões na geração por conta de não aproveitamento de créditos de ICMS na Lajeado e Energest; e + R\$ 2,7 milhões na comercialização;
- (ii) redução das contingências cíveis, tributárias e trabalhistas reconhecidas pelas distribuidoras (- R\$ 23,0 milhões);
- (iii) menores gastos com aluguéis e propaganda.

• EBITDA e Margem EBITDA

Em 2008, o EBITDA consolidado (Lucro antes de impostos, resultados financeiros, depreciação, amortização e resultado não operacional) totalizou R\$ 1.363,4 milhões, representando um aumento de 21,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. A margem EBITDA consolidada aumentou 3,0 p.p., atingindo o patamar de 27,8%. Cabe mencionar que o EBITDA de 2007 foi negativamente impactado pela redução da BRR da Enersul, ocorrida em dezembro de 2007.

Na geração, a conclusão da operação de permuta de ativos em setembro, a elevação das tarifas de venda de energia e os preços mais elevados no mercado spot no 1T08 contribuíram para o crescimento do EBITDA em 2008. O EBITDA da geração, excluindo eliminações, totalizou R\$ 569,5 milhões, acréscimo de 28,8% em relação a 2007.

Na distribuição, o EBITDA totalizou R\$ 800,9 milhões em 2008, crescimento de 17,9% em relação a 2007. A expansão do EBITDA da área de distribuição deveu-se: (i) impacto negativo na Enersul em 2007 pela redução da BRR; (ii) saída da Enersul do portfólio de investimentos da EDP Energias do Brasil desde setembro de 2008; (iii) maior controle dos gastos gerenciais, excluindo depreciação e amortização da Bandeirante e da Escelsa, com redução de 8,9% e 11,2%, respectivamente; (iv) reajustes tarifários ocorridos ago/08 (Escelsa) e em out/08 (Bandeirante), tendo em contrapartida o efeito pleno das revisões tarifárias ocorridas em 2007.

Na comercialização, o incremento do EBITDA em relação a 2007 deveu-se ao aumento de 1,3% do volume de energia comercializada e preço médio de venda praticado superior ao longo de 2008.

• Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido consolidado em 2008 foi negativo em R\$ 320,9 milhões (negativo de R\$ 291,5 milhões em 2007). Excluindo-se os Juros sobre Capital Próprio - JCP do resultado financeiro dos dois períodos, o crescimento em 2008 foi negativo em R\$ 32,7 milhões em relação a 2007. Contribuíram para este resultado: (i) elevação da despesa financeira da dívida, em função dos novos empréstimos tomados em 2008 para investimentos na distribuição e geração, do registro formal do financiamento de Porto do Pecém e empréstimo para cobertura do direito de recesso dos acionistas dissidentes; (ii) menor remuneração dos ativos regulatórios em 2008, em função da sua recuperação tarifária e, em contrapartida, (iii) crescimento da receita de aplicações financeiras e multas moratórias em 2008.

• Lucro Líquido

Em função dos efeitos analisados, o lucro líquido consolidado alcançou R\$ 388,8 milhões em 2008, 13,7% inferior ao de 2007. Não fosse o impacto de R\$ 129,6 milhões da amortização adicional do ágio da Enersul, o lucro líquido teria sido de R\$ 518,3 milhões, 15,1% superior ao de 2007.

• Endividamento

A dívida bruta consolidada totalizou R\$ 3.097,5 milhões em dezembro de 2008, 11,3% superior ao valor de dezembro 2007.

A dívida líquida, ajustada pelos valores de caixa/aplicações e pelo saldo líquido de ativos regulatórios, alcançou R\$ 2.390,5 milhões em dezembro de 2008, valor superior ao registrado em dezembro de 2007. A posição consolidada de caixa/aplicações apresentou uma redução de 21,1% entre dez/07 e dez/08, atingindo R\$ 551,5 milhões, a qual resultou de dois fatores principais: a) a recompra de ações realizada em out/08 em função do exercício do direito de recesso por acionistas dissidentes; e b) investimentos com recursos próprios no segmento de geração.

O incremento do montante da dívida bruta consolidada no período, por sua vez, deveu-se principalmente à entrada formal da EDP Energias do Brasil na empresa Porto do Pecém S.A. (uma sociedade 50%/50% com a MPX), a qual possui empréstimo-ponte para a construção de usina termelétrica a carvão, e também à captação de uma linha de crédito bancária em out/08 na holding EDP Energias do Brasil, com prazo de 14 meses, utilizada para liquidação parcial do direito de recesso dos acionistas dissidentes.

Do total da dívida bruta no final de dezembro de 2008, 6,2% estavam denominados em moeda estrangeira, 30,4% dos quais protegidos da variação cambial por meio de instrumentos de hedge, resultando em uma exposição líquida de 6,6%.

É importante mencionar que a porção não hedgeada da exposição em moeda estrangeira está concentrada na tranche em US\$ do empréstimo-ponte da afiliada Porto do Pecém S.A., a qual possui como mitigante natural o fato de ter o seu repagamento atrelado ao financiamento de longo prazo em US\$ que se encontra em fase final de negociação e aprovação junto ao BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento. O referido empréstimo de longo prazo em US\$, por sua vez, já foi objeto de contratação tanto de hedge cambial quanto de swap de taxa de juros (de Libor para taxa fixa).

O custo médio da dívida do Grupo foi de 11,4% ao ano. A relação dívida líquida/EBITDA encerrou o mês de dezembro em 1,8 vezes, mostrando uma posição confortável de alavancagem da Companhia.

Os vencimentos de dívida em 2009 totalizam R\$ 1.088 milhões, parte dos quais (R\$ 280,6 milhões) referem-se ao empréstimo-ponte da afiliada Porto do Pecém S.A., o qual será liquidado com os recursos dos financiamentos de longo-prazo (project finance) em negociação junto ao BNDES e ao BID, e parte se refere ao financiamento bancário captado pela holding EDP Energias do Brasil em out/08 (R\$ 250 milhões, para liquidação parcial do direito de recesso), o qual será liquidado com a geração de caixa do Grupo ao longo do ano. Os demais vencimentos referem-se a amortizações de dívidas de longo prazo nas afiliadas dos segmentos de geração e distribuição.

Em 02 de dezembro de 2008, o BNDES aprovou a uma linha de crédito rotativa, sob a modalidade Contrato de Abertura de Limite de Crédito ("CALC"), para o Grupo Energias do Brasil num montante de R\$ 900 milhões. Trata-se de uma modalidade de financiamento direto (sem intermediação de um agente financeiro), que visa a simplificar os procedimentos de acesso a linhas de financiamento para grandes grupos que representem baixo risco de crédito e histórico favorável de operação junto ao BNDES. O Grupo é o primeiro do setor elétrico a obter aprovação para esta modalidade.

Os recursos aprovados ficam disponíveis para saque durante cinco anos, com prazo total de financiamento de cada saque de até dez anos. As taxas de juros são compostas da mesma forma que outras operações diretas junto ao BNDES: custo financeiro (TJLP nos projetos de geração; combinação de TJLP e IPCA, na proporção 80%/20%, no caso dos investimentos em distribuição) + taxa de remuneração do BNDES + taxa de risco de crédito estabelecida de acordo com o rating do Grupo junto ao BNDES.

A EDP Energias do Brasil utilizará estes recursos primordialmente para financiamento dos investimentos de suas distribuidoras (Bandeirante e Escelsa), bem como para construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs") e para repotenciação de usinas existentes.

INVESTIMENTOS

Os investimentos da EDP Energias do Brasil totalizaram R\$ 710,2 milhões em 2008, 6,8% acima dos recursos destinados às áreas de negócios no ano anterior.

Na distribuição, houve redução principalmente em função da saída da Enersul do perímetro de consolidação da EDP Energias do Brasil.

Na geração, as variações são as seguintes: (i) conclusão das obras na UHE Peixe Angical; (ii) investimentos para a construção da PCH Santa Fé e repotenciações das usinas Mascarenhas e Suiça na Energest; e (iii) e valores investidos em Pecém após início da consolidação em Out./08. Em virtude da troca de ativos entre EDP Energias do Brasil pela empresa Diferencial Energia, e MPX por 50% da participação na UTE Porto do Pecém, a partir de outubro de 2008 destacamos a entrada no portfólio da Companhia deste ativo no valor de R\$ 366,2 milhões. Considerando este valor da consolidação da UTE Porto do Pecém, o investimento totaliza R\$ 1.076,4 milhões.

Investimentos* (R\$ milhões)

	2008	2007	%
Distribuição	478,9	556,2	-13,9
• Bandeirante	160,1	173,5	-7,7
• Escelsa	224,8	203,0	10,7
• Enersul	94,0	179,7	-47,7
Geração	229,1	105,9	116,3
• Enerpeixe	12,3	49,4	-75,1
• Energest	167,2	51,9	222,4
• Lajeado	8,8	4,6	89,5
• Pecém	40,8	-	n.d.
Outros	2,2	3,1	-28,4
Total	710,2	665,2	6,8
Pecém (valor de consolidação)	366,2	-	n.d.
Total	1.076,4	665,2	61,8

MERCADO DE CAPITAIS

Em 31 de dezembro de 2008, as ações da EDP Energias do Brasil encerraram a R\$ 22,60, apresentando queda de 18,2% no ano de 2008, desempenho superior ao Ibovespa (-41,2%), porém inferior ao Índice de Energia Elétrica - IEE (-11,6%). O recuo das ações deveu-se principalmente ao agravamento da crise econômica mundial ao longo do segundo semestre de 2008. O valor de mercado da Companhia no fechamento de 2008 era de R\$ 3,6 bilhões.

As ações registraram presença em todos os pregões de 2008, com volume negociado de 98,3 milhões e média diária de 394,7 mil títulos. O volume financeiro totalizou R\$ 2.647,9 milhões, representando média diária de R\$ 10,6 milhões.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Em 31 de dezembro de 2008, o capital social da Companhia era representado na sua totalidade por 158.805.204 ações ordinárias nominativas. Do total de ações, encontram-se em circulação 40.122.837 ações ordinárias, conforme definição do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da Bovespa.

Em função do programa de recompra de ações da Companhia e do exercício do direito de recesso, 15.780.225 ações encontram-se em tesouraria.

RECOMPRAS DE AÇÕES

1º PROGRAMA

Em dezembro de 2007, o Conselho de Administração da EDP Energias do Brasil aprovou a aquisição de ações ordinárias de emissão da própria Companhia para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento e/ou alienação, sem redução de seu capital social. Foi autorizada a aquisição de até 6.211.426 ações, de acordo com o limite legal previsto no artigo 3º da Instrução CVM nº 10/80.

Em 15 de abril de 2008, foi anunciado o encerramento do referido programa, totalizando 6.211.378 ações recompradas. Considerando as 22 ações ordinárias anteriormente mantidas em tesouraria, a posição final era de 6.211.400 ações, que foram posteriormente canceladas conforme decisão tomada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 03 de outubro de 2008.

2º PROGRAMA

Adicionalmente, na mesma reunião de 03 de outubro de 2008, o Conselho de Administração da Companhia aprovou um novo programa de recompra de até 5.590.306 ações ordinárias de emissão da Companhia, sem importar em redução de seu capital social, para permanência em tesouraria e posterior alienação e/ou cancelamento. Até 10 de outubro de 2008, haviam sido recompradas 2.670.000 ações. Após essa data, a Companhia interrompeu a recompra de ações.

DIREITO DE RECESSO

Em razão da aprovação da transação de permuta de ativos, conforme detalhado na seção "Alterações de Natureza Societária", ficou assegurado aos acionistas dissidentes da deliberação aprovada na Assembléia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 17 de julho de 2008, o direito de retirar-se da EDP Energias do Brasil, mediante o reembolso do valor de suas ações.

O prazo para exercício do direito de recesso pelos acionistas dissidentes encerrou-se em 13 de outubro de 2008. Durante o prazo, foi exercido direito de recesso com relação a 13.110.225 ações de emissão da EDP Energias do Brasil, correspondentes a R\$ 312,3 milhões, pagos no dia 27 de outubro de 2008.

Para mais informações sobre o Direito de Recesso, veja o Aviso aos Acionistas de 11 de setembro de 2008.

REMUNERAÇÃO DE ACIONISTAS

A EDP Energias do Brasil tem como política distribuir dividendos e/ou juros sobre o capital próprio no valor mínimo equivalente a 50% do lucro líquido ajustado da Companhia, calculado em conformidade com o artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações, com as práticas contábeis brasileiras e com as regras da CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

Não obstante à adoção da política de distribuição de dividendos acima referida, a Companhia poderá distribuir dividendos e/ou juros sobre o capital em montante inferior a 50% do seu lucro líquido ajustado em qualquer exercício, quando assim exigido por disposição legal ou regulamentar ou, ainda, quando recomendável em vista da situação financeira e/ou perspectivas futuras da companhia, das condições macroeconômicas, de revisões e reajustes tarifários, de mudanças regulatórias, estratégias de crescimento, limitações contratuais e demais fatores considerados relevantes pelo Conselho de Administração e pelos acionistas da EDP Energias do Brasil. Em 23 de dezembro de 2008, seu Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 103.061 mil, relativos ao exercício de 2008, correspondendo à R\$ 0,720580 por ação ordinária. Os JSCP serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos pela Companhia relativos ao exercício social de 2008.

Adicionalmente, em data a ser definida, o Conselho de Administração da Companhia aprovará o pagamento de um dividendo complementar de R\$ 134.210 mil, correspondente a R\$ 0,9383645 por ação.

Vale ressaltar que a remuneração do acionista no ano de 2008 foi aproximadamente 15,4% superior devido ao cancelamento das 6.211.400 ações que se encontravam em tesouraria, além do direito de recesso e o segundo programa de recompra de ações.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O compromisso com as melhores práticas no relacionamento com seus públicos leva a EDP Energias do Brasil a adotar uma governança corporativa caracterizada pela transparência, ampliação dos direitos dos acionistas, prestação de contas e ampla divulgação de informações. Como reforço a esse modelo, a holding mantém apenas ações ordinárias (com direito a voto) listadas, desde julho de 2005, no Novo Mercado da Bovespa - segmento das empresas que assumem compromissos de governança adicionais às determinações de legislação das sociedades por ações.

A EDP Energias do Brasil está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é composto por oito membros, incluindo um diretor executivo e quatro conselheiros independentes, sendo dois deles indicados por acionistas minoritários. São eleitos pela Assembléia Geral para mandato de um ano, com possibilidade de reeleição. O órgão é responsável por estabelecer as políticas e diretrizes gerais dos negócios, incluindo a estratégia de longo prazo; eleger os membros da Diretoria Executiva e fiscalizar seu funcionamento, além das atividades definidas em lei e no Estatuto Social da Companhia.

Atualmente, o Conselho de Administração da Companhia é composto pelos seguintes membros:

Presidente: Antônio Luis Guerra Nunes Mexia
Vice-Presidente: Antônio Manuel Barreto Pita de Abreu

Conselheiro: Nuno Maria Pestana de Almeida Alves
Conselheira: Ana Maria Machado Fernandes

Conselheiro: Francisco Roberto André Gros
Conselheiro: Pedro Sampaio Malan

Conselheiro: Modesto Souza Barros Carvalhosa
Conselheiro: Francisco Carlos Coutinho Pitella

O Conselho de Administração possui três Comitês de Assessoramento, sendo eles: Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração e Comitê de Sustentabilidade e Governança Corporativa. São responsáveis por assessorar o Conselho de Administração nas deliberações sobre as matérias apresentadas. Todos são integrados exclusivamente por três conselheiros, que podem solicitar informações e sugestões de integrantes da Diretoria-Executiva ou de membros do corpo gerencial da Companhia.

Comitê de Auditoria - É responsável por acompanhar e avaliar as atividades de auditorias externa e interna, monitorar os riscos de negócios e acompanhar as práticas contábeis e de transparência das informações. De caráter permanente, estabelece ainda procedimentos para recebimento, retenção e tratamento das queixas dos assuntos recebidos pelo Canal de Comunicação e Denúncia da EDP Energias do Brasil. É composto por três membros, sendo um deles conselheiro independente (Francisco Gros, que ocupa o cargo de presidente do Comitê), um indicado pelo acionista controlador (Nuno Alves) e um nomeado pelos acionistas minoritários (Francisco Pitella).

Comitê de Sustentabilidade e Governança Corporativa - De caráter permanente, é encarregado de zelar pela perenidade da Organização, com uma visão de longo prazo e sustentabilidade, incorpor

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 05 de janeiro de 2009, a EDP Energias do Brasil comunicou a renúncia apresentada pelo Sr. Antonio José Sellare do cargo de Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores da Companhia. O cargo passou a ser cumulado por Sr. Miguel Dias Amaro, atual Diretor Vice-Presidente de Controle de Gestão.

Os currículos dos diretores podem ser encontrados em nosso website www.edpbr.com.br.

SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

Para a EDP Energias do Brasil, a sustentabilidade é um conceito que representa uma nova abordagem de se fazer negócios, já que cria valor para o acionista ao mesmo tempo em que contribui para o desenvolvimento sustentável de todos os seus stakeholders. Isto se confirma no fato de suas ações integrarem pelo terceiro ano consecutivo o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo, além da empresa estabelecer prioridades em suas adesões e parcerias como: aos princípios do Pacto Global da ONU, do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção (Empresa Limpa - Instituto Ethos), ao Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável - CEBDS (World Business Council for Sustainable Development - WBCSD), ao Instituto Akatu e ao GHG Protocol (Greenhouse Gas Protocol, ou Protocolo de Gases do Efeito Estufa, na versão em português).

Comprometida com a promoção do Desenvolvimento Sustentável em todos os aspectos de sua atividade, expressa claramente essa postura na Política de Sustentabilidade e demais políticas, nos Princípios de Desenvolvimento Sustentável, no Código de Ética, no mapa estratégico - BSC (Balanced Scorecard) e em todas as suas realizações e compromissos. A EDP Energias do Brasil e suas controladas estão conscientes e assumem o desafio de avançar no necessário e importante processo de melhoria contínua. Esse processo exige uma constante inovação, promovendo a evolução e o aprendizado que é enriquecido com a participação e o engajamento dos stakeholders, experiência constatada em nosso Relatório Anual de Sustentabilidade (2007 e 2008), baseado nas diretrizes G3 da Global Reporting Initiative (GRI).

GESTÃO DA EXCELÊNCIA EMPRESARIAL

A estratégia da EDP Energias do Brasil tem como base o potencial de crescimento do setor elétrico brasileiro, em especial o de energias renováveis. Alinha-se, portanto, à necessidade de energia do país e à promoção do crescimento sustentado, um direcionamento fundamental de seus negócios. São três os pilares que definem sua atuação: crescimento orientado, risco controlado e eficiência superior.

- Crescimento Orientado**: crescimento do portfólio de negócios, prioritariamente em geração, assim como ampliar as vendas de energia e serviços de comercialização e atender ao crescimento de mercado em distribuição. Em 2008, a Companhia ampliou consideravelmente sua capacidade instalada por meio da troca de ativos realizada com o Grupo Rede. A operação resultou no aumento da capacidade instalada de geração da Companhia de 1.043 MW para 1.696 MW. Adicionalmente, adquiriu 100% da Ceneael, empresa detentora de dois parques eólicos em operação em Santa Catarina, com 13,8 MW de capacidade instalada. Com os projetos em andamento, quando concluídos, a capacidade instalada do Grupo deverá atingir 2.116 MW em 2012.
- Risco Controlado**: para assegurar a criação de valor para os acionistas, a EDP Energias do Brasil procura sustentar elevado padrão em governança corporativa e sustentabilidade, o que envolve manter sob controle os riscos de mercado, financeiros e regulatórios. Para isso, conta com o apoio de sistemas de gestão alinhados à estratégia e aos processos de comunicação interna e externa potencializados. Em 2008, criou o comitê de Segurança e Gerenciamento de Crise, que tem a dupla missão de monitorar e criar meios para garantir a segurança de dados de seus negócios e do público envolvido, como clientes, fornecedores, parceiros, colaboradores, entre outros; e de criar ferramentas para adequar investimentos e empreendimentos ao cenário econômico atual.
- Eficiência Superior**: com o objetivo de aumentar a qualidade e a eficiência das operações, os programas do Grupo obedecem a uma forte disciplina de investimentos e procuram maximizar a eficiência operacional e garantir a melhoria contínua na qualidade da gestão. O cumprimento desse pilar envolve a promoção de uma cultura orientada para o valor. Em 2008, os custos gerenciáveis, antes de depreciação e amortização, da EDP Energias do Brasil apresentaram reduções por quatro trimestres consecutivos em 2008, encerrando no acumulado do ano com queda de 12,3% em relação a 2007.

GESTÃO DO RELACIONAMENTO COM O CLIENTE

A segurança e a qualidade do fornecimento de energia, a confiança dos clientes e a opinião dos agentes reguladores e das autoridades públicas são ativos intangíveis que a EDP Energias do Brasil mantém por meio de iniciativas que demonstram sua responsabilidade e sua eficiência no que concerne aos serviços oferecidos.

A qualidade dos serviços prestados pelas distribuidoras é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que define indicadores e padrões específicos a serem obedecidos por parte das concessionárias. Os contratos de concessão preveem o cumprimento integral das condições estabelecidas pelo órgão regulador e a fiscalização sistemática pela agência, que abrange desde aspectos de saúde e segurança do cliente até os indicadores de qualidade técnica e comercial.

Para esse propósito, as distribuidoras da EDP Energias do Brasil estão equipadas com sistemas modernos, que permitem o monitoramento da rede em tempo real, o gerenciamento das reclamações associadas à interrupções no fornecimento de energia elétrica e a apuração automática dos indicadores de qualidade do serviço originados a partir das interrupções registradas. Os processos de coleta e apuração dos indicadores de qualidade dos serviços técnicos detêm a certificação ISO 9001. A qualidade do serviço é apurada também diretamente pelo atendimento presencial e pelo teletendimento. A conformidade do atendimento é monitorada de forma a promover sua adequação bem como padronização e formalização das instruções de trabalho.

GESTÃO DE PESSOAS

A EDP Energias do Brasil finalizou o ano de 2008 com um quadro de 2.343 colaboradores.

Contribuir para o bem-estar dos colaboradores e manter um ambiente propício para uma vida produtiva têm sido duas das grandes preocupações da EDP Energias do Brasil. Em 2008, os principais projetos foram:

- **“Conciliar”**: o equilíbrio entre a vida dentro e fora do trabalho é um elemento importante para criar maior comprometimento e, consequentemente, agregar valor à Companhia. Tem como princípios orientadores a interligação entre a vida profissional e a familiar dos colaboradores; a igualdade de oportunidades, assegurando a não-discriminação de gênero, raça, nacionalidade, idade e religião; a importância da família; a saúde e o bem-estar das pessoas; o desenvolvimento de competências, incentivando o potencial dos funcionários; a responsabilidade social do cidadão, incentivando a prática do voluntariado; e a flexibilidade de tempo e ambiente de trabalho.
- **“Boca Livre”**: esta é uma ação do Instituto EDP que estimula o colaborador a uma reflexão sobre temas contemporâneos. Uma pausa para repensar sua relação com o mundo, com os outros e consigo mesmo, abordando temas como sustentabilidade, voto consciente pais e filhos ou mesmo stress. O evento acontece simultaneamente em 9 localidades, em quatro estados onde a grupo mantém seu negócio.

TREINAMENTO E EDUCAÇÃO (T&D)

O capital humano é um dos principais ativos intangíveis de uma empresa. Assim, a EDP Energias do Brasil está comprometida a investir no potencial de seus colaboradores, por meio de programas de educação e treinamento. Eles têm como objetivo não somente a capacitação técnica, mas também o alinhamento aos compromissos e às estratégias da Companhia, com destaque para:

- **“Sou EDP”**: visa estimular a integração e proporcionar o alinhamento entre a organização e seus colaboradores, de forma a promover maior comprometimento com os resultados e garantir a execução da estratégia. Ao longo do ano, o “Sou EDP” registrou 2.884 participantes, o que representava 97% do quadro de colaboradores;
- **Treinamento Chronos**: extensão da formação em sustentabilidade a todos os colaboradores da EDP Energias do Brasil, utilizando a ferramenta desenvolvido pelo Programa para a Indústria da Universidade de Cambridge e pelo World Business Council for Sustainable Development. O programa foi aplicado em forma de e-learning, atingindo 80% do quadro de colaboradores até o início de 2009;
- **“Jovens de Elevado Potencial”** e **“Especialistas de Alta Performance”**: ambos com o objetivo de identificar talentos, definir iniciativas específicas para o desenvolvimento de competências e implementar um programa de retenção. O primeiro, voltado a jovens talentos, contou com a participação de 45 colaboradores no período, ao passo que o segundo, para profissionais seniores, teve 40 participantes.

O investimento de T&D em 2008 foi de R\$ 3,5 milhões, distribuídos entre as diversas empresas e áreas do Grupo.

Segurança e Saúde no Trabalho

Em 2008, dentro do escopo do Conciliar, foi criado o Projeto Unificado de Saúde e Segurança do Trabalho e Qualidade de Vida, que estabelece planos de ação voltados à saúde ocupacional, à qualidade de vida e à segurança de colaboradores e fornecedores de serviços.

As frentes de ação implantadas no início de 2009 incluem alinhamento de medidas, educação e monitoramento pelas Cipas, planos e metas para fornecedores, atendimentos legais, equipamentos unificados, investimento em capacitação, visitas técnicas de engenharia e campanhas educativas, entre outros.

A organização dispõe de política de Meio Ambiente, Saúde e Segurança, bem como de Sistema de Gestão Integrada da Sustentabilidade, que reúnem os procedimentos nas áreas de meio ambiente, segurança no trabalho e saúde ocupacional.

INSTITUTO EDP ENERGIAS DO BRASIL

O Instituto EDP é uma instituição sem fins lucrativos, com o objetivo de promover e sistematizar as atividades sócio-ambientais, educativas, culturais e ações de voluntariado nas empresas da EDP Energias do Brasil.

Dado o início da comercialização dos créditos de carbono e a participação ativa do grupo EDP no mercado de comércio de emissões, estuda-se a implementação para 2009 de que os recursos para os investimentos do Instituto EDP sejam provenientes da venda desses créditos.

O compromisso da EDP Energias do Brasil com a sociedade está expresso nos oito princípios de desenvolvimento sustentável e já arraigados na forma de gestão de seus programas sociais, ambientais e culturais. No ano de 2008 a Companhia desenvolveu 22 projetos socioambientais e 23 projetos socioculturais. Entre os projetos mais importantes, destacam-se:

- **“Letras de Luz”**: tem como missão estimular o hábito da leitura entre crianças e adolescentes, através de oficinas, apresentações teatrais e doações de bibliotecas. Desenvolvido em parceria com a Fundação Victor Civita. Em 2008, o projeto beneficiou 60 municípios de quatro estados, formando mais de 1.800 multiplicadores (professores, coordenadores e bibliotecários). Estes levaram seu conhecimento a mais de 100 mil crianças. No ano, foram feitas 300 apresentações teatrais para mais de 50 mil pessoas e doados 17 mil livros;
- **“Dentista do Bem”**: oferece tratamento odontológico gratuito a crianças e adolescentes de baixa renda, por meio do trabalho voluntário de cirurgiões-dentistas. Atualmente, o projeto conta com mais de 4 mil dentistas voluntários espalhados por todo o Brasil. A fim de garantir seu bom funcionamento, o programa conta com uma Central de Atendimento para facilitar a comunicação entre os envolvidos. O programa atendeu, durante o ano de 2008, mais de 5 mil crianças;

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)	Controladora		Consolidado		
ATIVO	Nota	2008	2007	2008	2007
			<i>Reclassificado</i>		<i>Reclassificado</i>
Circulante					
Disponibilidades	5	79.443	92.913	551.513	689.154
Títulos a receber					9.808
Consumidores e concessionárias	6			779.301	904.269
Impostos e contribuições sociais	9	78.403	64.874	360.918	366.953
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10			126.221	195.130
Dividendos a receber	26	476.553	405.243		
Estoques				10.098	9.572
Cauções e depósitos vinculados	12	2.080	2.080	25.305	16.021
Despesas pagas antecipadamente	7	48	253	8.407	42.397
Conta de compensação de variação de custos da parcela "A"	8			116.596	297.056
Crédito por alienação de investimento	1.3		42.823		42.823
Outros créditos	14	3.244	2.361	144.645	137.640
		639.771	610.547	2.123.004	2.710.823
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos a receber				18	16.869
Consumidores e concessionárias	6			123.226	114.763
Impostos e contribuições sociais	9			31.084	58.869
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10			412.374	701.933
Partes relacionadas	11	144.087	154.776	22.104	23.814
Adiantamentos para futuros aumentos de capital	13	42.740	35.040		2.550
Cauções e depósitos vinculados	12	2.944	2.551	153.632	221.892
Despesas pagas antecipadamente	7			2.608	12.890
Conta de compensação de custos da parcela "A"	8			94.563	88.199
Outros Créditos	14	7.227	5.000	112.875	22.364
		196.998	197.367	952.484	1.264.143
Investimentos	15	2.845.078	3.186.836	42.103	6.909
Imobilizado	16	1.993	1.814	6.033.835	5.080.262
Intangível	17	490.458	228.666	1.318.505	625.605
		3.337.529	3.417.316	7.394.443	5.712.776
Total do ativo		4.174.298	4.225.230	10.469.931	9.687.742

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

- **“EDP nas Escolas”**: visa contribuir para a melhoria da qualidade da vida estudantil de alunos de escolas públicas municipais. Até 2008 acontecia em São Paulo e, nos últimos sete anos, totalizou mais de 125 mil alunos beneficiados, cerca de 150 escolas participaram das ações promovidas. Em 2009, será estendido aos demais estados onde o Grupo EDP atua, com uma estimativa de beneficiar aproximadamente 20 mil alunos diretamente e 71 escolas;
- **Prêmio “Energia nas Artes”**: lançada com parceria com o Instituto Tomie Ohtake, a premiação destina-se a revelar jovens talentos nas diversas vertentes das artes plásticas brasileiras. A primeira premiação está prevista para maio de 2009;
- **“Programa EDP Solidária”**: projetos sociais das áreas da educação, assistência social e desenvolvimento local, apoiados pela EDP Energias do Brasil e suas empresas, resultado de seleção pública, condizentes com a política de investimentos sociais externos. Em 2008, operacionalizamos a segunda edição do seu edital social com 28 projetos selecionados e, agora em 2009, já iniciamos o terceiro edital com a participação de novos 15 projetos, evidenciando um esforço de focalização nas nossas áreas de atuação.

Pesquisa & Desenvolvimento (P&D)

As ações desenvolvidas pelo P&D buscam prover maior segurança, qualidade e confiabilidade ao sistema elétrico, garantindo à sociedade o suprimento de energia e facilidade de acesso a preços mais acessíveis.

Na Bandeirante, em 2008, foram concluídos quatro projetos e iniciados outros quatro novos projetos de P&D, mantendo 21 projetos em execução, com investimentos da ordem de R\$ 5,7 milhões, enquanto que na Escelsa foram iniciados nove novos projetos de P&D que associados a outros 12 projetos plurianuais em andamento totalizaram investimentos de R\$ 3,4 milhões.

Um dos projetos em fase de testes refere-se a um equipamento que proverá funções de concentração de medição de energia, a ser instalado nos postes de distribuição de energia elétrica. Tem como objetivo a melhoria no controle de perdas não técnicas e o monitoramento do consumidor final, bem como a possibilidade de realizar o corte e religa remoto de energia elétrica de cada residência monitorada, conforme padrões de operação a serem definidos pela Aneel.

Estamos desenvolvendo um sistema para automatização em tempo real da avaliação das influências de descargas atmosféricas em desligamentos da rede de distribuição, que vem ao encontro com um dos objetivos do Grupo de avaliar a influência das descargas atmosféricas e outras condições climáticas no comportamento e estado das redes de distribuição e de equipamentos e sistema de proteção, manobra e medição.

Em cooperação com outras concessionárias de distribuição de energia do Brasil, estão sendo avaliados os impactos mais adversos ao meio ambiente e ao ser humano, causados por campos elétricos e magnéticos de baixa frequência, provenientes das redes de distribuição de média tensão, subestações e linhas de transmissão de energia elétrica.

Eficiência Energética

Com o objetivo de promover a maior eficiência e segurança no uso da energia elétrica, as distribuidoras desenvolvem programas regulares de estudos e projetos de eficiência energética em instalações de clientes industriais, comerciais, residenciais e serviços públicos, além de projetos específicos direcionados às comunidades de menor renda.

Na Bandeirante, os diversos programas de eficiência energética, entre eles o Programa Energia na Comunidade, propiciou o atendimento de comunidades de baixa renda, que tem contribuído de maneira determinante para a redução das instalações clandestinas e irregulares, comuns em áreas carentes.

No segundo semestre de 2008, a Bandeirante iniciou a execução de mais 18 projetos, inclusive a continuidade do Programa Energia na Comunidade, que até dezembro de 2008 atendeu mais de 20 mil famílias e entregou mais de 80 mil lâmpadas para comunidades de baixa renda. Os projetos também preveem a substituição dos chuveiros elétricos, utilizados nas residências de 1.020 famílias, por alternativa de aquecimento solar em residências localizadas no município de Mogi das Cruzes.

Outros projetos iniciados abrangem a melhoria nos sistemas de iluminação de hospitais públicos, asilos e Santa Casa de Misericórdia, localizados na área de concessão, que proporcionarão diversos benefícios aos seus usuários.

Na Escelsa, deu-se início ao novo programa “Comunidade Eficiente”, para aumentar a eficiência energética em residências de 61 bairros da Grande Vitória, promovendo ações educativas para o uso eficiente e seguro da energia elétrica, com a instalação de 104.598 lâmpadas fluorescentes compactas com selo Procel/Inmetro de desempenho, em substituição às incandescentes, a troca de 103 geladeiras ineficientes por outras com selo PROCEL, a doação de 5.904 padrões de entrada residenciais e 3.707 kits com materiais elétricos a serem utilizados nas instalações internas. Este projeto tem contribuído para a redução de unidades consumidoras com ligações clandestinas ou desvio de energia elétrica e para um melhor relacionamento com os clientes.

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

No aspecto ambiental, o Instituto EDP apoia iniciativas de estudo e conservação do patrimônio natural de sua área de atuação. Atualmente o Grupo mantém um projeto sobre o bioma do Cerrado, no Estado do Tocantins. O Centro de Conhecimento em Biodiversidade Tropical (Ecotropical) é mantido em parceria com o Instituto Ecológica e a Universidade de Aveiro, em Portugal.

- **Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)**: registro de três projetos no Executive Board das Nações Unidas e início de desenvolvimento de outros projetos. Em 2008, foi realizada a primeira venda de créditos de carbono no mercado voluntário (Verified Emission Reductions - VERs), gerando uma receita que permitiu operacionalizar o Instituto EDPI. Para 2009, a expectativa é continuar a atuar no mercado voluntário e fazer a primeira negociação no mercado regulado pelo Protocolo de Kyoto (Certified Emissions Reductions - CERs);
- **Programa Econosso**: início da implementação que visa a eficiência na utilização dos recursos (água e energia) e promoção de reciclagem de resíduos;
- **Questionário do Carbon Disclosure Project (CDP)**: questionário respondido desde a edição de 2006. O CDP é uma iniciativa sem fins lucrativos financiada pelo Carbon Trust do governo britânico e por um grupo de fundações liderado pela Rockefeller Foundation, tendo sido iniciado sob a liderança do ex-primeiro-ministro britânico Tony Blair. É o maior banco de dados sobre informações corporativas em mudanças climáticas do planeta, e tem o objetivo de buscar mais transparência em informações sobre mudanças climáticas e seu impacto no valor acionário de empresas globais. Trata-se da maior coalizão de investidores do mundo, que, em 2007, gerenciavam cerca de 57 trilhões de dólares em ativos financeiros. Eles vêm mapeando informações de 2.400 empresas sobre suas emissões de gases de efeito estufa e suas estratégias para lidar com oportunidades e os riscos associados às mudanças climáticas.

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

EDP ENERGIAS DO BRASIL

- **Prêmio Expo Money 2008**: respeito ao Investidor Individual;
- **Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa**: permanência pelo terceiro ano consecutivo;
- **Revista Exame**: eleita uma das 20 empresas-modelo em responsabilidade social corporativa no Brasil;
- **Revista Época**: uma das 20 empresas brasileiras homenageadas como Empresa Líder em Políticas Climáticas;
- **“Rumo à Credibilidade”**: Top 10 na pesquisa que selecionou as empresas líderes em relatórios de sustentabilidade no Brasil, promovida pela SustainAbility e FBDS - Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável;
- **Prêmio Abrasca**: classificada entre dez primeiras no 10º Prêmio da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) de Melhor Relatório Anual 2007;
- **Global Reporting Initiative (GRI)**: concessão do selo “GRI CHECKED B+”, atestando o nível de aplicação e aderência ao padrão a diretrizes G3 da do Relatório Anual de Sustentabilidade;
- **Prêmio Destaque Nacional de Responsabilidade Socioambiental Empresarial**: concedido pelo Instituto Ambiental Biosfera às empresas que desenvolvem ações de responsabilidade social compatíveis com suas estratégias de negócios e as políticas que contribuem para o desenvolvimento da comunidade, contemplando ações para o meio ambiente, educação e geração de empregos.
- **Prêmio Sorriso do Bem 2008**: prêmio recebido na categoria Empresas do Bem, por seu envolvimento com o projeto Dentista do Bem, do qual é parceira desde março de 2008 sendo a única empresa fora do segmento odontológico a apoiar o projeto. O projeto atende crianças e adolescentes, até 18 anos, de baixa renda, com graves problemas bucais.

DISTRIBUIDORAS

- **Prêmio Top Vale 2008**: dois troféus recebidos pela Bandeirante de melhor empresa prestadora de serviços essenciais em São José dos Campos e de melhor empresa prestadora de serviços essenciais na região do Vale do Paraíba;
- **Prêmio Mogi News de Responsabilidade Social Empresarial do Alto Tietê**: Programa Bandeirante Comunidade Educação, pelo quarto ano consecutivo;
- **Renovação do Selo Abrinq**: Bandeirante e Escelsa - empresa amiga da criança, concedido pela Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente;
- **Município de Suzano**: homenagem à Bandeirante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Suzano pelo desenvolvimento de importantes projetos sociais em 2008;
- **Prêmio Procel**: conservação de energia, na categoria distribuidora de grande porte, com o projeto “Eficientização em Sistemas de Sinalização Semafórica” - Bandeirante;
- **Prêmio Abradee 2008**: 2º lugar em Qualidade da Gestão (FNQ) para a Bandeirante;
- **Programa Bandeirante Comunidade Educação**: eleito um dos principais cases selecionados na 6ª edição do Programa Benchmarking Ambiental Brasileiro. Este programa possui o apoio de associações nacionais (como a FNQ - Fundação Nacional da Qualidade) e internacionais (como o PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, de Portugal);
- **Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ)**: Escelsa foi umas 21 empresas classificadas para a fase de visita (última fase);
- **XVIII Seminário Nacional de Distribuição de Energia Elétrica - Sendi**: dois primeiros lugares pelos trabalhos apresentados por colaboradores da Escelsa nas áreas de manutenção de redes de distribuição e qualidade do fornecimento de energia elétrica;
- **Norma NBR ISO 9001:2000**: certificação do Programa de Eficiência Energética.

AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, sobre a necessidade de divulgação pelas Entidades Auditadas de informações sobre a prestação de outros serviços pelo auditor independente que não sejam auditoria externa, a Companhia informa que os serviços prestados, no exercício de 2008, pelos auditores independentes foram aqueles relacionados à prestação de serviços de auditoria independente.

AGRADECIMENTOS

A Administração agradece a todos que trabalharam e contribuíram para que a EDP Energias do Brasil alcançasse uma posição de destaque no cenário nacional. Em especial, nosso reconhecimento pela confiança dos acionistas, pelo empenho e competência dos colaboradores, pelo apoio e estímulo dos clientes, fornecedores, parceiros e demais stakeholders.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	Controladora		Consolidado	
		2008	2007	2008	2007
		<i>Reclassificado</i>		<i>Reclassificado</i>	
Receita operacional					
Fornecimento de energia elétrica			2.616.395	2.395.237	
Suprimento de energia elétrica				562.432	380.870
Disponibilização do sistema de distribuição e transmissão				3.553.490	3.966.804
Outras receitas operacionais			220.697	165.593	
			<u>6.953.014</u>	<u>6.908.504</u>	
Dedução da Receita Operacional					
Subvenção - CCC e CDE			(360.061)	(503.864)	
Pesquisa e desenvolvimento			(47.107)	(51.496)	
Quota para reserva global de reversão			(40.082)	(41.669)	
Encargo de capacidade emergencial				4	(25.071)
Impostos e contribuições sobre a receita			(1.601.612)	(1.758.774)	
			<u>(2.048.858)</u>	<u>(2.380.874)</u>	
Receita operacional líquida	27		<u>4.904.156</u>	<u>4.527.630</u>	
Custo do serviço de energia elétrica					
Custo com energia elétrica					
Energia elétrica comprada para revenda			(2.150.770)	(1.882.598)	
Encargos de uso da rede elétrica			(512.802)	(538.469)	
	28		<u>(2.663.572)</u>	<u>(2.421.067)</u>	
Custo de operação					
Pessoal			(152.697)	(176.257)	
Materiais e serviços de terceiros			(207.693)	(224.592)	
Depreciações e amortizações			(269.817)	(271.012)	
Outros custos de operação			(44.809)	(53.546)	
	28		<u>(675.016)</u>	<u>(725.407)</u>	
			<u>(3.338.588)</u>	<u>(3.146.474)</u>	
Custo do serviço prestado a terceiros	28		<u>(18.947)</u>	<u>(3.352)</u>	
Lucro operacional bruto			<u>1.546.621</u>	<u>1.377.804</u>	
Despesas operacionais					
Despesas com vendas			(95.992)	(125.985)	
Despesas gerais e administrativas		(49.095)	(40.638)	(285.317)	(319.941)
Depreciações e amortizações		(148.449)	(15.068)	(176.829)	(42.556)
Outras despesas operacionais		(6.659)	(4.806)	(71.705)	(79.843)
	28	(204.203)	(60.512)	(629.843)	(568.325)
		<u>(204.203)</u>	<u>(60.512)</u>	<u>916.778</u>	<u>809.479</u>
Resultado do serviço					
Resultado das participações societárias					
Receitas financeiras			604.463	505.547	
Despesas financeiras			174.867	162.605	223.942
			(141.565)	(146.304)	(544.818)
Resultado financeiro	29		<u>33.302</u>	<u>16.301</u>	<u>(320.876)</u>
Lucro operacional			<u>433.562</u>	<u>461.336</u>	<u>595.902</u>
Outras receitas				14	10.734
Outras despesas		(410)	(2.352)	(14.909)	(18.954)
Outros resultados			<u>(410)</u>	<u>(2.338)</u>	<u>(4.175)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social			<u>433.152</u>	<u>458.998</u>	<u>591.727</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes			(80)	(149.712)	(142.476)
Imposto de renda e contribuição social diferidos				(77.264)	14.151
	30	(80)	<u>(80)</u>	<u>(226.976)</u>	<u>(128.325)</u>
Lucro líquido antes da reversão dos juros sobre capital próprio			<u>433.072</u>	<u>458.998</u>	<u>364.751</u>
Reversão dos juros sobre capital próprio			(44.743)	(12.109)	133.497
Lucro líquido antes da participação minoritária e partes beneficiárias			<u>388.329</u>	<u>446.889</u>	<u>498.248</u>
Participações de minoritários					(102.998)
Partes beneficiárias					(6.471)
Lucro líquido do exercício			<u>388.329</u>	<u>446.889</u>	<u>388.779</u>
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$			<u>2.715,11</u>	<u>2.722,34</u>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)	2008	2007	Controladora		Consolidado	
			2008	2007	2008	2007
			<i>Reclassificado</i>		<i>Reclassificado</i>	
Atividades operacionais						
Lucro líquido do exercício			388.329	446.889	388.779	450.444
Participação minoritária no resultado/partes beneficiárias					102.998	60.769
Despesas (receitas) que não afetam as disponibilidades						
Consumidores e concessionárias					66.755	98.521
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos, líquidos					77.264	(14.151)
Impostos e contribuições sociais correntes					2.747	
Impostos e contribuições sociais compensáveis					(1.316)	
Depreciações e amortizações		148.449	15.190	446.646	313.690	
Valor residual de bens e direitos do ativo permanente baixados		(44)	14	25.330	20.304	
Despesas pagas antecipadamente e CVA				(6.763)	(42.517)	
Fornecedores					(7.178)	(27.834)
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		12.413	4.954	330.852	326.867	
Benefícios pós emprego - CVM nº 371					(10.490)	5.884
Provisões para contingências		22.145	12.213	53.829	63.155	
Diferimento tarifário					(16.245)	(102.170)
Devolução tarifária - ajuste do valor homologado					10.554	183.139
Atualização monetária recebíveis				(14.667)		(14.667)
Participação minoritária / Partes beneficiárias					6.471	3.595
Participações societárias		(604.463)	(505.547)			
Perda com investimentos		5.210		3.047	(3.555)	
Provisão para passivo a descoberto		(5.302)	(1.467)	(5.302)	(1.467)	
Encargos regulamentares e setoriais				50.108	43.474	
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária				(2.122)	(2.226)	
Outros					3.982	(26.791)
		<u>(33.263)</u>	<u>(42.421)</u>	<u>1.519.946</u>	<u>1.334.464</u>	
(Aumento) diminuição de ativos						
Consumidores e concessionárias					(119.283)	152.740
Impostos e contribuições sociais compensáveis				(5.254)	(16.741)	(63.205)
Estoques					(4.277)	(777)
Cauções e depósitos vinculados		(393)	(5)	(23.575)	22.022	
Despesas pagas antecipadamente		205	(135)	90.973	324.141	
Contas a receber de controladas				77.314		
Outros créditos		(883)	(784)	(11.772)	17.319	
		<u>(1.071)</u>	<u>71.136</u>	<u>(84.675)</u>	<u>452.240</u>	
Aumento (diminuição) de passivos						
Fornecedores				(102)	41.393	(64.714)
Impostos e contribuições sociais correntes		(17.192)	(5.449)	8.332	(63.797)	
Impostos e contribuições sociais diferidos				(2.450)	(3.940)	
Devolução tarifária				3	2.982	
Obrigações estimadas com pessoal		(2.449)	6.015	(2.242)	1.073	
Provisões para contingências				(8.324)	(1.442)	
Outras obrigações		(2.121)	8.517	39.309	(78.607)	
		<u>(21.762)</u>	<u>8.981</u>	<u>76.021</u>	<u>(208.445)</u>	
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais			<u>(56.096)</u>	<u>37.696</u>	<u>1.511.292</u>	<u>1.578.259</u>
Atividades de investimento						
Alienações (aquisições) de ações em tesouraria		(504.404)	(24.290)	(504.404)	(24.290)	
Baixas (adições) ao investimento		(153.199)	(23.476)	(153.746)	(20.253)	
Saldo de caixa devido permuta de investimentos					(12.108)	
Adições ao imobilizado tangível e intangível		(781)	(659)	(713.977)	(665.428)	
Baixas (adições) ao ativo diferido					2.828	18
Dividendos recebidos		648.415	135.752			
Obrigações vinculadas à concessão					32.661	108.720
		<u>(9.969)</u>	<u>87.327</u>	<u>(1.348.746)</u>	<u>(601.233)</u>	
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento						
Atividades de financiamento						
Partes relacionadas		10.949	249	8.030	(11.140)	(9.987)
Ajuste da dívida cisão PCH Paraiso						
AFAC's					17.583	
Dividendos pagos		(203.641)	(158.765)	(221.967)	(173.858)	
Empréstimos e financiamentos e debêntures - ingressos		250.000		461.389	471.790	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas pagos		(4.713)	(60.867)	(565.222)	(1.164.156)	
Empréstimos e financiamentos - juros capitalizados					3.156	
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento			<u>52.595</u>	<u>(219.383)</u>	<u>(300.187)</u>	<u>(884.195)</u>
Aumento (diminuição) nas disponibilidades			<u>(13.470)</u>	<u>(94.360)</u>	<u>(137.641)</u>	<u>92.831</u>
Disponibilidades no final do exercício			79.443	92.913	551.513	689.154
Disponibilidades no início do exercício			92.913	187.273	689.154	596.323
		<u>(13.470)</u>	<u>(94.360)</u>	<u>(137.641)</u>	<u>92.831</u>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores expressos em milhares de reais)	Nota	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ações em tesouraria	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2007		3.182.716	35.348	487.528			3.705.592
Ajuste de exercícios anteriores						(28.720)	(28.720)
Aquisição de ações próprias					(24.290)		(24.290)
Lucro líquido do exercício						446.889	446.889
Destinação do lucro							
Constituição de reserva legal				21.811		(21.811)	
Reserva de retenção de lucros				207.212		(207.212)	
Dividendos propostos						(207.212)	(207.212)
Saldos em 31 de dezembro de 2007 (Reclassificado)	25	3.182.716	35.348	716.551	(24.290)	(18.066)	3.892.259
Aquisição de ações próprias					(504.404)		(504.404)
Cancelamento de ações em tesouraria				(156.244)			
Lucro líquido do exercício						388.329	388.329
Destinação do lucro							
Constituição de reserva legal				18.513		(18.513)	
Reserva de retenção de lucros				114.479		(114.479)	
Dividendos intermediários - JCP						(103.061)	(103.061)
Dividendos propostos - Complementares						(134.210)	(134.210)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	25	3.182.716	35.348	693.299	(372.450)	-	3.538.913

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
	<i>Reclassificado</i>		<i>Reclassificado</i>	
Geração do valor adicionado	(410)	(2.338)	6.890.690	6.810.303
Receita operacional			6.953.014	6.908.504
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas			(70.916)	(101.060)
Outras receitas	(410)	(2.338)	8.592	2.859
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(36.623)	(22.965)	(3.173.075)	(2.970.402)
Custos da energia comprada			(2.150.770)	(1.882.598)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição			(512.802)	(538.469)
Materiais	(483)	(526)	(46.670)	(43.107)
Serviços de terceiros	(29.333)	(16.616)	(328.059)	(353.949)
Outros custos operacionais	(6.807)	(5.823)	(134.774)	(152.279)
Valor adicionado bruto	(37.033)	(25.303)	3.717.615	3.839.901
Depreciações e amortizações	(148.449)	(15.068)	(446.646)	(313.568)
Valor adicionado líquido produzido	(185.482)	(40.371)	3.270.969	3.526.333
Receitas financeiras	27.064	30.573	223.942	242.463
Participações de minoritários			(102.998)	(60.769)
Resultado da equivalência patrimonial	604.463	505.547		
Valor adicionado total a distribuir	446.045	495.749	3.391.913	3.708.027
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	14.341	18.603	245.207	262.346
Remuneração direta	8.182	10.601	180.574	203.462
Benefícios	4.985	7.234	44.727	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

A partir de 1º de setembro de 2008, a Energias do Brasil passou a exercer o controle da Investco S.A., da Lajeado Energia S.A. e da Tocantins Energia S.A., com vantagens e fortalecimento de ambos os grupos envolvidos sendo que, para a Energias do Brasil, sua participação societária atual lhe assegura a posição de acionista controlador e gestor da Investco, sociedade exploradora do Aproveitamento Hidrelétrico Luís Eduardo Magalhães - Lajeado, em Tocantins, com capacidade instalada de 902,5 MW e energia assegurada de 527 MW médios. A Lajeado Energia S.A. detém 45,4% do capital votante da Investco enquanto que, Energias do Brasil, através da EDP Lajeado S.A., já possui 27,7%.

Através da 27ª Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 17 de julho de 2008, os acionistas da Energias do Brasil aprovaram a realização da transação, sendo assegurados aos acionistas da Energias do Brasil os seguintes direitos:

- (a) direito de preferência para a aquisição de ações da Enersul na proporção das ações que possuírem no capital da Energias do Brasil, nos termos do artigo 253, I, da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada. Para fins de exercício do direito de preferência, aplicar-se-á o valor estipulado no contrato pelas partes para os seus respectivos ativos objeto da transação, com base nos laudos de avaliação preparados pelo BES Investimento do Brasil S.A., à disposição dos acionistas da Companhia, da CVM e da BOVESPA; e
- (b) direito de retirada aos acionistas eventualmente dissidentes da deliberação que aprovar a transação na Assembléia Geral Extraordinária, caso esta seja aprovada. Para fins de pagamento, pela Companhia, do reembolso das ações detidas pelos acionistas eventualmente dissidentes da deliberação, aplicação do valor de mercado das ações ou do valor patrimonial contábil das ações ordinárias de emissão da Companhia, correspondente ao último exercício social encerrado na data-base de 31 de dezembro de 2007, à disposição dos acionistas da Companhia, da CVM e da BOVESPA.

O prazo para exercício do direito de recesso de acionistas da Energias do Brasil, mencionado no item "b" acima, encerrou-se em 13 de outubro de 2008, tendo sido exercido o respectivo direito respeitante a 13.110.225 ações, correspondente ao montante de R\$312.286, com base no valor patrimonial contábil, cuja liquidação financeira ocorreu a 27 de outubro de 2008.

1.2 - Alienação do investimento na ESC 90 telecomunicações Ltda.

A Energias do Brasil celebrou, em 29 de agosto de 2008, Contrato Particular de Compra e Venda de Quotas Sociais com a Net Serviços de Comunicação S.A. e outros, relativo à alienação das quotas que detém no capital social da ESC 90 Telecomunicações Ltda.

Nos termos do contrato, a Energias do Brasil acordou a venda para a Net Serviços de Comunicação S.A. da totalidade das quotas da ESC 90 de sua titularidade, representativas de 48,51% do capital social desta, a qual opera no segmento de prestação de serviços de televisão a cabo e internet em banda larga, mediante concessão nas cidades de Vitória e Vila Velha, ambas no Estado do Espírito Santo.

O valor total da operação contratada (para 100% do capital social) foi de R\$94.624, sujeito a ajuste, para mais ou para menos, de acordo com os critérios estabelecidos no contrato, cuja liquidação se dará após a obtenção de todas as aprovações necessárias, sendo a principal delas a aprovação da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.

Considerando que a operação envolve a recuperação de créditos detidos pela Energias do Brasil contra a ESC 90, bem como permite a reversão de provisões anteriormente constituídas, estima-se impacto positivo no lucro líquido da Energias do Brasil de cerca de R\$125.000, sujeito ao ajuste mencionado e a ser reconhecido no exercício em que ocorrer as aprovações acima mencionadas e a consequente conclusão da operação.

1.3 - Permuta da controlada Diferencial com ativo da MPX Energia S.A.

Após o cumprimento de todas as condições suspensivas à sua realização, foram concluídos em 14 de outubro de 2008 os atos societários da operação de permuta de ativos para transferência de participações societárias, acordadas no exercício de 2007 entre a Energias do Brasil e MPX Energia S.A., na qual a Energias do Brasil transferiu a totalidade de sua participação na empresa Diferencial Energia Empreendimentos e Participações Ltda. - detentora do projeto UTE Maranhão - para a MPX Energia S.A., recebendo desta em troca 50% da participação na Porto do Pecém Geração de Energia S.A.- detentora do projeto UTE Porto do Pecém.

2 - Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, cuja conclusão foi autorizada em Reunião da Diretoria realizada em 20 de fevereiro de 2009, estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, e elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia e suas controladas adotam o plano de contas contido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução nº 444, de 26 de outubro de 2001, determinações do Ofício Circular nº 2775/2008-SFF/ANEEL e atualizações posteriores.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2008 e 2007, a Companhia e suas controladas adotaram pela primeira vez as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07, aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008.

A Lei nº 11.638/07 e a Medida Provisória 449/08 modificam a Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

Os ajustes relativos à adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e a Medida Provisória nº 449/08 estão detalhados na Nota Explicativa nº 3.1.

Em decorrência da permuta de ativos mencionada na nota 1.1, as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa e as notas explicativas, contidas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2008, contemplam os saldos e transações pelo método de consolidação integral da anterior controlada Enersul, até 31 de agosto de 2008, das novas controladas Tocantins Energia e Lajeado Energia a partir de setembro de 2008 e, para a controlada Investco, até 31 de agosto de 2008 pelo método de consolidação proporcional e, a partir de setembro de 2008, pelo método de consolidação integral.

A controlada compartilhada Porto do Pecém está sendo consolidada pelo método proporcional a partir de 14 de outubro de 2008.

3 - Resumo das principais práticas contábeis**3.1 - Adoção inicial da Lei nº 11.638/07**

A Companhia e suas controladas optaram por elaborar o balanço patrimonial de transição em 1º de janeiro de 2007, que é o ponto de partida para a contabilização dos efeitos das modificações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08. As modificações introduzidas pela referida legislação se caracterizam como mudança de prática contábil, e todos os ajustes com impacto nos resultados anteriores aos exercícios apresentados foram efetuados contra lucros ou prejuízos acumulados.

Para fins de divulgação das demonstrações financeiras comparativas, a Companhia e suas controladas seguiram a Deliberação CVM nº 506, de 19 de junho de 2006, considerando os efeitos retrospectivos das modificações da referida legislação, consequentemente rerepresentando as demonstrações financeiras de 2007.

Seguem abaixo os ajustes patrimoniais decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, o sumário das práticas contábeis modificadas pela referida legislação que originaram esses ajustes e o resumo dos efeitos no resultado de 2008 e no patrimônio líquido relativo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 decorrentes da adoção da referida legislação.

3.1.1 - Ajustes da Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 no Balanço Patrimonial na Data de Transição - 1º de janeiro de 2007

	Saldos em 31/12/2006	Ajustes (28.720)	Saldos em 01/01/2007
Patrimônio líquido	3.705.592		3.676.872
Capital social	3.182.716		3.182.716
Reservas de capital	35.348		35.348
Reservas de lucros	487.528		487.528
Lucros / (Prejuízos) acumulados		(28.720) {a}	(28.720)

Resumo dos ajustes**{a} Ajustes contra lucros acumulados**

		(28.720)
{a1} Equivalência patrimonial		(28.368)
Instrumentos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado - derivativos		(21.531)
Ativo intangível		(8.550)
Ajustes a valor presente		(12.902)
Imposto de renda diferido		14.615
{a2} Instrumentos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado - derivativos		(352)

3.1.2 - Sumário das práticas contábeis modificadas pela adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08**Instrumentos financeiros - CPC 14 e Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008**

A Companhia e suas controladas contrataram instrumentos financeiros, cujos saldos na data de transição foram reclassificados em: (i) ativo ou passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; (ii) empréstimos e recebíveis; e (iii) disponível para venda. Com certas exceções os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo agregado aos eventuais custos de transação e sua mensuração subsequente é feita pelo custo amortizado.

Conforme faculta o CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, aprovado pela Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, os saldos dos instrumentos financeiros disponíveis para venda, mensurados ao valor justo por meio do resultado e pelo método do custo amortizado, foram remensurados para seu valor justo na data de transição.

Seguem os saldos dos referidos instrumentos financeiros na data de transição:

	Valor contábil (A)	Consolidado Valor justo (B)	Diferença (B) - (A)
Instrumentos financeiros			
Mensurados ao valor justo por meio do resultado	(116.404)	(138.287)	(21.883)

A diferença entre o valor contábil e o valor justo dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, assim como as diferenças entre o valor registrado e o novo valor calculado para os instrumentos avaliados pelo método do custo amortizado foi alocada no saldo de lucros ou prejuízos acumulados na data da transição.

Ativo diferido

O saldo consolidado do ativo diferido em 31 de dezembro de 2008, existente na controlada proporcional Porto do Pecém, será mantido até a sua realização total por meio de amortização ou baixa, contra resultado, conforme facultado pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08

Determinados ativos diferidos existentes nas controladas, cujo saldo em 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$544, foram reclassificados para outros grupos de ativos, no consolidado.

Ativo intangível - CPC 04 e Deliberação CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008

Determinados ativos intangíveis existentes nas controladas, reconhecidos antes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, e que atendem os requisitos específicos do Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 553, foram reclassificados do grupo de contas do ativo imobilizado intangível para o grupo de contas específico de ativos intangíveis.

Os ativos intangíveis nas controladas Bandeirante e Escelsa, que não atendiam aos requisitos do Pronunciamento específico, foram baixados contra lucros ou prejuízos acumulados, no montante de R\$8.550. Outros ativos intangíveis que atendem aos requisitos do Pronunciamento específico, mas que não haviam sido registrados anteriormente no ativo, não foram reconhecidos.

Ajustes a valor presente - CPC 12 e Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008

Determinadas contas a receber de curto e longo prazos foram ajustadas ao valor presente, com base em taxas de juros específicas que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda e condição de recebimento prefixada, com base no saldo inicial da data da transição conforme facultado pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08.

Os efeitos dos ajustes a valor presente decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638 e Medida Provisória nº 449/08 foram registrados contra lucros ou prejuízos acumulados, e os relativos a transações realizadas após esta data em contrapartida ao resultado do exercício.

Doações e subvenções - CPC 07 e Deliberação CVM nº 555, de 12 de novembro de 2008

As subvenções (incentivos fiscais do imposto de renda - ADA) recebidas pela controlada Enxerpeix antes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08 foram registradas em conta de reserva do capital no patrimônio líquido, na qual serão mantidas até a sua destinação e, as subvenções recebidas a partir do exercício de 2008, foram reconhecidas no resultado do exercício.

Efeitos da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08

Segue conciliação do resultado de 2008 e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2008, considerando os efeitos da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, com o resultado que seria obtido caso as mudanças de práticas contábeis relativas à referida legislação não tivessem sido adotadas.

	Controladora	
	2008	2007
Lucro do exercício findo em 31 de dezembro	388.329	446.889
Ajustes dos efeitos decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08		
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		(352)
Resultado de equivalência patrimonial	(3.238)	(10.302)
Lucro líquido sem os efeitos da Lei nº 11.638/07 (Resultado líquido ajustado)	385.091	436.235
Total dos ajustes líquidos decorrentes da adoção da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08		
	(3.238)	(10.654)
	31/12/2008	31/12/2007
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	3.538.913	3.892.259
Ajustes na data da transição reconhecidos em Lucros ou prejuízos acumulados		28.720
Diferença entre o resultado líquido do exercício e o resultado ajustado	(3.238)	(10.654)
Patrimônio líquido em 31 de dezembro, sem os efeitos da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08	3.535.675	3.910.325

	Consolidado	
	2008	2007
Lucro do exercício findo em 31 de dezembro	388.779	450.444
Ajustes dos efeitos decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08		
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	(6.536)	(10.440)
Custo do ativo intangível e amortização do intangível	(3.039)	(3.743)
Ajustes a valor presente de contas a receber	3.641	(1.779)
Diferenças temporárias e permanentes de IR e CSLL	2.696	5.308
Lucro líquido sem os efeitos da Lei nº 11.638/07 (Resultado líquido ajustado)	385.541	439.790
Total dos ajustes líquidos decorrentes da adoção da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08		
	(3.238)	(10.654)
	31/12/2008	31/12/2007
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	3.542.918	3.895.814
Ajustes na data da transição reconhecidas em Lucros ou prejuízos acumulados		28.720
Diferença entre o resultado líquido do exercício e o resultado ajustado	(3.238)	(10.654)

Patrimônio líquido em 31 de dezembro

	Consolidado	
	2008	2007
Lucro do exercício findo em 31 de dezembro	388.779	450.444
Ajustes dos efeitos decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08		
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	(6.536)	(10.440)
Custo do ativo intangível e amortização do intangível	(3.039)	(3.743)
Ajustes a valor presente de contas a receber	3.641	(1.779)
Diferenças temporárias e permanentes de IR e CSLL	2.696	5.308
Lucro líquido sem os efeitos da Lei nº 11.638/07 (Resultado líquido ajustado)	385.541	439.790
Total dos ajustes líquidos decorrentes da adoção da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08		
	(3.238)	(10.654)
	31/12/2008	31/12/2007
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	3.542.918	3.895.814
Ajustes na data da transição reconhecidas em Lucros ou prejuízos acumulados		28.720
Diferença entre o resultado líquido do exercício e o resultado ajustado	(3.238)	(10.654)

Patrimônio líquido em 31 de dezembro

	Consolidado	
	2008	2007
Lucro do exercício findo em 31 de dezembro	388.779	450.444
Ajustes dos efeitos decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08		
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	(6.536)	(10.440)
Custo do ativo intangível e amortização do intangível	(3.039)	(3.743)
Ajustes a valor presente de contas a receber	3.641	(1.779)
Diferenças temporárias e permanentes de IR e CSLL	2.696	5.308
Lucro líquido sem os efeitos da Lei nº 11.638/07 (Resultado líquido ajustado)	385.541	439.790
Total dos ajustes líquidos decorrentes da adoção da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08		
	(3.238)	(10.654)
	31/12/2008	31/12/2007
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	3.542.918	3.895.814
Ajustes na data da transição reconhecidas em Lucros ou prejuízos acumulados		28.720
Diferença entre o resultado líquido do exercício e o resultado ajustado	(3.238)	(10.654)

Os efeitos tributários dos ajustes decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08, quando aplicável, foram lançados nas contas de patrimônio líquido nas quais foram contabilizados os referidos ajustes, em contrapartida de contas patrimoniais de ativo ou passivo fiscal diferido.

3.2 - Resumo das principais práticas contábeis**a) Disponibilidades (Nota 5)**

Estão representadas, basicamente, por saldos mantidos em contas bancárias e incluem aplicações financeiras com disponibilidade imediata, estando esta última acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço, representando seu valor justo.

b) Consumidores e concessionárias

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado pelas controladas, ajustadas ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade dessas, que incluem:

- (i) Os valores faturados a consumidores finais, concessionárias distribuidoras e empresas comercializadoras, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada (Nota 6);
- (ii) O cálculo do valor presente é efetuado para parcelamentos de débitos de consumidores das controladas distribuidoras, com base nas taxas de remuneração de capital, regulamentada pela ANEEL e aplicadas às tarifas das distribuidoras de serviço público de energia elétrica, através do WACC regulatório vigente. A contrapartida dos ajustes a valor presente do contas a receber é contra o resultado do exercício (Nota 6.4);
- (iii) Os valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 6.1);
- (iv) Os saldos a receber relativos à Recomposição Tarifária Extraordinária - Perda de receita e Energia livre (Nota 4.1);
- (v) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Os valores foram apropriados conforme Instrução Contábil 6.3.2, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, como segue:

Clientes da Classe	Vencidos há mais de
Residencial	90 dias
Comercial	180 dias
Demais classes	360 dias

c) Estoques

Os materiais em estoque estão registrados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado, sendo que, os aplicáveis à operação e manutenção são classificados no Ativo circulante e, aqueles destinados a projetos e obras, são classificados no Ativo não circulante, na rubrica Imobilizado.

d) Conta de compensação de variação de custos da parcela "A" - CVA (Nota 8)

Esses custos são apropriados ao resultado à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores, conforme determinado nas Portarias Interministeriais nº 296 e nº 116, de 25 de outubro de 2001 e 4 de abril de 2003, respectivamente, na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e nas Resoluções complementares da ANEEL.

e) Investimentos (Nota 15)

Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e, em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum, são avaliadas por equivalência patrimonial. Outros investimentos que não se enquadram na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável.

f) Imobilizado (Nota 16)

Registrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, às taxas anuais constantes da tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997 e nº 44, de 17 de março de 1999.

As principais taxas anuais de depreciação praticadas pela Companhia e controladas são as seguintes:

Atividade de distribuição			
Tipo de equipamento	%	Tipo de equipamento	%
Banco de capacitores paralelo inferior a 69kv	6,7	Regulador de tensão igual ou superior a 69kv	3,5
Banco de capacitores seriais	5,0	Religador	4,3
Chave inferior a 69kv	6,7	Transformador de distribuição	5,0
Compensador de reativos	3,3	Transformador de força	2,5
Condutor inferior a 69kv	5,0	Transformador de medida	3,0
Disjuntor	3,0	Transformador de serviços auxiliares	3,3
Edificação - casa de força	2,0	Banco de capacitores paralelo igual ou superior a 69kv	5,0
Edificação - outras	4,0	Chave igual ou superior a 69kv	3,3
Estrutura (poste, torre) inferior a 69kv	5,0	Condutor igual ou superior a 69kv	2,5
Medidor	4,0	Estrutura (poste, torre) igual ou superior a 69kv	2,5
Painel, mesa de comando e cubículo	3,0	Regulador de tensão inferior a 69kv	4,8
Atividade de geração		Demais atividades	
Tipo de equipamento	%	Tipo de equipamento	%
Comporta	3,3	Edificação	4,0
Edificação - casa de força	2,0	Equipamento geral	10,0
Edificação - outras	4,0	Veículos	20,0
Gerador	3,3		
Reservatório, barragem e adutora	2,0		
Turbina hidráulica	2,5		
Urbanização e benfeitorias	4,0		

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Deliberação CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras. O mesmo procedimento foi adotado para os juros sobre o capital próprio (quando aplicável), até 1997 na Bandeirante e 2001 na Escelsa, que financiou as obras em andamento conforme previsto na legislação específica do Serviço Público de Energia Elétrica.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

r) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e concessionárias é efetuado mensalmente, de acordo com o calendário de leitura e contratos de fornecimento, respectivamente.

A energia fornecida e não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, é estimada e reconhecida como receita não faturada.

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

s) Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, requer que a Administração da Companhia e das controladas se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Receita de fornecimento não faturado;
- Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;
- Perda ou ganho de receita - baixa renda;
- Ativos e passivos regulatórios decorrentes de revisão e reajustes tarifários;
- Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias;
- Recuperação de créditos PIS/COFINS - COSIT 27;
- Obrigações especiais;
- Mensuração de instrumentos financeiros;
- Provisões para contingências; e
- Planos de benefícios pós-emprego.

t) Redução ao valor recuperável

Os ativos do imobilizado, do intangível e do diferido têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. O ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor.

u) Instrumentos financeiros (Nota 32)

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos, financiamentos e debêntures, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia ou suas controladas têm a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos disponíveis para venda

Os investimentos da Companhia e suas controladas em instrumentos de patrimônio e de certos ativos relativos a instrumentos de dívida são classificados como disponíveis para venda. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliadas pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moeda estrangeira destes instrumentos, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para resultado.

• Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

• Outros

Outros instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

• Instrumentos financeiros derivativos

As controladas Bandeirante, Energest e CESA detêm instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juro.

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado do exercício.

Moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia e controladas é o Real, de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

3.3 - Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pela Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, e alterações posteriores, abrangendo a EDP - Energias do Brasil S.A., suas controladas (conforme descrito na nota 1) e a controlada em conjunto Porto do Pecém a partir de 14 de outubro de 2008. Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre as diversas empresas do grupo.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da controladora nas Companhias controladas;
- Eliminação dos saldos das contas entre a controladora e as Companhias controladas incluídas na consolidação, bem como das contas mantidas entre estas Companhias controladas;
- Destaque da participação dos acionistas minoritários nos balanços patrimoniais e nas demonstrações dos resultados.

A conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido está demonstrada a seguir:

	31/12/2008	
	Patrimônio líquido	Lucro líquido
Controladora	3.538.913	388.329
Provisão AFAC Enercouth (*)	4.005	450
Consolidado	3.542.918	388.779

(*) Refere-se à provisão para perda do adiantamento para futuro aumento de capital na Enercouth.

3.4 - Investimentos em controlada em conjunto - Porto do Pecém

O balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2008, da controlada em conjunto em fase pré-operacional Porto do Pecém, é apresentado a seguir:

	Balanco Patrimonial resumido em 31/12/2008	
	ATIVO	PASSIVO
Circulante	26.862	Circulante 675.948
Realizável a longo prazo	126.552	Não circulante 131.168
Imobilizado	814.004	Patrimônio líquido 160.310
Intangível	8	
Total	967.426	Total 967.426

4 - Ativos e passivos regulatórios

Apresenta-se a seguir a posição dos ativos e passivos regulatórios contidos nos Balanços Patrimoniais consolidados:

	Nota	Consolidado			
		Circulante		Não circulante	
		31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Consumidores e concessionárias	6				
Composição tarifária					
extraordinária - energia livre			1.196		
Programa luz para todos	17.992		16.489		
PIS e COFINS das geradoras			93		
Outros ativos regulatórios	46.524		24.560	15.246	11.292
Outros créditos	14				
Modicidade tarifária - baixa renda	53.927		43.063		
Despesas pagas antecipadamente	7				
PIS e COFINS - majoração de alíquota	5.793		6.528	1.385	
Forn. não faturado - diferimento tarifário			31.136	10.379	
Conta de compensação de variação de custos da parcela "A"	8				
Parcela "A"		34.725	165.453		54.620
CVA - ativa		81.871	131.603	94.563	33.579
Total de ativos regulatórios		240.832	420.121	109.809	111.255
Fornecedores	18				
Energia livre		(5.343)	(25.473)		
Conta de compensação de variação de custos da parcela "A"	8				
Parcela "A"		(21.078)		(51.289)	(36.879)
CVA - passiva		(51.779)	(131.321)		
Devolução tarifária					
Devolução tarifária - BRR 2003			(137.354)		(45.785)
Outras contas a pagar	14				
PIS e COFINS das geradoras		(1)	(438)		
Modicidade tarifária - baixa renda		(47.766)	(127)		
Outros passivos regulatórios		(4.476)	(4.610)	(13.455)	
Total de passivos regulatórios		(130.443)	(299.323)	(64.744)	(82.664)
Total ativos (-) passivos regulatórios		110.389	120.798	45.065	28.591

4.1 - Composição da RTE homologada pela ANEEL, representativa da Parcela "A"

Item	Número do instrumento de homologação	Valor homologado	Consolidado			
			Remuneração acumulada	Valor amortizado	Saldo a amortizar	
					31/12/2008	31/12/2007
	Resoluções nºs					
Parcela "A"	480/02, 481/02 e 01/04	99.704	176.137	(262.194)	13.647	220.073
A RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária refere-se aos valores aplicáveis a cada concessionária de distribuição de energia elétrica, através de reajuste tarifário extraordinário de 2,9% aplicáveis aos consumidores residenciais (exceto os de baixa renda), rurais e Iluminação Pública e de 7,9% para os demais consumidores, que objetivou neutralizar os efeitos de perda de receita nas distribuidoras e ressarcir os custos com energia livre suprida nas geradoras, durante o Programa de Redução do Consumo de Energia Elétrica - PERCEE, o qual vigorou no período compreendido entre junho de 2001 e fevereiro de 2002 e, para compensar déficits de custos tarifários não gerenciáveis integrantes da parcela "A" nas distribuidoras, ocorridos entre 1º de janeiro e 25 de outubro de 2001.						
Com o fim do prazo máximo para o ressarcimento dos montantes homologados pela ANEEL, correspondentes às parcelas de Perda de receita e de Energia livre, iniciou-se em abril de 2007 para a controlada Bandeirante e em outubro de 2007 para a controlada Escelsa, a amortização do valor homologado correspondente à Parcela "A", esse sem limite de permanência para seu pleno ressarcimento conforme Resolução Normativa ANEEL nº 1, de 12 de janeiro de 2004, republicada em 1º de junho de 2004. No caso da controlada Bandeirante, o saldo de Parcela "A" foi integralmente amortizado até o mês de agosto de 2008 e, para os valores subsequentemente cobrados dos consumidores até a data do reajuste tarifário, em 23 de outubro de 2008, foi registrado passivo regulatório no valor de R\$21.078, para inclusão no próximo reajuste tarifário em outubro de 2009.						
Em decorrência das diferenças de critérios de amortização da Recomposição da receita e da Energia livre conforme Resolução Normativa ANEEL nº 1, a controlada Bandeirante formulou consulta a ANEEL solicitando esclarecimentos sobre os procedimentos de amortização da Parcela "A" de 2001 no tocante a inclusão ou não do PIS e COFINS.						

4.2 - Reajustes e revisão tarifária periódica

Reajuste tarifário 2008 - controlada Bandeirante

Em reunião pública ocorrida em 21 de outubro de 2008, a ANEEL aprovou o relatório que autorizou o reajuste médio das tarifas de energia elétrica e de uso do sistema de distribuição em 14,48%, para o período de outubro de 2008 a setembro de 2009, englobando todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, etc.). Considerando-se ajustes financeiros já incluídos nas tarifas da Bandeirante, associados à recuperação relativa a períodos passados, o reajuste tarifário médio efetivo nas faturas de energia elétrica foi de 15,14%, sendo 15,45% para os consumidores de baixa tensão (abaixo de 2,3 kV) e de 14,82% para os consumidores de alta tensão (acima de 2,3 kV).

No processo de reajuste tarifário de concessionárias de distribuição, a ANEEL considera a variação de custos que as empresas experimentaram no decorrer de doze meses anteriores. A fórmula de cálculo inclui custos gerenciáveis, sobre os quais incide o IGP-M ajustado pelo Fator X e custos não gerenciáveis, como energia comprada de geradoras, Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), Reserva Global de Reversão (RGR), taxa de fiscalização e encargos de transmissão, além de ajustes financeiros reconhecidos pela ANEEL na Conta de Variação de Itens da Parcela "A" (CVA) e outros instrumentos.

Na composição do reajuste aplicado em 2008 para a Bandeirante, destacam-se a compra de energia com 5,59%, a Parcela "B" com 2,88% devido ao IGP-M de 12,31%, e os ajustes financeiros com 2,59%.

Revisão tarifária 2007 - controlada Bandeirante

A modelagem da Revisão Tarifária que envolve, dentre outras, a Empresa de Referência e Base de Remuneração, está na dependência da validação da nova metodologia submetida ao processo de Audiência Pública AP 52/2007.

A ANEEL promoveu, neste reajuste tarifário, revisão parcial do índice de reposicionamento tarifário definido na 2ª Revisão Tarifária Periódica da controlada Bandeirante de 2007, alterando de -8,8% para -9,02%. Possíveis efeitos decorrentes da Revisão Definitiva de 2007, se houver, serão refletidos na posição patrimonial e financeira da controlada, em períodos subsequentes.

Reajuste tarifário 2008 - controlada Escelsa

Em reunião pública ocorrida no dia 5 de agosto de 2008, a ANEEL aprovou o relatório que autorizou o reajuste médio das tarifas da controlada Escelsa em 12,17%, para o período a partir de agosto de 2008 a julho de 2009, englobando todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, etc.). Considerando-se ajustes financeiros já incluídos nas tarifas da Escelsa, associados à recuperação relativa a períodos passados, o reajuste tarifário médio efetivo nas faturas de energia elétrica será de 7,13%, sendo 6,96% para os consumidores de baixa tensão (abaixo de 2,3 kV) e de 7,48% para os consumidores de alta tensão (acima de 2,3 kV).

Na composição do reajuste, aplicado em 2008 para a controlada Escelsa, destacam-se a compra de energia com 2,77%, a Parcela "B" com 3,52% devido ao IGP-M de 15,12% e os ajustes financeiros com 4,69%.

Revisão Tarifária de 2007 - controlada Escelsa

Neste reajuste tarifário estão considerados os efeitos das alterações efetuadas na 4ª Revisão Tarifária Periódica de agosto de 2007, que passou de -6,92% para -4,90%, em decorrência de ajustes nos valores de perdas irre recuperáveis e cobertura tarifária para os consumidores da subclasse residencial Baixa Renda, bem como do recálculo do Fator X, que passou de 1,45% para 2,03%. Cabe ressaltar que os resultados da 4ª Revisão Tarifária Periódica da controlada Escelsa permanecem provisórios. Nos ajustes financeiros de 4,69% foram incluídos aproximadamente R\$12.000 do efeito retroativo dos ajustes nos valores de perdas irre recuperáveis e cobertura tarifária para os consumidores da subclasse residencial Baixa Renda.

O reposicionamento é o principal resultado da revisão tarifária, e decorre da aferição pela ANEEL dos custos operacionais eficientes, através da metodologia Empresa de Referência - ER, da avaliação dos investimentos prudentes, através da Base de Remuneração Regulatória - BRR, e, do reconhecimento de custos não gerenciáveis, Parcela "A". No caso da controlada Escelsa, a ER foi mantida como provisória por existir alguns componentes ainda em avaliação pela ANEEL.

5 - Disponibilidades

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Bancos conta movimento	47.307	82.831	279.372	248.931
Aplicações financeiras - renda fixa	32.136	10.082	272.141	440.223
Total	79.443	92.913	551.513	689.154

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados a taxas que variam entre 98% e 104,1% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6 - Consumidores e concessionárias

	Consolidado						
	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total		Saldo líquido em 31/12/2008	Saldo líquido em 31/12/2007
				Total	PCLD		
Circulante							
Consumidores							
Fornecimento faturado							
Residencial	74.090	73.450	18.209	165.749	(21.213)	144.536	184.576
Industrial	22.534	10.134	14.134	46.802	(8.707)	38.095	57.438
Comércio, serviços e outras atividades	29.029	14.742	19.032	62.803	(16.315)	46.488	73.445
Rural	7.566	4.835	2.222	14.623	(317)	14.306	22.242
Poder público							
Federal	3.208	213	261	3.682	(279)	3.403	8.323
Estadual	4.398	500	766	5.664	(564)	5.100	11.279
Municipal	4.454	2.798	5.242	12.494	(1.181)	11.313	16.005
Iluminação pública	7.398	2.924	10.625	20.947	(5.324)	15.623	21.313
Serviço público	4.935	5.017	3.628	13.580	(91)	13.489	19.144
Clientes livres	6.121			6.121		6.121	32.000
Fornecimento não faturado	214.571			214.571		214.571	245.879
Parcelamentos de débitos	39.311	5.147	24.103	68.561	(32.865)	35.696	58.377
(-) Ajuste a valor presente	1.570			1.570		1.570	12
Outros créditos	33.526			33.526		33.526	39.241
Ativo regulatório							
Energia livre							1.196
Outros ativos regulatórios	53.869			53.869		53.869	37.715
Total circulante	506.580	119.760	98.222	724.562	(86.856)	637.706	828.185
Concessionárias							
Suprimento - convencional	167.546			167.546	(65.753)	101.793	34.873
Energia de curto prazo	10.072			10.072		10.072	24.225
PIS e COFINS das geradoras							93
Encargos de uso da rede elétrica	8.234			8.234		8.234	10.289
Ativos regulatórios	10.647			10.647		10.647	3.334
Outros	10.849			10.849		10.849	3.270
Total	207.348			207.348	(65.753)	141.595	76.084
Total circulante	713.928	119.760	98.222	931.910	(152.609)	779.301	904.269
Não circulante							
Consumidores							
Industrial	17.764			17.764		17.764	24.182
Comércio, serviços e outras atividades	54			54		54	54
Poder público							
Municipal	3			3			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Os contratos de concessão de distribuição de energia elétrica estabelecem, na composição das tarifas praticadas pelas concessionárias, valores para cada item de custos exógenos, imputáveis à despesa operacional, integrantes da variável denominada Parcela "A", da fórmula do "Índice de Reajuste Tarifário - IRT", demonstrados a seguir:

- Tarifa de repasse de potência proveniente de Itaipu Binacional;
- Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu Binacional;
- Quota de recolhimento à Conta de Consumo de Combustíveis - CCC;
- Tarifa de uso das instalações de transmissão, integrantes da rede básica;
- Encargos de Serviços de Sistema - ESS;
- Energia comprada;
- Quota de Reserva Global de Reversão - RGR;
- Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica;
- Encargos de conexão;
- Conta de Desenvolvimento Energético - CDE;
- Contrato de Compra de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR; e
- Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA.

Os registros para compensação de diferenças, positivas ou negativas, entre os valores pagos de cada item e os respectivos valores de cobertura consideradas nas tarifas de energia elétrica, são efetuados de acordo com o regime de competência, no ativo e/ou passivo, com contrapartidas no resultado conforme a sua natureza de gasto.

A mutação da CVA no exercício é a seguinte:

Item	Saldo em 31/12/2007	Apropriação	Atualização monetária	Amortização	Baixa - permuta de ativos (nota 1.1)	Saldo em 31/12/2008
Parcela "A"	220.073		13.327	(188.341)	(31.412)	13.647
CVA	(3.018)	111.266	(1.952)	(14.296)	(18.634)	73.366
	<u>217.055</u>	<u>111.266</u>	<u>11.375</u>	<u>(202.637)</u>	<u>(50.046)</u>	<u>87.013</u>

Parcela "A": de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001 - valores correspondentes a RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária mencionada na nota 4.

9 - Impostos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007	
Ativo - Compensáveis					
Imposto de renda e contribuição social	51.373	15.627	226.425	222.212	
ICMS	53		26.970	38.710	31.084
PIS e COFINS	235	236	65.861	31.117	137
IRRF sobre juros s/capital próprio	23.343	22.227	23.343	22.227	
Outros	3.399	26.784	18.319	52.687	
Total	78.403	64.874	360.918	366.953	31.084
Passivo - a recolher					
Imposto de renda e contribuição social			176.889	132.963	
ICMS sobre diferencial de alíquota			3	6.775	
ICMS			107.445	120.668	
PIS e COFINS			63.566	43.090	34.451
ISS			30		564
IRRF sobre juros s/capital próprio	14.777	18.766	42.274	40.993	
Outros	835	509	11.761	26.264	
Total	15.612	19.275	401.968	370.753	34.451

9.1 - Tributação de operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Em decorrência dos termos do artigo 32 da Medida Provisória nº 66, de 29 de agosto de 2002, convertida na Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 e da Instrução Normativa nº 199, de 12 de setembro de 2002, as distribuidoras de energia elétrica, como agentes integrantes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, exerceram a opção pelo regime especial de tributação do PIS e da COFINS, sobre receitas auferidas em operações realizadas no âmbito daquela Instituição.

Os principais efeitos referem-se à base de cálculo incidente sobre os resultados positivos líquidos e na continuidade da aplicação da alíquota de 0,65% e 3% para o PIS e COFINS, respectivamente.

9.2 - PIS e COFINS

Os saldos de ativo e passivo de PIS e COFINS, em 31 de dezembro de 2008, consideram o registro pelas controladas Bandeirante e Escelsa dos créditos extemporâneos, no montante de R\$40.054, decorrentes da interpretação dada pela Secretaria da Receita Federal na Solução de Consulta COSIT 27/2008, correspondente aos créditos apurados sobre os gastos com materiais aplicados ou consumidos na atividade de fornecimento de energia elétrica e dos encargos de depreciação de máquinas, equipamentos e outros bens do ativo imobilizado, a serem compensadas com débitos dessas contribuições. Em consonância com a Nota Técnica 115/2005 da ANEEL, as controladas reconheceram no Passivo circulante, na rubrica Outras obrigações, igual montante a ser devolvido aos consumidores, uma vez que tais créditos influenciarão na alíquota efetiva a ser cobrada no futuro (Nota 14).

10 - Imposto de renda e contribuições sociais diferidos

10.1 - Ativo

Os créditos fiscais a seguir detalhados, incidentes sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, das controladas Bandeirante, Escelsa, Enertrade, Energest, EDP - Lajeado e Pantanal, no prazo máximo de 10 anos.

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
IR sobre prejuízos fiscais	38.747	22.383	114.221	249.084
CSLL sobre base negativa	13.987	10.232	53.382	92.591
IR e CSLL sobre demais diferenças temporárias	61.796	142.607	71.871	83.623
IR e CSLL sobre provisão para déficit previdenciário - PSAP	3.113	3.279	24.900	29.512
IR e CSLL sobre crédito fiscal incorporado - Ágio	7.909	14.752	140.299	239.694
IR e CSLL sobre demais diferenças temporárias - RTT	669	1.877	7.701	7.429
Total	126.221	195.130	412.374	701.933

Baseado nos estudos técnicos das projeções de resultados tributáveis, computados de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998, estima-se a recuperação dos créditos tributários não circulantes nos seguintes exercícios:

	2010	2011	2012	2013	2014	2015 a 2017	2018 a 2019	Não circulante
	201.902	81.069	41.856	42.418	31.257	12.217	1.655	412.374

As Administrações das empresas elaboraram, em 31 de dezembro de 2008, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados e, para as controladas Bandeirante e Escelsa, conforme requerido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, os referidos estudos foram aprovados pelos respectivos Conselhos de Administração. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

10.1.1 - O crédito fiscal advindo da Provisão para Déficit Previdenciário - PSAP, refere-se à parcela de benefícios excedente aos ativos relativos aos planos previdenciários do tipo benefício definido na controlada Bandeirante, cuja provisão em 31 de dezembro de 2001 foi efetuada em contrapartida ao Patrimônio líquido, dedutível por ocasião dos pagamentos mensais, com expectativa de finalização no exercício de 2017. A parcela relativa ao cálculo de excesso ao limite legal de dedução equivalente a 20% em relação à folha de salários-base corresponde a proporção dos recursos destinados ao saldamento dos participantes ativos.

10.1.2 - O crédito fiscal do ágio é proveniente:

a) na controlada Bandeirante, da incorporação, ocorrida no exercício de 2002, da parcela cindida da anterior controladora Enerpaulo - Energia Paulista Ltda., representada pelo ágio pago pela Enerpaulo quando da aquisição de ações de emissão da Bandeirante;

b) na controlada Escelsa, da incorporação, ocorrida em abril de 2005, da parcela cindida da controladora EDP Energias do Brasil S.A., representada pelo ágio pago pelas incorporadas EDP 2000 Participações Ltda. e EDP Investimentos Ltda. quando da aquisição de ações de emissão da IVEN, na época controladora da Escelsa.

Os valores foram contabilizados de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e 349/99 e, conforme determinação da ANEEL, serão amortizados pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão das Companhias, o que resulta em realização anual média futura do crédito fiscal de R\$6.063 para a Bandeirante até o ano de 2027 e R\$1.942 para a Escelsa até o ano de 2025.

10.1.3 - A projeção de resultados tributáveis futuros indica que as controladas Bandeirante e Escelsa apresentam base de cálculo suficiente para recuperação do saldo integral dos créditos tributários no período como demonstrado. No entanto, quanto aos créditos em 31 de dezembro de 2008 relacionados ao PSAP e Ágio, mencionados nas notas 10.1.1 e 10.1.2, os mesmos serão realizados financeiramente até 2017 e 2027, respectivamente, em consonância com as normas de amortização dos valores a eles vinculados.

10.2 - Passivo

	Controladora		Consolidado		
	Ativo	Passivo	Receitas no exercício	Ativo	Receitas no exercício
	31/12/2008	31/12/2007	2008	31/12/2008	2008
Imposto de renda				1.448	17.641
Contribuição social				521	6.351
PIS					469
COFINS					2.168
Total			1.969	1.969	26.629
Circulante					6.817
Não circulante					19.812
Total			1.969	1.969	26.629

11 - Partes relacionadas

Os acionistas do bloco controlador da Companhia estão apresentados na nota 25.1, com os quais a única transação existente é a relativa ao pagamento de dividendos, que no exercício montou em R\$119.826 (R\$88.852 em 2007).

Além dos valores a receber como dividendos de suas controladas e coligadas, apresentados na nota 26, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de transações realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação.

	Controladora		Consolidado						
	Ativo	Passivo	Receitas no exercício	Ativo	Passivo	Receitas no exercício	Ativo	Passivo	Receitas no exercício
	31/12/2008	31/12/2007	2008	31/12/2008	31/12/2007	2008	31/12/2008	31/12/2007	2008
Partes relacionadas									
Bandeirante	351	124	371	182					
CESA	82.849	77.754		5.095	4.341				
Energest	35.793	35.733	4	4					
Energul		267		41	8	107			
Enertrade	103								
ESC90	22.090	23.723		11.369	10.925		22.104	23.814	11.369
Escelsa	233	263	135	23	263				
Escelsapar	2.668	1.930		189	161				
Pantanal		14.982							
Total	144.087	154.776	510	250	16.661	15.797	22.104	23.814	11.369

Os saldos com as controladas Bandeirante, Escelsa e Enertrade referem-se ao compartilhamento de gastos com pessoal, material e serviços de terceiros, aprovados pela ANEEL através do Despacho nº 2.194, de 13 de julho de 2007 e, com as demais empresas, referem-se fundamentalmente a mútuos financeiros.

A remuneração do pessoal chave da Administração no exercício de 2008, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R\$5.805, valor composto somente por benefícios de curto prazo.

Foi aprovada em Assembléia Geral Ordinária, realizada em 8 de abril de 2008, remuneração anual e global dos membros do Conselho de Administração, dos seus Comitês e da Diretoria, de até R\$6.000, para o período de abril de 2008 a março de 2009.

12 - Cauções e depósitos vinculados

	Controladora		Consolidado			
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Depósitos judiciais	24	2.080	2.080	2.944	2.551	2.080
Títulos caucionados-Sec. do Tesouro Nacional						
Cauções e depósitos vinculados					23.225	13.941
Total	2.080	2.080	2.944	2.551	25.305	16.021

13 - Adiantamentos para futuros aumentos de capital

	Controladora		Consolidado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Energest	35.040	35.040		
Enemova	7.700			
Investco				2.550
Total	42.740	35.040	42.740	2.550

14 - Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Controladora		Consolidado			
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Outros créditos - Ativo						
Adiantamentos a empregados	105	118			2.594	2.465
Adiantamentos a fornecedores	53	53			2.401	3.179
Cheques devolvidos						1.394
Créditos a receber - clientes					466	1.882
Padrão baixa renda						1.101
Modicidade tarifária - baixa renda					53.927	43.063
Dispêndios a reembolsar	405	533			5.166	8.398
Programa eficiência energética					2.863	8.428
RGR a compensar					2.091	2.741
Bens destinados à alienação					20.051	60
Desativação em curso					5.548	3.236
Serviços em curso	2.511	757			14.043	14.718
Serviços prestados a terceiros					11.290	4.449
Tributos e consignações sobre folha					1.551	549
Desativações e alienações					236	2.820
Compartilhamento de infra-estrutura					72	1.710
Prêmios diversos						2.064
Sub-rogação CCC - Res. 331/2005 e Ofício enc. Aneel 2007					9.040	6.856
Adiantamento UTE Resende e Norte Capixaba				6.462		6.462
Adiantamento referente a aquisição - Pecém				5.000		5.000
NDF - Nondeliverable forward contracts						60.669
Convênios de arrecadação					2.255	
Cessão de crédito - Tangará Energia S.A.					1.820	19.954
Cessão de crédito - Caiuá					3.347	4.435
Distribuição de Energia S.A.						4.435
Outros	170	900	765		14.924	26.343
Total	3.244	2.361	7.227	5.000	144.645	137.640
Outras contas a pagar - Passivo						
Adiantamentos recebidos - alienação de bens e direitos					9.837	6.470
Contribuição de iluminação pública					10.368	17.850
Valores a pagar à Piratininga						202
Credores diversos - consumidores					17.395	24.324
Credores diversos - concessionárias					3.436	7.292
Folha de pagamento		315			4.050	5.762
Colaboradores - PL/AGO84						7
Programa eficiência energética						2.846
PIS e COFINS das geradoras						438
Outros passivos regulatórios					4.193	4.610
Modicidade tarifária - baixa renda					47.766	127
Cessão de créditos de ICMS					308	8.667
Juros sobre empréstimo compulsório					431	3.088
Prefeituras - créditos adquiridos em precatórios						15
Arrecadação de terceiros a repassar					2.525	8.647
Valores a pagar TVs a Cabo e Telefonia					2.282	1.835
Devolução tarifária Cosit 27					40.054	
Liquidações financeiras na CCEE					430	457
Outras	2.208	518	25	4	18.187	23.057
Total	2.208	833	25	4	161.262	112.848

14.1 - Modicidade tarifária - baixa renda

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

15.2 - Participação direta dos investimentos

Empresas	Participações diretas			
	Investimentos		% Participação direta	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
EDP Energias do Brasil				
Bandeirante	680.031	749.766	100	100
Escelsa	685.145	776.363	100	100
Enersul		672.516		100
Energest	201.303	196.327	100	100
Enertrade	31.917	31.916	100	100
EDP Lajeado	155.203	155.695	59,93	59,93
Enerpeixe	631.267	606.492	60	60
Enernova (V)			100	
Tocantins Energia	76.865		50,88	
Lajeado Energia	225.200		47,23	
Investco (I)	42.559		4,53	
Escelsapar (II)			100	100
Enercouth (III)			100	100
ESC90 (IV)			48,51	48,51
Porto do Pécem	80.156		50	
Outros investimentos	37.820	149		
Deságio	(2.388)	(2.388)		
	<u>2.845.078</u>	<u>3.186.836</u>		
Energest				
Castelo Energética	77.017	64.352	100	100
Pantanal Energética	36.590	13.122	100	100
Costa Rica	8.834	8.708	51	51
Santa Fé	1	1	100	100
	<u>122.442</u>	<u>86.183</u>		
EDP Lajeado				
Investco (I)	239.559	231.018	23,34	23,06
Outros investimentos	278	2.213		
Deságio	(544)			
	<u>239.293</u>	<u>233.231</u>		
Tocantins Energia				
Lajeado Energia	103.550		12,70	
Ipeiras	5		100	
	<u>103.555</u>	<u>-</u>		
Lajeado Energia				
Investco (I)	400.334		39,07	
	<u>400.334</u>	<u>-</u>		
Outros investimentos	5.663	5.663		
Eliminações	(3.674.262)	(3.505.004)		
	<u>(3.668.599)</u>	<u>(3.499.341)</u>		
Total Consolidado	42.103	6.909		

(I) A Investco passou de consolidada proporcional para consolidada integral a partir de setembro de 2008 (nota 1.1).

(II) A Escelsapar possui provisão para passivo a descoberto no valor de R\$1.942 (R\$201 em dezembro 2007).

(III) A Enercouth possui provisão com passivo a descoberto no valor de R\$418 (R\$373 em dezembro 2007).

(IV) A ESC 90 não é consolidada e possui provisão para passivo a descoberto no valor de R\$51.383 (R\$56.685 em dezembro 2007).

(V) A Enernova possui provisão com passivo a descoberto no valor de R\$429.

16 - Imobilizado

	Taxas anuais médias de depreciação %	Controladora			
		31/12/2008		31/12/2007	
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço - tangível					
Administração					
Edificações, obras civis e benfeitorias	10,00	8	(2)	6	7
Máquinas e equipamentos	14,17	684	(367)	317	390
Veículos	18,36	922	(777)	145	228
Móveis e utensílios	9,73	1.298	(566)	732	859
Total do Imobilizado em serviço		2.912	(1.712)	1.200	1.484
Imobilizado em curso					
Administração		793		793	330
Total do Imobilizado em curso		793	-	793	330
Total Imobilizado tangível		3.705	(1.712)	1.993	1.814
		Consolidado			
		31/12/2008	31/12/2007		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço - tangível					
Distribuição					
Terrenos		49.005		49.005	50.014
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,82	98.237	(57.002)	41.235	65.709
Máquinas e equipamentos	3,82	3.465.075	(1.586.166)	1.878.909	2.541.590
Veículos	8,61	18.258	(13.139)	5.119	3.915
Móveis e utensílios	8,51	6.067	(4.428)	1.639	1.335
		<u>3.636.642</u>	<u>(1.660.735)</u>	<u>1.975.907</u>	<u>2.662.563</u>
Geração					
Terrenos		127.196		127.196	40.135
Reservatórios, barragens e adutoras	1,98	1.646.935	(169.264)	1.477.671	1.048.937
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,18	675.173	(110.667)	564.506	354.128
Máquinas e equipamentos	2,89	1.375.912	(193.568)	1.182.344	950.836
Veículos	15,32	3.114	(1.563)	1.551	854
Móveis e utensílios	8,69	954	(223)	731	881
		<u>3.829.284</u>	<u>(475.285)</u>	<u>3.353.999</u>	<u>2.395.771</u>
Transmissão					
Terrenos		1		1	
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,56	512	(155)	357	230
Máquinas e equipamentos	3,02	72.920	(17.828)	55.092	24.399
		<u>73.433</u>	<u>(17.983)</u>	<u>55.450</u>	<u>24.629</u>
Comercialização					
Terrenos		44		44	44
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,88	4.125	(2.405)	1.720	1.880
Máquinas e equipamentos	4,88	4.142	(2.616)	1.526	4.044
Veículos	15,89	921	(462)	459	360
Móveis e utensílios	3,57	1.654	(1.411)	243	246
		<u>10.886</u>	<u>(6.894)</u>	<u>3.992</u>	<u>6.574</u>
Administração					
Terrenos		915		915	1.173
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,27	14.031	(8.980)	5.051	16.423
Máquinas e equipamentos	6,03	84.679	(54.344)	30.335	64.027
Veículos	15,09	25.538	(14.130)	11.408	11.910
Móveis e utensílios	6,77	12.686	(6.901)	5.785	5.414
		<u>137.849</u>	<u>(84.355)</u>	<u>53.494</u>	<u>98.947</u>
Atividades não vinculadas à concessão					
Terrenos		273		273	365
Edificações, obras civis e benfeitorias					451
Máquinas e equipamentos		17	(17)		12
Móveis e utensílios		382	(127)	255	293
		<u>672</u>	<u>(144)</u>	<u>528</u>	<u>1.121</u>
Total do Imobilizado em serviço		7.688.766	(2.245.396)	5.443.370	5.189.605
Imobilizado em curso - tangível					
Distribuição		262.067		262.067	400.911
Geração		684.560		684.560	66.833
Transmissão		548		548	495
Comercialização		170		170	235
Administração		7.499		7.499	37.163
Total do Imobilizado em curso		954.844	-	954.844	505.637
Obrigações vinculadas à concessão			15.743	(364.379)	(614.980)
Total Imobilizado tangível		8.263.488	(2.229.653)	6.033.835	5.080.262

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Controladora						
	Valor líquido em 31/12/2007	Transferência para imobilizado		Depreciações		Baixas	Valor líquido em 31/12/2008
		Aquisições	em serviço	Depreciações	Baixas		
Imobilizado em serviço - tangível							
Edificações, obras civis e benfeitorias	7			(1)		6	
Máquinas e equipamentos	390	22		(95)		317	
Veículos	228	111		(242)	48	145	
Móveis e utensílios	859			(126)	(1)	732	
Total do Imobilizado em serviço	1.484	-	133	(464)	47	1.200	
Imobilizado em curso - tangível	330	596		(133)		793	
Total líquido	1.814	596	-	(464)	47	1.993	
		Consolidado					
	Valor líquido em 31/12/2007	Aquisições	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Mudança de participação líquida em (nota 1.1)	Valor líquido em 31/12/2008
Imobilizado em serviço - tangível							
Terrenos	91.731	471	(90)	(2.234)		87.555	177.433
Reservatórios, barragens e adutoras	1.048.937	30.341	(25.963)			424.356	1.477.671
Edificações, obras civis e benfeitorias	438.819	5.614	(16.705)	(239)	(37.012)	222.391	612.868
Máquinas e equipamentos	3.584.912	25	457.372	(212.580)	(39.046)	(936.372)	293.897
Veículos	17.040	3	14.091	(6.986)	(96)	(5.800)	287
Móveis e utensílios	8.166	1	1.789	(1.705)	(58)	(1.053)	1.511
Total do imobilizado em serviço	5.189.605	29	509.678	(263.939)	(39.529)	(982.471)	5.443.370
Total do imobilizado em curso	505.637	656.646	(523.705)		(30.128)	(61.339)	366.206
Total do imobilizado - tangível	5.695.242	656.675	(14.027)	(263.939)	(69.657)	(1.043.810)	366.206
(-) Obrigações vinculadas à concessão							1.071.524
Contribuição de consumidores	(274.736)	(21.999)	(146)	10.018	3.164	40.032	(243.667)
Participação da União, Estados e Municípios	(160.197)	(4.863)	(152)	3.033	1.052	115.761	(45.366)
Doações e subvenções	(180.047)	(5.800)	298	5.777	1.948	102.478	(75.346)
	(614.980)	(32.662)	-	18.828	6.164	258.271	(364.379)
Total líquido	5.080.262	624.013	(14.027)	(245.111)	(63.493)	(785.539)	366.206

16.1 - Dos bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

16.2 - Bens e direitos da União utilizados pela concessionária

Os bens da União sob a administração da controlada Escelsa constituem-se de terrenos e antigas edificações que encontram-se fora de uso, em função da impossibilidade prática de suas utilizações, portanto improdutivas, estando seus valores registrados no Sistema Extrapatrimonial.

16.3 - Capitalização das despesas com administração central

Conforme mencionado na nota 3.2.f, foi incorporado no Ativo Imobilizado no exercício, a título de capitalização de parcelas de gastos com a administração central, o montante de R\$17.535, registrado por transferência e em contrapartida ao Resultado do exercício no grupo de Gastos operacionais - Despesas gerais e administrativas.

17 - Intangível

	Taxas anuais médias de amortização %	Controladora			31/12/2007
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	
Intangível em serviço					
Administração					
Software	8,78	1.979	(1.693)	286	356
Total do intangível em serviço		1.979	(1.693)	286	356
Intangível em curso					
Administração		181		181	95
Total do intangível em curso		181	-	181	95
Ágio na aquisição de investimentos					
Enersul e Pantanal		13.373	(2.311)	11.062	194.621
Bandeirante		38.143	(9.354)	28.789	30.246
Enerpeixe		3.837	(606)	3.231	3.348
Lajeado Energia e Investco		450.553	(7.234)	443.319	
Porto do Pécem		3.590		3.590	
		<u>509.496</u>	<u>(19.505)</u>	<u>489.991</u>	<u>228.215</u>
Total intangível		511.656	(21.198)	490.458	228.666
		Consolidado			
		31/12/2008	31/12/2007		
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					
Distribuição					
Software	18,76	38.914	(28.295)	10.619	12.131
Servidão permanente		12.313		12.313	9.816
		<u>51.227</u>	<u>(28.295)</u>	<u>22.932</u>	<u>21.947</u>
Geração					
Software	18,14	2.089	(448)	1.641	548
Servidão permanente		310		310	541
		<u>2.399</u>	<u>(448)</u>	<u>1.951</u>	<u>1.089</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

- (iv) Pedido de auto-falência formulado pela Emissora;
 (v) Liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora ou de sua controladora direta;
 (vi) Se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; e
 (vii) Perda da concessão para distribuição de energia elétrica.

19.2 - Emissora Escelsa

Em 14 de junho de 2007, o Conselho de Administração da Escelsa aprovou a contratação de linhas de financiamento de longo prazo, materializadas pela 2ª emissão de debêntures.
 Em 2 de julho de 2007, foi promovida a segunda emissão de debêntures simples, da forma escritural e nominativa, em série única, para subscrição pública, da espécie subordinadas, não conversíveis em ações. As debêntures desta emissão não estão sujeitas a repactuação programada.

Foram lançadas o total de 25.000 debêntures, de valor nominal unitário de R\$10.000,00, com subscrição integral no valor total de R\$250.000 com prazo de vigência de 7 (sete) anos, pagamento de juros remuneratórios semestrais e período de carência de 5 (cinco) anos para amortização do principal, cujo vencimento final dar-se-á em 2 de julho de 2014, sendo a primeira amortização, de 33,33%, em 2 de julho de 2012, a segunda, de 33,33%, em 2 de julho de 2013 e a terceira, de 33,34%, em 2 de julho de 2014. A colocação foi concluída em 10 de julho de 2007.

A título de remuneração sobre o valor nominal das debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 105% da acumulação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - DIs, "over extra grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP (taxas DI) calculadas de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos. A remuneração correspondente aos períodos de capitalização será devida e paga semestralmente, sendo o primeiro vencimento em 2 de dezembro de 2007 e o último em 2 de julho de 2014.

Os recursos captados na distribuição foram destinados integralmente ao pagamento dos *sênior notes* emitidas pela emissora em 15 de julho de 1997, com vencimento final em 15 de julho de 2007.

O contrato apresenta cláusulas prevendo rescisão nas mesmas hipóteses descritas na nota 19.1, para a primeira emissão.

19.3 - Emissora - Investco

Em fevereiro de 2002, foi registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM a primeira emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, com 25.000 debêntures no valor nominal unitário de R\$10.000,00, com prazo de vencimento de 120 meses a partir da data de emissão (1º de novembro de 2001), atualizável a partir da data de emissão, pelo IGP-M. A remuneração prefixada à taxa de 12,8% a.a., incidente sobre o saldo não amortizado do valor nominal unitário atualizado.

Essas debêntures possuem fiança conjunta e solidária da EDP - Energias do Brasil S.A. e da EDP - Energias de Portugal. A integralização ocorreu em 1º de março de 2002, pelo valor total de R\$264.791.

Em 16 de dezembro de 2002, foi elaborado o 3º Aditivo à Escritura dessas debêntures que contempla a alteração do item 4.5.1 da Cláusula IV da Escritura e a inclusão do subitem 4.5.2.1 na Cláusula IV da Escritura. Como consequência dessas alterações, a atualização devida em 1º de novembro de 2002 foi capitalizada ao valor nominal das debêntures e está sendo paga com a amortização programada no período de 1º de novembro de 2003 a 1º de novembro de 2011, a 11,11% a.a.

Em reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 16 de outubro de 2006, foi deliberado a utilização do IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado para atualização das debêntures, e farão jus ao pagamento de juros remuneratórios pré-fixados à taxa de 10,5% a.a., a vigorar no período de vigência da remuneração, a partir de 1º de novembro de 2006.

Esses recursos foram destinados a investimentos em ativos fixos e capital de giro para conclusão da UHE Luís Eduardo Magalhães (UHE Lajeado).

Os valores são consolidados na Energias do Brasil, até 31 de agosto de 2008 proporcionalmente ao seu percentual de participação indireta até então detido, de 23,0576% e, a partir de 1º de setembro de 2008, consolidados integralmente, no âmbito do descrito na nota 1.1.

19.4 - Em 31 de dezembro de 2008, as controladas encontram-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas dos *covenants* previstas nos contratos de debêntures.

19.5 - Vencimento das parcelas do não circulante:

Ano	Valor
2010	202.317
2011	202.770
2012	83.023
2013	83.023
2014	83.047
Total	654.180

19.6 - A mutação das debêntures no exercício é a seguinte:

	Consolidado	
	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	24.252	1.120.343
Encargos e atualizações monetárias	126.579	
Amortizações	(174.814)	
Transferências para o circulante	314.870	(314.870)
Amortização dos custos da transação	1.307	
Alienação da controlada Enersul	(73.690)	(151.293)
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	218.504	654.180

20 - Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Controladora		
	31/12/2008		
	Encargos	Circulante	Principal
Moeda nacional			
Cédula de Crédito Bancário	7.700		250.000
Total	7.700		250.000

	Consolidado						
	Empresa	31/12/2008			31/12/2007		
		Encargos	Circulante	Não circulante	Encargos	Circulante	Não circulante

Moeda estrangeira							
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento	bandeirante	531	27.054	34.100	1.130	47.556	46.351
Amortização do custo da transação	bandeirante		(1.438)	(3.116)		(1.438)	(4.554)
European Invest Bank	enersul				28	2.802	193
STN-DMLP	enersul				243	1.456	15.921
Banco Santander Brasil S.A.	energest	966	24.786				
BNDES	energest	5	471	393	5	351	644
Banco Santander Brasil S.A.	cesa	537	13.771				
BNDES	cesa	6	418	1.080	6	311	1.113
BNDES	pantanal	5	378	976	6	283	1.012
Itaú BBA S.A.	enerpeixe				5	1.313	
Banco do Brasil S.A.	enerpeixe				4	1.094	
BNDES	enerpeixe				17	4.377	
Bradesco	enerpeixe				4	1.104	
Unibanco	enerpeixe				4	876	
Citibank	pecém	431	184.623				
		2.481	250.063	33.433	1.452	60.085	60.680

	Empresa	Consolidado					
		31/12/2008			31/12/2007		
		Encargos	Circulante	Não circulante	Encargos	Circulante	Não circulante
Moeda nacional							
BNDES - CVA	bandeirante				18	2.070	2.572
Eletrobrás	bandeirante		1.053	9.340	96	996	9.655
Cédula de Crédito Bancário	bandeirante	918	20.400	81.600	764		102.000
Juros s/fundo reversão	bandeirante	73			73		
BNDES FINAME	bandeirante	12	1.565	1.015			
BNDES - Banco do Brasil	bandeirante	135	5.929	26.683			
BNDES - Banco Santander	bandeirante	135	5.929	26.683			
Eletrobrás	escelsa	13	10.428	90.300	382	7.210	50.829
Cédula de Crédito Bancário	escelsa	2.188		40.400	1.766		40.400
Juros s/fundo reversão	escelsa				150		
BNDES	escelsa	19	4.368	3.281	53	4.357	7.610
BNDES - Banco do Brasil	escelsa	121	5.538	24.922			
BNDES - Banco Santander	escelsa	121	5.538	24.922			
BNDES - RTE	enersul				73	15.373	
Eletrobrás	enersul				385	8.432	56.672
Cédula de Crédito Bancário	enersul				347		46.400
Banco do Brasil FCO	enersul				553	3.280	16.126
BNDES	enersul				177	12.809	31.703
Fundação Enersul	enersul				13	4.066	
Cédula de Crédito Bancário	energest	2.460		48.000			
BNDES	energest	50	4.388	3.292	61	4.380	7.664
BNDES	cesa	65	4.184	10.461	83	4.727	16.547
BNDES	pantanal	59	3.783	9.457	56	3.220	11.271
Eletrobrás	costa rica	58	478	2.088	137	650	2.516
BNDES	enerpeixe	1.776	56.386	343.013	182	46.874	398.434
Banco Itaú	enerpeixe	542	17.199	104.630	55	14.062	119.530
Bradesco	enerpeixe	452	14.333	87.192	46	11.719	99.609
Unibanco	enerpeixe	361	11.466	69.754	36	9.375	79.687
Banco do Brasil	enerpeixe	452	14.333	87.190	46	11.719	99.609
Banco da Amazônia	investco	405	17.169	8.268			
BNDES	investco	83	42.443	144.745	1.219	14.576	49.028
Leasing - Safra S.A.	investco		68	87			
Citibank	pecém	988	96.000				
Cédula de Crédito Bancário	energias	7.700	250.000				
Total		19.186	592.978	1.247.323	6.771	179.895	1.247.862

Resultado dos Swaps					
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento	bandeirante	12.688	11.196	39.600	31.501
JP Morgan	bandeirante	955		4.696	949
Citibank	bandeirante	400		452	452
Banco Santander Brasil S.A.	energest	(5.764)			
Banco Santander Brasil S.A.	cesa	(3.202)			
			63.056		
			5.077		44.748
			74.252		32.902
Total		21.667	848.118	1.355.008	8.223

20.1 - Informações adicionais sobre o serviço da dívida da Energias do Brasil

Cédula de Crédito - Contrato firmado em outubro de 2008, no valor de R\$250.000, junto ao Banco Bradesco S.A. Sobre o valor do empréstimo incidirão juros à taxa de 132% do CDI, capitalizados diariamente e pagáveis trimestralmente entre janeiro e dezembro de 2009, principal vencível em uma única parcela em dezembro de 2009. Esta operação estabelece como garantia o penhor de 13.110.225 ações de sua emissão.

20.2 - Informações adicionais sobre o serviço da dívida da Bandeirante

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento - Contrato de financiamento externo com participação de consórcio de bancos brasileiros, portugueses e espanhóis, firmado em 5 de março de 2004, no montante de US\$100 milhões, liberado durante o exercício de 2004, com carência de 2 anos para início de pagamento do principal e com vencimento final em 15 de agosto, sendo:

- (i) Tranche "A" - US\$38,9 milhões, com principal vencível trimestralmente no período de 15 de maio de 2006 a 15 de fevereiro de 2012, remunerado por juros calculados pela taxa Libor acrescida de 4,375% a.a., vencíveis trimestralmente a partir de 15 de maio de 2004; e
 (ii) Tranche "B" - US\$61,1 milhões, com principal vencível trimestralmente no período de 15 de maio de 2006 a 15 de fevereiro de 2009, remunerado por juros calculados pela taxa Libor acrescida de 4% a.a., vencíveis trimestralmente a partir de 15 de maio de 2004.

Este financiamento é destinado a projetos de investimento, com garantia nos recebíveis da Companhia pelo fornecimento de energia elétrica, com estabelecimento de *covenants* (dívida total em relação à dívida total mais patrimônio líquido, dívida total em relação ao EBITDA e índice de cobertura do serviço da dívida, entre outros não financeiros), integralmente atendidos até o momento, cujo descumprimento poderia resultar, parcial ou integralmente, em até a antecipação do vencimento do contrato. Para este empréstimo foram realizadas operações de *swap* cambial, com característica de *hedge*, junto ao Banco J.P. Morgan S.A., em 15 de março de 2004 e o Banco Citibank S.A., em 13 de novembro de 2003, para troca de encargos originais do financiamento junto ao BID, por remunerações baseadas no intervalo de 98% a 109,7% do CDI e 97,94% a 118,94% do CDI, respectivamente, com vencimento nas mesmas datas do contrato de financiamento.

Eletrobrás**(i) Programa Reluz**

- a) Contrato firmado em 9 de abril de 2007. Recursos liberados no valor de R\$61 e R\$547, em 11 de junho de 2007 e 29 de agosto de 2007, respectivamente. Sobre o saldo devedor corrigido incidirá juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1,5% a.a., ambos vencíveis mensalmente, a partir de 30 de julho de 2007. O saldo devedor será pago em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de maio de 2008 e a última em 30 de abril de 2013. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

- b) Contrato firmado em 12 de dezembro de 2007. Recurso liberado no valor de R\$391, em 18 de junho de 2008. Sobre o saldo devedor incidirá juros de 5% a.a. que será capitalizado até 28 de fevereiro a taxa de 5% a.a. e taxa de administração de 1,5% a.a. pago mensalmente. O saldo devedor será pago em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de março de 2009 e a última em 28 de fevereiro de 2014. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

- c) Contrato firmado em 12 de dezembro de 2007. Recurso liberado no valor de R\$295 em 18 de junho de 2008. Sobre o saldo devedor incidirá juros de 5% a.a. que será capitalizado até 20 de fevereiro de 2009 e taxa de administração de 1,5% a.a. pago mensalmente. O saldo devedor será pago em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de março de 2009 e a última em 28 de fevereiro de 2014. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

(ii) Programa Luz para Todos

- a) Contrato firmado em 28 de maio de 2004. Linha de crédito no valor de R\$11.523, a título de financiamento e R\$1.773, a título de subvenção econômica. Recursos liberados no montante de R\$7.080 a título de financiamento e R\$1.089, a título de subvenção econômica. Sobre o saldo devedor corrigido incidirá juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a., ambos vencíveis mensalmente, a partir de 30 de julho de 2004. O saldo devedor será pago em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de agosto de 2006 e a última em 30 de julho de 2016. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

- b) Contrato firmado em 25 de junho de 2007. Linha de crédito no valor de R\$12.359. Recursos liberados no montante de R\$3.708. Sobre o saldo devedor corrigido incidirá juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a., ambos vencíveis mensalmente, a partir de 30 de outubro de 2007. O saldo devedor será pago em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de outubro de 2009 e a última em 30 de setembro de 2019. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

Cédulas de Crédito Bancário - Contratos firmados em 5 de dezembro de 2006, no valor total de R\$102.000, sendo R\$51.000 firmado junto ao Banco do Brasil S.A. e R\$51.000 junto ao Banco Santander Banespa S.A. Sobre o valor do empréstimo incidem juros à razão de 105% da variação do CDI, capitalizados diariamente. Principal vencível em 5 parcelas anuais sendo a 1ª em 5 de dezembro de 2009 e a última em 5 de dezembro de 2013 e juros semestrais vencíveis a partir de 5 de junho de 2007 a 5 de dezembro de 2013. Esta operação estabelece *covenant* da relação dívida bruta/EBITDA em índice não superior a 3,5, atendido até este momento. As condições contratuais são idênticas para ambas as instituições financeiras.

BNDES contrato nº 88.425/Agente Banco do Brasil - Assinado em dezembro de 2007, destinados à implantação do Programa de Investimentos de maio de 2006 a dezembro de 2007, sendo a 1ª liberação em fevereiro de 2008, no valor de R\$16.146 e a 2ª liberação em maio de 2008, no valor de R\$19.367, com recursos do BNDES (Finem/Finame) através do Banco do Brasil, amortizável em 72 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de julho de 2008 e a última em 15 de junho de 2014, com juros de 3,3% a.a. indexados a TJLP. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 130% do valor da maior prestação de financiamento. Esta operação estabelece *covenant* da relação Dívida Financeira Bruta/EBITDA, em índice não superior a 3,5, atendido até este momento.

BNDES contrato nº 88.425/Agente Banco Santander - Assinado em dezembro de 2007, destinados à implantação do Programa de Investimentos de maio de 2006 a dezembro de 2007, sendo a 1ª liberação em fevereiro de 2008, no valor de R\$16.146 e a 2ª liberação em maio de 2008, no valor de R\$19.367, com recursos do BNDES (Finem/Finame) através do Banco Santander, amortizável em 72 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de julho de 2008 e a última em 15 de junho de 2014, com juros de 3,3% a.a. indexado a TJLP. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 130% do valor da maior prestação de financiamento. Esta operação estabelece *covenant* da relação Dívida Financeira Bruta/EBITDA, em índice não superior a 3,5, atendido até este momento.

Resultado dos swaps

Essas operações financeiras estão valorizadas pelo valor justo, conforme descrito na nota 32.4.

Swap JP Morgan - Operação de *hedge* junto ao Banco JP Morgan com *swap* de variação monetária de Euro, onde a Companhia paga na ponta passiva 73,6% do CDI, e o Banco paga na ponta ativa 100% de variação cambial de Euro, firmado em 15 de março de 2004 no valor de €12.720 mil, com vencimento final em 2 de janeiro de 2009. Em 11 de julho de 2005 esta operação foi repactuada com a diminuição do percentual do CDI para 59,8%.

Operações de hedge junto ao Banco JP Morgan com *swap* de variação monetária de dólar, onde a Companhia paga na ponta passiva 71,6% do CDI, e o Banco paga na ponta ativa 100% de variação cambial de dólar, firmado em 28 de julho de 2004 no valor de US\$586 mil, com vencimento final em 2 de janeiro de 2009.

Swap Citibank - Operações de *hedge* junto ao Banco Citibank com *swap* de variação monetária de dólar, onde a Companhia paga na ponta passiva 79,94% do CDI, e o Banco paga na ponta ativa 100% de variação cambial de dólar, firmado em 13 de novembro de 2003 no valor de US\$ 490 mil, com vencimento final em 29 de janeiro de 2009.

20.3 - Informações adicionais sobre o serviço da dívida da Escelsa

BNDES (Moeda nacional) - Contrato firmado em agosto de 2006, com repasse de recursos através do Banco Alfa, destinado ao programa de investimentos em subestações, transmissão e distribuição de energia elétrica. No exercício de 2006 foram liberados recursos no montante de R\$17.320. Sobre o valor do principal incidirá juros à taxa de 4,8% a.a. + TJLP, exigíveis mensalmente a partir do dia 15 de outubro de 2006, juntamente com as prestações do principal e com vencimento final em 15 de setembro de 2010. A garantia pactuada é parte do faturamento mensal decorrente dos serviços de energia elétrica, no valor correspondente ao mínimo de 130% das prestações do principal e acessórios da dívida.

BNDES contrato nº 88.426/Agente Banco do Brasil - Assinado em dezembro de 2007, empréstimo destinado à implantação do Programa de Investimentos em expansão, modernização e melhoria do desempenho da rede de distribuição de energia elétrica, sendo a 1ª liberação em janeiro de 2008, no valor de R\$27.054 e a 2ª liberação em maio de 2008, no valor de R\$6.106, com recursos do BNDES (Finem/Finame) através do Banco do Brasil, amortizável em 72 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de julho de 2008 e a última em 15 de junho de 2014, com juros de 3,3% a.a. indexado a TJLP. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 130% do valor da maior prestação de financiamento. Esta operação estabelece *c*

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

BASA

- (i) Contrato de financiamento celebrado em 30 de setembro de 1999, amortizado mensalmente em 72 parcelas, entre 10 de novembro de 2003 e 10 de outubro de 2009, no montante total de R\$50.000, com juros de 14% a.a., exigíveis mensalmente, sendo no período de carência exigido apenas o valor correspondente a 50% desses encargos e, os 50% restantes, capitalizados e incorporados ao saldo devedor, para pagamento com as parcelas de amortização do principal. Conforme aditivo firmado em dezembro de 2007, para garantia desse financiamento foram dados máquinas e equipamentos em alienação fiduciária e fiança bancária do Unibanco S.A. no valor de R\$18.937.
- (ii) Contrato de financiamento celebrado em 28 de dezembro de 2000, no montante de R\$44.300, com prazo de amortização de 84 meses, incluídos 36 meses de carência, sendo a primeira parcela do principal exigível em 10 de fevereiro de 2004 e a última em 10 de janeiro de 2011, com juros de 14% a.a., exigíveis mensalmente e, no período de carência, exigido apenas o valor correspondente a 50% desses encargos e, os 50% restantes, capitalizados e incorporados ao saldo devedor, para pagamento com as parcelas de amortização do principal. Conforme aditivo firmado em dezembro de 2007, para garantia desse financiamento foram dados alienação fiduciária de equipamentos da Usina e fiança bancária do Unibanco S.A. no valor de R\$18.937.
- (iii) Contrato de capital de giro firmado em 30 de outubro de 2007, no valor de R\$9.900, com prazo de amortização de 14 meses, incluídos 2 meses de carência. A primeira parcela venceu em janeiro de 2008 e a última parcela tem vencimento em dezembro de 2008. Os encargos financeiros são variação do CDI acrescidos de 1% a.a., exigíveis mensalmente. No período de carência não foi exigido o pagamento de encargos, o qual foi incorporado ao saldo devedor, para pagamento com as parcelas de amortização do principal. Como garantia foi dada carta de fiança do Unibanco S.A.. Liquidado em 1º de dezembro de 2008.
- (iv) Safra Leasing S.A. - Em 10 de março de 2008, foi firmado um contrato de arrendamento mercantil no valor de R\$198. O prazo de amortização desse contrato é de 36 meses, o pagamento da primeira parcela ocorreu em 14 de abril de 2008 e a última parcela tem vencimento previsto para 14 de março de 2011, o bem arrendado pela Companhia foi um microônibus para uso exclusivo dos funcionários da Usina.

20.6 - Informações adicionais sobre o serviço da dívida da Castelo Energética S.A. - CESA e Pantanal Energética Ltda.

BNDES - Contrato firmado em fevereiro de 2002 pela CESA, destinado a implantação das três Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH's, sendo Viçosa e São João no Estado do Espírito Santo e Paraíso no Estado de Mato Grosso do Sul. No exercício de 2002 foram liberados recursos no montante de R\$39.280, em 2004, R\$17.565 e em 2007 R\$5.635. Sobre o valor do principal incidir juro à taxa de 4,5% a.a. acrescido da variação da TJLP, exigíveis mensalmente, juntamente com as prestações do principal com vencimento final em 15 de julho de 2012. As garantias pactuadas são: (i) a vinculação dos recebíveis oriundos das autorizações outorgadas pela ANEEL, sejam por extinção das autorizações, compra e venda de energia elétrica e direito de gerar energia elétrica por suas PCH's; e (ii) do penhor de ações ordinárias nominativas, que compreendem a totalidade da participação da Energest S.A. na Sociedade. No contexto da transferência da concessão da PCH Paraíso da CESA para a Pantanal, os saldos deste financiamento correspondente à PCH Paraíso, bem como as respectivas condições estabelecidas no contrato, foram transferidos para a Pantanal.

Res. 2770 - Contrato de repasse de operação de crédito em moeda estrangeira nº 231010028 firmado em 14 de março de 2008, pela CESA, junto ao Banco Santander S.A. no valor de US\$5.892.404,69, equivalente a R\$10.000, pelo prazo de 335 dias com vencimento final em 12 de fevereiro de 2009, a taxa de 4,81% a.a.. A amortização e os juros serão pagos de uma só vez no vencimento final do contrato. Garantia, aval em nota promissória em moeda estrangeira.

Para este empréstimo foi realizada operação de *swap* cambial, com característica de *hedge*, junto ao Banco Santander S.A., em 14 de março de 2008, para troca de encargos originais do financiamento junto ao mesmo banco pela remuneração de 111,90% do CDI.

20.7 - Informações adicionais sobre o serviço da dívida da Energest

BNDES - Contrato firmado em outubro de 2001, com repasse de recursos através dos Bancos Itaú (líder), Alfa e Sudameris, destinado a investimentos na instalação da 4ª unidade geradora na UHE Mascarenhas. No exercício de 2001 foram liberados recursos no montante de R\$24.102. Sobre o valor do principal incidir juro à taxa de 3,5% a.a. acrescido da variação da TJLP (moeda nacional) e de 3,5% a.a. acrescido da variação da UMBNDES (moeda estrangeira), exigíveis mensalmente, juntamente com as prestações do principal com vencimento final em 15 de outubro de 2010. A garantia pactuada é a vinculação das receitas oriundas da prestação de serviços de energia elétrica, no valor equivalente a no mínimo 1,4 (um inteiro e quatro décimos) vezes o valor da maior prestação devida pela beneficiária. Esta operação estabelece *covenant* da relação EBITDA/dívida financeira líquida, atendido até este momento.

Res. 2770 - Contrato de repasse de operação de crédito em moeda estrangeira nº 231010058 firmado em 14 de março de 2008, junto ao Banco Santander S.A. no valor de US\$10.606.328,44, equivalente a R\$18.000, pelo prazo de 335 dias com vencimento final em 12 de fevereiro de 2009, a taxa de 4,81% a.a.. A amortização e os juros serão pagos de uma só vez no vencimento final do contrato. Garantia, aval em nota promissória em moeda estrangeira.

Para este empréstimo foi realizada operação de *swap* cambial, com característica de *hedge*, junto ao Banco Santander S.A., em 14 de março de 2008, para troca de encargos originais do financiamento junto ao mesmo banco pela remuneração de 111,90% do CDI.

Cédulas de Crédito Bancário - Contrato firmado em fevereiro de 2008, no valor total de R\$48.000, junto ao Banco do Brasil S.A.. Sobre o valor do empréstimo incidirão juros a razão de 106,6% do CDI, capitalizados diariamente. Principal vencível em 5 parcelas anuais sendo a primeira em 20 de fevereiro de 2011 e a última em 20 de fevereiro de 2015 e juros semestrais vencíveis a partir de 20 de agosto de 2008 a 20 de fevereiro de 2015. Esta operação estabelece *covenant* da relação dívida líquida/EBITDA em índice não superior a 3,5.

20.8 - Informações adicionais sobre o serviço da dívida da Costa Rica

Eletrobrás-Financiamento ECF-1.568/97 - Contrato assinado pela Enersul, em 4 de novembro de 1997, no valor de R\$5.375, para financiamento da construção da Usina Hidrelétrica de Costa Rica, com recursos do Fundo de Investimentos da Eletrobrás - FINEL, com juros de 6,5% a.a., com término em 31 de maio de 2014, amortização em 180 parcelas mensais, iguais e sucessivas, com garantia em receita e nota promissória. Contrato repassado para a Costa Rica Energética, através do "Contrato Particular de Promessa de Liberação de Devedor".

20.9 - Informações adicionais sobre o serviço da dívida da controlada em conjunto Porto do Pecém

Capital de Giro - Contrato de financiamento "ponte" para o Projeto de Pecém, firmado em 31 de janeiro de 2008 junto a um sindicato de bancos cujo coordenador é o Banco Citibank em moeda nacional, no montante de R\$192.000, com vencimento em 30 de abril de 2009, com incidência de juros de CDI mais 0,75% a.a. capitalizados diariamente e pagos mensalmente, principal com liquidação em única parcela em 30 de abril de 2009. Em 31 de janeiro de 2008 e 8 de abril de 2008 foram sacados os montantes de R\$24.000 e R\$168.000, respectivamente. Garantia Aval dos acionistas, cada um responsável por 50% do valor total

Capital de Giro - Contrato de financiamento "ponte" para o Projeto de Pecém firmado em 26 de fevereiro de 2008 junto a um sindicato de bancos cujo banco coordenador é o Banco Citibank em moeda estrangeira, no montante de US\$158.000,000 com vencimento em 30 de abril de 2009, com incidência de juros de LIBOR MENSAL mais 0,75% a.a. e pagos mensalmente, principal com liquidação em única parcela em 30 de abril de 2009. Em 4 de março de 2008 e 8 de abril de 2008 foram sacados os montantes de R\$219.682 e R\$31.838, respectivamente. Garantia Aval dos acionistas, cada um responsável por 50% do valor total.

Distribuição do financiamento por banco:

	Nacional	Estrangeira
Instituição financeira		
Banco Espírito Santo	11.520	US\$ 9.480,000
WestLB	11.520	US\$ 9.480,000
Banco Comercial Português	42.240	US\$ 34.760,000
Banco do Brasil	42.240	US\$ 34.760,000
Banco Citibank	42.240	US\$ 34.760,000
ING	42.240	US\$ 34.760,000
Total	192.000	US\$ 158.000,000

Resultado dos swaps

Operação de proteção junto ao Banco Citibank de NDF (Non Deliverable Forwards), firmado em 17 de outubro de 2007, no valor total de US\$406.736,000, com vencimentos entre janeiro de 2009 e outubro de 2012, com a paridade inicial contratada de R\$/US\$1.8138.

Operação de *Swap* junto ao Banco Citibank, contratado em 16 de outubro de 2007, no valor de US\$334.181,000, com início em 2 de abril de 2012 e vencimento final em 1º de outubro de 2024, onde a Companhia paga na ponta passiva variação do US\$ acrescido de 5,82% a.a. e o Banco na ponta ativa paga 100% de LIBOR.

Operação de *Swap* junto ao Banco Citibank, contratado em 16 de outubro de 2007, no valor de US\$334.181,000, com início em 2 de abril de 2012 e vencimento final em 1º de outubro de 2021, onde a Companhia paga na ponta passiva variação do US\$ acrescido de 5,79% a.a. e o Banco na ponta ativa paga 100% de LIBOR.

20.10 - Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos):

Vencimento	Tipo de moeda		
	Nacional	Estrangeira	Total
Circulante			
2009	612.162	257.623	869.785
	612.162	257.623	869.785
Não circulante			
2010	248.145	20.911	269.056
2011	248.032	18.833	266.865
2012	244.558	4.885	249.443
2013	202.790		202.790
2014	166.482		166.482
2015	137.800		137.800
2016	25.833		25.833
Após 2016	36.739		36.739
	1.310.379	44.629	1.355.008
Total	1.922.541	302.252	2.224.793

21 - Benefícios pós-emprego

	Consolidado			
	Passivo circulante		Passivo não circulante	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Bandeirante				
BSPS - Reservas a amortizar	21.003	13.669	63.678	82.774
Programas assistenciais	6.033	3.856		
Escelsa				
Auxílio incentivo à aposentadoria - AIA			3.899	5.868
Assistência médica e seguro de vida	3.835	3.835	40.525	37.444
Energest				
Auxílio incentivo à aposentadoria - AIA				228
Assistência médica e seguro de vida				1.033
	30.871	21.360	108.102	127.347

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, a partir de 1º de janeiro de 2002, as Companhias abertas estão obrigadas a contabilizar passivos oriundos de benefícios pós-emprego, com base nas regras estabelecidas no Pronunciamento NPC nº 26, do IBRACON.

Para atendimento a essa exigência, as controladas que concedem benefícios pós-emprego, quais sejam Bandeirante, Escelsa e Energest, contrataram atuariários independentes para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

As principais premissas utilizadas nas avaliações atuariais dos benefícios foram as seguintes:

Econômicas	2008	2007
Taxa de desconto	10,75% a.a.	10,75% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	entre 11% e 11,50% a.a.	entre 11% e 12,45% a.a.
Crescimentos salariais futuros	5,55% a.a.	5,55% a.a.
Crescimento dos benefícios da previdência social e do plano de benefícios	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Inflação média de longo prazo	10% a.a. em 2008, reduzindo linearmente para 5,5% a.a. até 2018	10% a.a. em 2006, reduzindo linearmente para 5,5% a.a. até 2015
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Fator de capacidade - salários e benefícios	100%	100%
Demográficas		
Tábua de mortalidade	RP 2000 Geracional	RP 2000 Geracional
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disability	RP 2000 Disability
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 1985	TASA 27
Tábua de rotatividade	Nula a partir de 3 anos de filiação ao Plano de Benefícios	Nula a partir de 3 anos de filiação ao Plano de Benefícios

(1) T-1 Service Table, exceto para: a) Enersul - nula; e b) Bandeirante - nula a partir do 3º ano de filiação ao plano de benefícios

21.1 - Bandeirante

A Companhia é patrocinadora da FUNDAÇÃO CESP, entidade multipatrocinada e fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, através do Plano de Benefício Suplementar Salgado - BSPS e do Plano de Benefícios Misto, com as seguintes principais características:

- (i) Plano de Benefício Suplementar Proporcional Salgado - BSPS - Corresponde aos benefícios proporcionais dos empregados, calculados com base no tempo de serviço até março de 1998. O valor de R\$84.681, apurado em 31 de dezembro de 2008, de acordo com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, corresponde à parcela de benefícios excedente aos ativos do plano. O déficit está sendo liquidado financeiramente em 240 meses, contados a partir de setembro de 1997, com base em percentual sobre a folha de salários, podendo ser revisado semestralmente para assegurar a liquidação do saldo no período acima.

Este plano esteve vigente até 31 de março de 1998, possui a característica do tipo Benefício Definido, que concede Benefício Suplementar Proporcional Salgado (BSPS), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano é da Companhia.

- (ii) Planos de Benefícios Misto - BD e CD

• Plano BD - Vigente após 31 de março de 1998 - Plano do tipo Benefício Definido, que concede renda vitalícia reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998, na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e de entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31 de março de 1998) e, portanto, não incluem apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano é paritária entre a Companhia e os participantes.

• Plano CD - Implantado junto com o Plano BD vigente após 31 de março de 1998, é um plano previdenciário que, até a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é que o Plano Previdenciário passa a ser do tipo Benefício Definido e, portanto, passa a poder gerar responsabilidade atuarial à Companhia.

A avaliação atuarial realizada na data base 31 de dezembro de 2008 demonstrou que, nos Planos do tipo Benefício Definido, o valor presente das obrigações atuariais, líquido do valor justo dos ativos, e das perdas atuariais não reconhecidas, apresenta-se deficitário conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2008	31/12/2007
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	(422.199)	(406.171)
Valor justo dos ativos	312.153	291.471
	(110.046)	(114.700)
Valor das perdas atuariais não reconhecidas	25.365	18.257
Déficit	(84.681)	(96.443)

No exercício foi registrado o valor de R\$11.762 a crédito do resultado (R\$1.572 a crédito do resultado em 2007), em contrapartida ao passivo exigível a longo prazo, face a indicação de redução do passivo atuarial.

Apresenta-se a seguir a demonstração do número de participantes do Plano:

	2008	2007
Participantes ativos	948	1.052
Participantes assistidos		
Com benefícios diferidos	149	156
Aposentados e pensionistas	487	425
	636	581
Total	1.584	1.633

Total
Na qualidade de patrocinadora, a Bandeirante contribuiu no exercício com R\$16.648 (R\$16.413 em 2007), visando o saldamento de parcelas do contrato de ajuste de reservas do Plano salgado (BSPS), bem como para o custeio mensal dos atuais planos.

A despesa líquida com os Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões da Bandeirante - PSAP/Bandeirante, a ser reconhecida no resultado de 2009, terá a seguinte composição:

Custo do serviço corrente	983
Custos dos juros	46.591
Rendimentos esperados dos ativos	(34.749)
Contribuições esperadas dos empregados	(2.608)
Total	10.217

21.2 - Escelsa

A Companhia possui as seguintes responsabilidades com benefícios pós-emprego:

- (i) Patrocinadora dos Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões;
(ii) Outros benefícios pós-emprego, compostos por Assistência Médica, Seguro de Vida e Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA.

21.2.1 - Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensão

A Companhia é patrocinadora da EnerPrev desde 19 de setembro de 2008, atual gestora dos planos de previdência até então administrados pela FUNDAÇÃO ESCELSA DE SEGURIDADE SOCIAL - ESCELSOS, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, através de dois planos de benefícios: o Plano de Benefícios I, do tipo Benefício Definido e o Plano de Benefícios II, do tipo Contribuição Definida, convertido em benefício definido quando da conversão em renda vitalícia.

A avaliação atuarial realizada na data base 31 de dezembro de 2008 demonstrou que, para esses planos previdenciários, o valor justo dos ativos supera o valor presente das obrigações atuariais, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2008	31/12/2007
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	(120.453)	(124.413)
Valor justo dos ativos	187.553	219.500
	67.100	95.087
Valor das perdas (ganhos) atuariais não reconhecidas	16.109	(23.928)
Superávit	83.209	71.159

A apresentação de superávits nos planos previdenciários de Benefício Definido, reduzem o risco de eventual passivo atuarial futuro para a Companhia. A Administração da Companhia não registrou esse ativo, por não estar assegurada a efetiva redução das contribuições da Patrocinadora ou que será reembolsado no futuro.

Na qualidade de patrocinadora, a Escelsa contribuiu com uma parcela mensal proporcional à contribuição realizada pelos participantes da EnerPrev, de acordo com o estabelecido em cada plano de benefícios. No exercício, a Escelsa contribuiu com R\$2.966 (R\$2.780 em 2007).

Apresenta-se a seguir a demonstração do número de participantes do plano:

	Plano I	Plano II	Total 2008	Total 2007
Participantes ativos	3	1.073	1.076	1.092
Participantes assistidos - Aposentados e pensionistas	716	191	907	908
Total	719	1.264	1.983	2.000

21.2.2 - Outros benefícios pós-emprego

Ainda no âmbito da avaliação atuarial mencionada na nota 21.2.1, foram mensuradas as seguintes obrigações com outros benefícios pós-emprego:

- Assistência Médica e Seguro de Vida - Cobertura com despesas de assistência médica, odontológica, medicamentos, seguro de vida e, nos casos comprovados, de existência de dependente especial, correspondente a 50% do piso salarial da Companhia;
• Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA - Benefício aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1981, pagável por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, independentemente do motivo de desligamento. O AIA garante um pagamento em forma de pecúlio cujo valor foi calculado considerando, para cada empregado, a proporcionalidade do tempo de contribuição ao INSS até 31 de outubro de 1996, da remuneração e o benefício do INSS em 31 de outubro de 1996.

A avaliação atuarial de 31 de dezembro de 2008, demonstrou que nos planos de Assistência Médica, Seguro de vida e AIA, o valor presente das obrigações atuariais, líquido das perdas não reconhecidas, monta em R\$48.259, registrado no Passivo circulante e Não circulante composto como segue:

	31/12/2008	31/12/2007
Valor presente das obrigações atuariais totalmente descobertas	(57.410)	(64.322)
Valor líquido das perdas atuariais não reconhecidas	9.151	17.175
Total	(48.259)	(47.147)
Circulante	3.835	3.835
Não circulante	44.424	43.312

21.3 - Energest

A Companhia é patrocinadora dos Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensão, geridos pela EnerPrev desde 19 de setembro de 2008, atual gestora dos planos de previdência até então administrados pela FUNDAÇÃO ESCELSA DE SEGURIDADE SOCIAL - ESCELSOS e pela FUNDAÇÃO ENERSUL, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, através de dois planos de benefícios: o Plano de Benefícios I, do tipo Benefício Definido e o Plano de Benefícios II, do tipo Contribuição Definida, convertido em benefício definido quando da conversão em renda vitalícia.

A avaliação atuarial realizada na data base 31 de dezembro de 2008 demonstrou que o valor justo dos ativos supera o valor presente das obrigações atuariais, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2008	31/12/2007
Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas	(241)	(103)
Valor justo dos ativos	369	226
	128	123
Valor das perdas/(ganhos) atuariais não reconhecidos	99	(38)
Superávit	227	85

A apresentação de superávits nos planos previdenciários de Benefício Definido, reduzem o risco de eventual passivo atuarial futuro para a Companhia. A Administração da Companhia não registrou esse ativo, por não estar assegurada a efetiva redução das contribuições da Patrocinadora ou que será reembolsado no futuro.

Na qualidade de Patrocinadora, a Energest contribuiu com uma parcela mensal proporcional à contribuição realizada pelos participantes da EnerPrev, de acordo com o estabelecido em cada plano de benefícios. No exercício, a Energest contribuiu com R\$ 231 (R\$181 em 2007).

21.4 - EnerPrev - Planos de pensão do tipo Contribuição definida

A EnerPrev é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que foi criada no final do exercício de 2006 para administrar de forma centralizada os planos de previdência complementar do Grupo Energias do Brasil. A EnerPrev administra um plano próprio e um privado através do Bradesco Vida e Previdência S.A. de benefícios do tipo Contribuição Definida com 171 participantes, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para as Patrocinadoras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

24 - Provisões para contingências e depósitos vinculados a litígios - Circulante e Não circulante

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As Administrações da Companhia e suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Controladora				
	Passivo		Ativo		
	Saldo em 31/12/2007	Adições	Saldo em 31/12/2008	Depósito Judicial (Nota 12) 31/12/2008	31/12/2007
Trabalhistas					5
Fiscais	42.251	22.145	64.396	2.944	2.546
Outros				2.080	2.080
Total	42.251	22.145	64.396	5.024	4.631
Circulante				2.080	2.080
Não circulante	42.251		64.396	2.944	2.551
Total	42.251		64.396	5.024	4.631

	Consolidado							
	Passivo		Ativo					
	Saldo em 31/12/2007	Adições	Saldo em 31/12/2008	Depósito Judicial (Nota 12) 31/12/2008	31/12/2007			
Trabalhistas	61.730	21.972	(6.036)	(5.914)	(28.773)	42.979	34.096	36.613
Cíveis	77.841	16.349	(2.288)	(9.123)	(24.058)	58.721	10.059	9.880
Fiscais	180.803	29.972		(24)	(46.494)	164.257	81.897	141.436
Outros		141		456	1.996	2.593	8.095	6.257
Total	320.374	68.434	(8.324)	(14.605)	(97.329)	268.550	134.147	194.186
Circulante	1.953					5.255	2.080	2.080
Não circulante	318.421					263.295	132.067	192.106
Total	320.374					268.550	134.147	194.186

24.1 - Trabalhistas

24.1.1 - Bandeirante

Contempla ações ajuizadas correspondentes aos períodos posteriores a 1º de janeiro de 1998, conforme protocolo de cisão parcial da Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A. Subseqüentemente, nos termos do Protocolo de Cisão Parcial da Bandeirante, ocorrida em 1º de outubro de 2001, cada concessionária (Bandeirante e Piratininga) é responsável pelas obrigações correspondentes aos empregados alocados nas respectivas regiões assumidas por cada Companhia, enquanto que as ações corporativas serão assumidas na proporção percentual dos controladores (Bandeirante e Piratininga) determinada no respectivo protocolo de cisão.

Incluem também diversas ações que questionam, entre outros, pagamentos de horas extras, adicionais de periculosidade e reintegração.

O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2008 é de R\$13.390 (R\$11.938 em 2007).

24.1.2 - Escelsa, Energest, CESA, EDP Lajeado e Escelsapar

Diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e reintegração.

O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2008 é de R\$29.589 (R\$49.792 em 2007).

24.2 - Cíveis

24.2.1 - Bandeirante

Refere-se principalmente a pedidos de restituição dos valores pagos a título de majoração tarifária, efetuados pelos consumidores industriais em decorrência da aplicação das Portarias DNAEE nº 38, de 27 de fevereiro de 1986 e nº 45, de 4 de março de 1986 - Plano Cruzado, que vigoraram de março a novembro daquele ano. Os valores originais estão atualizados de acordo com a sistemática praticada no âmbito do Poder Judiciário. O saldo em 31 de dezembro de 2008 é de R\$41.450 (R\$37.116 em 2007).

Incluem também pleitos referentes a danos morais e materiais.

24.2.2 - Enertrade

Ação ajuizada pela Enertrade, questionando a constitucionalidade do pagamento do encargo Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2008 é de R\$3.589 (R\$3.589 em 2007).

24.3 - Fiscais

24.3.1 - Bandeirante

(i) COFINS - A Companhia está questionando judicialmente as alterações na COFINS advindas da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998. Em 1º de julho de 1999, obteve liminar possibilitando o recolhimento desse tributo, até o mês de dezembro de 1999, na forma da legislação anterior, ou seja, 2% sobre o faturamento, com efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 1999. O saldo provisionado referente ao adicional de 1%, em 31 de dezembro de 2008 é de R\$55.915 (R\$53.298 em 31 de dezembro de 2007). Para esta ação a Companhia possui depósito judicial no valor de R\$16.427 (R\$15.468 em 31 de dezembro de 2007).

(ii) Contestação da indebitabilidade da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido na apuração do Imposto de Renda dos exercícios de 2001 e 2002. A provisão em 31 de dezembro de 2008 é de R\$8.764 (R\$8.254 em 31 de dezembro de 2007). Para esta ação a Companhia possui depósito judicial no valor da respectiva provisão.

24.3.2 - Escelsa

(i) Notificações promovidas pelo INSS que exigem o recolhimento de contribuições sobre prestadores de serviços de natureza contínua, equiparados a contratos com vínculo empregatício. O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2008 é de R\$11.434 (R\$10.239 em 2007).

(ii) Questionamento judicial feito pela Companhia sobre a constitucionalidade da aplicação do Seguro de Acidentes do Trabalho - SAT. O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2008 é de R\$8.628 (R\$7.670 em 2007).

(iii) Auto de infração exigindo o pagamento de diferença de CSLL, por não ter adicionado na sua base de cálculo, relativa ao lucro apurado no exercício de 1995 e nos meses de janeiro a abril de 1996, a despesa correspondente aos encargos de depreciação, amortização ou do custo do bem baixado, correspondente à diferença, em 1990, entre o IPC e o Bônus do Tesouro Nacional - BTNF. O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2008 é de R\$8.323 (R\$8.323 em 2007).

24.3.3 - EDP - Energias do Brasil

A Companhia questionou judicialmente a cobrança do PIS e COFINS incidentes sobre receita de Juros sobre Capital Próprio - JCP, referente aos exercícios de 2005, 2006, 2007 e 2008, obtendo liminar suspendendo sua exigibilidade. O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2008, atualizado monetariamente, é de R\$64.396 (R\$42.251 em 2007).

24.4 - Risco de perda possível

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2008	31/12/2007
Trabalhistas	46.411	42.395
Cíveis	101.731	100.451
Fiscais	107.230	119.701
Total	255.372	262.547

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível, destacam-se as seguintes:

24.4.1 - Bandeirante

Dentre as principais causas com risco de perda avaliada como possível, destaca-se a discussão na esfera administrativa sobre créditos de ICMS utilizados pela empresa no período de julho de 2003 a dezembro de 2003, referente a valores de "Anulação/Devolução de Venda de Energia Elétrica" no montante de R\$58.170 e multa sobre escrituração indevida de notas fiscais de aquisição de combustíveis no montante de R\$198. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento.

24.4.2 - Escelsa

• Imposto de renda - A Receita Federal pleiteia a exigência do pagamento de imposto de renda, relativo ao lucro apurado entre dezembro de 1995 e abril de 1996, oriunda de Auto Infração FM 00505, que questiona a metodologia que a Companhia adotou para deduzir da base de cálculo do imposto de renda os valores de encargos de depreciação, amortização ou custo dos bens baixados, relativos ao valor da diferença de correção monetária, no período-base de 1990, entre o IPC e o BTNF. O montante estimado para esse risco é de R\$19.867 (R\$19.223 em 2007);

• INSS - A fiscalização do INSS lavrou notificações de cobrança do tributo previdenciário versando sobre a desconsideração de autônomos e também de outras pessoas jurídicas, argumentando a existência de vínculo empregatício entre esses prestadores de serviços e a Escelsa. Essas notificações importam em R\$13.289 (R\$12.858 em 2007);

• Tributos Municipais - diversas Prefeituras - Pleito de cobrança de ISSQN, no período de janeiro de 1991 a agosto de 1995, supostamente incidente sobre os serviços de emissão de segunda via de conta, reaviso, entre outros. Inclui também a exigência do pagamento sobre o espaço ocupado pelo sistema de posteamento das redes de energia elétrica e iluminação pública. Esses processos totalizam o montante de R\$6.942 (R\$7.269 em 2007); e

• Cíveis - Majoração de tarifa - Ação ordinária processo nº 97.0005229-0, relativo a majoração de tarifa de energia elétrica, autorizadas pelas Portarias DNAEE nºs 38 e 45 de 27 de fevereiro e 4 de março de 1996. Esses processos totalizam o montante de R\$9.854.

24.4.3 - Investco

As ações judiciais de natureza cível referem-se, em sua grande maioria, às indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório da usina ou que pretendem majorar indenizações recebidas por conta do citado enchimento, no montante de R\$66.904 (R\$17.009 em 2007, na participação proporcional de 23,06%).

25 - Patrimônio líquido

25.1 - Capital Social

A composição do capital social em 31 de dezembro de 2008, 30 de setembro de 2008 e 31 de dezembro de 2007 estão demonstradas a seguir:

	31/12/2008		30/09/2008		31/12/2007		Acionista controlador
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação	
Acionista							
Energias de Portugal Investments and Services, Sociedad Limitada (1)(2)	38.234.188	24,08	38.234.188	23,17	38.234.188	23,17	sim
Balwerk - Consult. Econômica e Particip., Soc. Unipessoal Ltda. (1)(2)	24.928.914	15,70	23.545.820	14,27	23.545.820	14,27	sim
EDP - Energias de Portugal, S.A. (1)(2)	39.739.013	25,02	39.739.013	24,08	39.739.013	24,08	sim
Herald Securities INC. (2)			1.383.094	0,84	1.383.094	0,84	sim
Ações em tesouraria (3)(4)(5)	15.780.225	9,94	6.211.400	3,51	861.322	0,52	
Outros (6)	40.122.864	25,26	55.903.089	34,13	61.253.167	37,12	
Total	158.805.204	100	165.016.604	100	165.016.604	100	

(1) acionista com mais de 5% de ações com direito a voto.

(2) Empresa de controle estrangeiro.

(3) O Conselho de Administração aprovou, em 18 de dezembro de 2007, por um período de 365 dias, a compra de 6.211.426 ações da Companhia para permanência em tesouraria e posterior alienação e/ou cancelamento sem redução do capital social. Em reunião realizada em 15 de abril de 2008, o Conselho de Administração aprovou a finalização do programa de aquisição de ações de emissão da própria Companhia, o qual resultou na recompra do total de 6.211.378 ações ordinárias, equivalentes a 99,99% do limite máximo permitido para referida aquisição, pelo custo de R\$156.244, as quais permaneceram em tesouraria até seu cancelamento, junto às 22 ações ordinárias em tesouraria anteriores ao início do referido programa, deliberado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 3 de outubro de 2008.

Conforme a Instrução CVM nº 10/80, alterada pela Instrução CVM nº 268/97, a quantidade de ações em circulação em 15 de abril de 2008, data de encerramento do Programa, era de 62.114.489 ações ordinárias, ou seja, foram deduzidas do total de ações emitidas pela Companhia tão somente aquelas detidas pelo acionista controlador.

Em alinhamento ao conceito de Ações em Circulação definido pelo Regulamento de Listagem do Novo Mercado da Bovespa, a quantidade de ações em circulação em 15 de abril de 2008 era de 55.903.053 ações ordinárias, tendo sido deduzido, do total de ações emitidas pela Companhia, aquelas detidas pelo acionista controlador, administradores e aquelas em tesouraria.

(4) O Conselho de Administração aprovou, em 3 de outubro de 2008, por um período de 365 dias, a compra de 5.590.306 ações da Companhia para permanência em tesouraria e posterior alienação e/ou cancelamento sem redução do capital social, tendo adquirido até 31 de dezembro de 2008 o total de 2.670.000 ações, pelo custo total de R\$60.164.

(5) Pelo exercício do direito de recesso de acionistas da Energias do Brasil, mencionado no item "b" da nota 1.1, a Companhia adquiriu 13.110.225 ações, correspondente ao montante de R\$312.286, cuja liquidação financeira ocorreu em 27 de outubro de 2008, mantidas em tesouraria até esta data.

As ações em tesouraria não têm direitos patrimoniais.

(6) Há 40.122.837 ações em circulação do total de 158.805.204, ou seja, cerca de 25,27% do total de ações.

Há 27 ações em poder dos administradores sendo 17 do Conselho de Administração e 10 dos Diretores.

Desde a Oferta Pública Inicial ocorrida em 13 de julho de 2005 o Conselho Fiscal não foi constituído.

Cálculo da quantidade de ações em circulação:

	31/12/2008		30/09/2008		31/12/2007	
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação
Quantidade de ações controladoras	102.902.115	64,80	102.902.115	62,36	102.902.115	62,36
Quantidade de ações participação recíproca						
Quantidade de ações tesouraria	15.780.225	9,94	6.211.400	3,51	861.322	0,52
Quantidade de ações de conselheiros e diretores	27		27		67	
Total de ações que não estão em circulação	118.682.367		109.113.542		103.763.504	
Total de ações	158.805.204		165.016.604		165.016.604	
Total de ações em circulação	40.122.837	25,26	55.903.062	34,13	61.253.100	37,12

25.2 - Destinação do lucro

A política de dividendos da Companhia, conforme deliberação pela 120ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 5 de março de 2008, estabelece o pagamento de um valor mínimo equivalente a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido ajustado, calculado em conformidade com os artigos 189 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações, podendo ser reduzido quando assim exigido por disposição legal ou regulamentar ou, ainda, quando recomendável em vista da situação financeira e/ou perspectivas futuras da Companhia.

Aos dividendos a serem distribuídos, poderá ser imputado o valor dos Juros sobre Capital Próprio (JCP) pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior.

Lucro líquido apurado no exercício
Ajuste de exercícios anteriores - Lei nº 11.638/07
Lucro líquido ajustado
Constituição da reserva legal - 5%

	31/12/2008	31/12/2007
Lucro líquido apurado no exercício	388.329	446.889
Ajuste de exercícios anteriores - Lei nº 11.638/07	(18.066)	(10.654)
Lucro líquido ajustado	370.263	436.235
Constituição da reserva legal - 5%	(18.513)	(21.811)
	351.750	414.424

Destinação do lucro:

	31/12/2008	31/12/2007
Dividendos	237.271	207.212
Dividendos intermediários - JCP	103.061	119.923
Dividendos complementares	134.210	87.289
Constituição da reserva de retenção de lucros	114.479	207.212
Dividendos por ação - JCP - R\$	0,720580	0,730546
Dividendos por ação - complementar - R\$	0,938365	0,531747

Em 23 de dezembro de 2008, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de Juros sobre Capital Próprio, no valor bruto de R\$103.061, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada, os quais foram contabilizados em Despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas Demonstrações Financeiras, esses juros foram reclassificados para o Patrimônio líquido conforme Deliberação CVM nº 207/96.

No montante de dividendos complementares do exercício de 2008, sobre o valor mínimo estabelecido na política de dividendos da Companhia, foi acrescentado o montante de R\$61.396, correspondente ao efeito da amortização adicional do ágio na anterior controlada Enersul registrada em junho de 2008.

25.3 - Reservas

	31/12/2008	31/12/2007
Reservas de capital		
Ágio na incorporação de sociedade controladora	35.348	35.348
Total	35.348	35.348
Reservas de lucros		
Legal	80.759	62.246
Retenção de lucros	612.540	654.305
Total	693.299	716.551

25.3.1 - Reserva de retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o art. 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos às Assembléias Gerais Ordinárias.

26 - Dividendos - Ativos e Passivos

	Controladora		Consolidado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Bandeirante	184.255	224.046		777
Escelsa	106.644	105.287		52
Enersul				21
Energest	92.748	19.492		
Enertrade	35.514	31.948		
EDP Lajeado	12.402	13.999		
Enerpeixe	13.175	10.471		
Investco	4.317			26.876
Lajeado	27.498			
EDP - Gestão de Produção de Energia S.A.				188
EDP - Energias do Brasil S.A.				636
Acionistas - EDP Energias	223.451	189.821	223.451	189.821
Eletrobrás			53.518	15.809
Silea Participações Ltda.			490	539
Furnas Centrais Elétricas S.A.			8.783	6.981
Total	476.553	405.243	223.451	189.821
			313.118	214.824

27 - Receita operacional líquida

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Consolidado						2007
	Custo do serviço		Despesas operacionais				
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e adminstrat.	Outras	
2008							
Não gerenciáveis							
Energia elétrica comprada para revenda							
Itaipu	437.128					437.128	586.031
Leilão	663.629					663.629	598.309
PROINFA	55.629					55.629	47.061
Contratos bilaterais	9.072					9.072	7.411
Energia de curto prazo - CCEE	156.719					156.719	59.211
Outros supradores	653.422					653.422	484.581
Efeito líquido da CVA	175.171					175.171	99.994
Encargos de uso da rede elétrica							
Encargo de uso e conexão	484.822					484.822	514.292
Encargo de serviços do sistema	94.537					94.537	2.794
Efeito líquido da CVA	(66.557)					(66.557)	21.383
Taxa de fiscalização					13.620	13.620	13.218
Direito de outorga - UBP					8.152	8.152	878
Compensações financeiras					21.222	21.222	17.721
	2.663.572	-	-	-	-	42.994	2.706.566
							2.452.884
Gerenciáveis							
Pessoal, Administradores e Entidade							
de previdência privada	152.697	302	125.958	47	279.004	315.796	
Material	26.724	14.752	5.445	1	46.922	43.107	
Serviços de terceiros	180.969	3.668	17.993	123.919	326.646	353.949	
Depreciação e amortização	269.817		176.829	97	446.646	313.568	
Provisão p/crd,liq,duvidosa/perdas líquidas			76.875	93	76.968	101.060	
Provisões para contingências				20.329	20.329	43.304	
Aluguéis e arrendamentos	8.786		8.061	1	16.848	19.875	
Outras	36.023		1.124	21.934	8.143	67.449	74.608
	-	675.016	18.947	95.992	462.146	28.711	1.280.812
							2.665.267
Total	2.663.572	675.016	18.947	95.992	462.146	71.705	3.987.378
							3.718.151

29 - Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	5.569	11.376	65.202	54.167
PIS e COFINS sobre receitas financeiras			(1.101)	(82)
Varição monetária e acréscimo moratório da energia vendida			101.961	86.420
Atualizações monetárias de ativos regulatórios			20.529	44.292
Variações monetárias moeda nacional		177	1.469	1.613
Variações monetárias moeda estrangeira	1	4	300	6.498
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	4.918	3.393	15.100	11.229
SELIC sobre COFINS (alargamento da base)			2.549	2.415
Descontos obtidos			1.631	3.759
Ajustes a valor presente			(3.641)	1.779
Outras receitas financeiras	16.575	15.623	19.943	30.473
Juros sobre capital próprio	147.804	132.032		
	174.867	162.605	223.942	242.563
Despesas financeiras				
Varição monetária e acréscimo moratório da energia comprada			(63)	(116)
Encargos de dívidas	(16.060)	(2.819)	(321.588)	(307.420)
Variações monetárias moeda nacional			1.668	(5.746)
Variações monetárias moeda estrangeira	(3)	2.950	(27.181)	61.506
Encargos sobre obrigações e contingências fiscais	(13.673)	(12.213)	(21.883)	(10.622)
Operações de swap e hedge			15.302	(102.514)
Atualizações monetárias de passivos regulatórios			5.784	19.927
CPMF	(82)	(1.386)	(1.017)	(34.541)
Marcação a mercado - MTM			(3.564)	2.589
Juros sobre capital próprio	(103.061)	(119.923)	(133.497)	(136.824)
Outras despesas financeiras	(8.686)	(903)	(54.406)	(20.282)
	(141.565)	(146.304)	(544.818)	(534.043)
Total	33.302	16.301	(320.876)	(291.480)

30 - Imposto de renda e contribuição social

	Controladora			
	Imposto de renda		Contribuição social	
	2008	2007	2008	2007
Lucro antes do IRPJ e CSLL	433.152	458.998	433.152	458.998
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(108.288)	(114.750)	(38.984)	(41.310)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes				
Doações	(45)	(135)	(16)	(49)
Despesas indedutíveis	(60)	(39)	(22)	(14)
Gratificações a administradores	112	(579)	40	(209)
Resultados de equivalência patrimonial	151.562	126.387	54.562	45.499
Outras		(580)		(208)
Outros				
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	(43.279)	(10.304)	(15.581)	(3.709)
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior	(7)	-	(74)	-
Despesa de IRPJ e CSLL	(5)	-	(75)	-
	Consolidado		Contribuição Social	
	2008	2007	2008	2007
Lucro antes do IRPJ e CSLL	591.727	506.309	591.727	506.309
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(147.932)	(126.577)	(53.255)	(45.568)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes				
Doações	(2.431)	(1.977)	(884)	(712)
Depreciação	(64)	(40)	(30)	(14)
Perdas indedutíveis	(1.027)	815	(370)	293
Multas indedutíveis	(36)	(76)	(12)	(28)
Despesas Indedutíveis	(409)	36	(148)	13
Gratificações a administradores	(413)	(1.895)	(150)	(683)
Excesso de contribuição - previdência privada	(54)	(236)	(20)	(84)
Provisão para perda - estudos e projetos		(395)		(142)
Provisão para devedores duvidosos	(1.370)	(1.282)	(493)	(461)
Outras	(1.043)	(124)	84	(43)
Outros				
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	(45.120)	(4.354)	(16.244)	(1.159)
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior	(2.199)	13.231	(2.001)	5.096
Ajuste lucro presumido	13.760	12.052	4.538	3.986
Incentivos fiscais	29.752	22.003	615	
Despesa de IRPJ e CSLL	(158.606)	(88.819)	(68.370)	(39.506)

31 - Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	Consolidado
	31/12/2008
Subestações	641.006
Usinas	700.314
Almoxarifados	31.017
Prédios e conteúdos (próprios)	22.212
Prédios e conteúdos (terceiros)	26.698
Responsabilidade civil	55.792
Transportes (materiais)	36.800
Transportes (veículos)	9.100
Acidentes pessoais	192.087

32 - Instrumentos financeiros

Em atendimento à Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008, e Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

32.1 - Considerações gerais

A Companhia e suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pelos órgãos societários da empresa, para aprovação e operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto as contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

A Administração avalia que, com base em ferramentas estatísticas de análise de riscos e nas características das exposições mapeadas e dos instrumentos contratados para mitigação de riscos, em 31 de dezembro de 2008, os resultados das operações de derivativos serão substancialmente compensados por variações correspondentes nos itens protegidos (*hedged item*). Desta forma, a Administração entende que as operações de instrumentos derivativos contratadas não expõem a Companhia e suas controladas a riscos significativos que possam gerar prejuízos materiais oriundos de variação cambial, juros ou quaisquer outras formas de variação.

Os efeitos da adoção inicial da Deliberação nº 566, de 17 de dezembro de 2008, encontram-se apresentados na nota 3.1.

32.2 - Riscos operacionais

32.2.1 - Risco de crédito

O instrumento financeiro capaz de expor ao risco de crédito, principalmente, às controladas Bandeirante e Escelsa, é representado por contas a receber de consumidores que, no entanto, é atenuado pela venda a uma base de clientes pulverizada e pela possibilidade de corte no fornecimento de energia elétrica dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificação dependendo de decisão de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado vigentes de junho de 2001 a fevereiro de 2002, quando da vigência do Programa de racionamento de energia elétrica.

32.2.2 - Risco de vencimento antecipado

Certas controladas possuem, conforme descrito nas notas 19 e 20, debêntures e contratos de empréstimo e financiamento com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros) e de outras condições. O descumprimento dessas restrições poderá implicar em vencimento antecipado das dívidas.

32.2.3 - Risco de escassez de energia elétrica

A matriz energética brasileira é predominantemente hídrica e um período prolongado de escassez de chuva reduziria o volume de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas, podendo ocasionar em redução de receitas por indisponibilidade de energia elétrica, em aumento no custo de aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação nos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termoeletricas. Numa situação extrema, como ocorrido no Brasil no ano de 2001, poderia vir a ser adotado programa de racionamento que implicaria em redução de receita.

32.3 - Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Numerário disponível, Aplicações financeiras e Cauções e depósitos vinculados - estão apresentados ao seu valor contábil que equivale ao seu valor de mercado.

Ativos e passivos regulatórios - estão apresentados ao seu custo amortizável que equivale ao seu valor recuperável.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional junto ao BNDES e ELETROBRAS - são classificados como passivos financeiros não mensurados a valor de mercado e estão contabilizados pelo custo amortizado, e correspondem a empréstimos com finalidades específicas para financiamento de investimentos em distribuição e geração de energia elétrica, indexados a TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo e taxas pré-fixadas.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional junto ao Banco do Brasil, Santander e Bradesco - são classificados como passivos financeiros e estão contabilizados pelo custo amortizado. O valor de mercado é apurado calculando os fluxos futuros da operação através das curvas de juros da BM&F e trazendo esses fluxos a valor presente, utilizando-se a taxa DI futura também da BM&F.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira junto ao BID - são classificados como passivos financeiros e estão mensurados inicialmente, na data da transação, pela taxa cambial da moeda funcional e convertidos a taxa de fechamento no balanço patrimonial, e os efeitos cambiais são registrados no Resultado financeiro.

Debêntures em moeda nacional - estão contabilizados pelo custo amortizado e são classificados como passivos financeiros não mensurados a valor de mercado, por se tratarem de emissões de dívida no mercado de capitais com definição na Escritura particular de emissão de debêntures em cláusula específica de Vencimento Antecipado que caso ocorra o evento, será feito pelo seu valor nominal unitário não amortizado, acrescido de remuneração devida até a data do efetivo pagamento calculada *pro rata temporis*.

Instrumentos financeiros derivativos - são operações que tem por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira sem caráter especulativo e estão contabilizados ao valor de mercado (*fair value hedge*). O valor de mercado é apurado calculando os fluxos futuros (ativo e passivo) da operação através das curvas de juros da BM&F e trazendo esses fluxos a valor presente, utilizando-se a taxa DI futura da BM&F.

	Controladora			
	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Disponibilidades	79.443	92.913	79.443	92.913
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional - Bradesco			257.700	

	Consolidado			
	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Disponibilidades	551.513	689.154	551.513	689.154
Ativos e passivos regulatórios	155.454	149.389	155.454	149.389
Consumidores e concessionárias	779.301	904.269	779.301	904.269
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional - BNDES e ELETROBRAS	1.049.410	1.305.634	1.405.821	1.242.851
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional - Banco do Brasil, Santander e Bradesco	386.388	132.981	453.666	191.677
Debêntures em moeda nacional	852.691	1.124.739	872.684	1.144.595
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	267.858	90.615	285.977	122.217
Instrumentos financeiros derivativos				
- Ativo em US\$	430.049	101.580	430.049	101.579
- Ativo em EUR	691	7.008	691	7.008
- Passivo em US\$	366.739	175.033	366.739	175.032
- Passivo em EUR	945	11.205	945	11.205

32.4 - Análises de sensibilidade

Nos quadros a seguir foram considerados cenários de taxas e moedas estrangeiras, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia e das suas controladas, com as exposições aplicáveis de flutuação no câmbio de moedas estrangeiras, de taxas de juros e outros indexadores, até as datas de vencimento dessas transações, com cenário provável o adotado pelas Companhias, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de deterioração, respectivamente, e cenários IV e V com 25% e 50% de apreciação, respectivamente.

	Controladora			
	31/12/2008		31/12/2007	
	Risco	Provável	Cenário II	Cenário III
Instrumentos financeiros				
Ativo financeiro				
Aplicações financeiras	CDI	3.033	3.742	4.434
Passivo financeiro				
Cédula de Crédito Bancário	CDI	39.971	49.458	58.760
Referência para ativos financeiros				
CDI %		12,80%	16,00%	19,20%
Referência para passivos financeiros				
CDI %		12,80%	16,00%	19,20%

	Controladora			
	31/12/2008		31/12/2007	
	Risco	Provável	Cenário IV	Cenário V
Instrumentos financeiros				
Ativo financeiro				
Aplicações financeiras	CDI	3.033	2.306	1.559
Passivo financeiro				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Descrição	Controlada	Contraparte	Início	Vencimento	Posição	Consolidado		Nocional R\$		Valor Justo		Efeitos no Resultado	
						Nocional US\$	Nocional R\$	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Swap													
Ativo	Energest S.A.	Banco Santander S.A.	14/03/2008	12/02/2009	US\$ + 4,81% a.a.	10.606				25.825		7.825	
Passivo					111,90% do CDI			25.754		20.062		2.062	
										5.763		5.763	
Ativo	Castelo Energética S.A.	Banco Santander S.A.	14/03/2008	12/02/2009	US\$ + 4,81% a.a.	5.892				14.348		4.348	
Passivo					111,90% do CDI			14.308		11.146		1.146	
										3.202		3.202	
Ativo	Bandeirante Energia S.A.	Banco Citibank	19/03/2004	13/02/2009	Libor + 4,00 % a.a.	2.038	18.330		7.221	4.829	18.685	2.061	(4.397)
Passivo					97,94% do CDI			35.351		7.219	35.310	2.393	6.418
										(2.390)	(16.625)	(332)	(10.815)
Ativo	Bandeirante Energia S.A.	Banco Citibank	19/03/2004	13/02/2009	Libor + 4,375 % a.a.	8.429	13.615		30.052	19.756	21.208	4.768	(3.794)
Passivo					104,69% do CDI					30.245	38.795	4.085	6.937
										(10.489)	(17.587)	683	(10.731)
Ativo	Bandeirante Energia S.A.	Banco Citibank	14/12/2004	14/02/2012	Libor + 4,00 % a.a.	764	6.874		2.466	1.811	7.959	(163)	(681)
Passivo					118,94% do CDI					2.473	13.531	(448)	3.503
										(662)	(5.572)	285	(4.184)
Ativo	Bandeirante Energia S.A.	Banco Citibank	14/12/2004	14/02/2012	Libor + 4,375 % a.a.	3.161	5.106		10.148	7.433	7.009	2.755	(2.369)
Passivo					118,94% do CDI					10.426	12.255	2.645	692
										(2.993)	(5.246)	110	(3.061)
Ativo	Bandeirante Energia S.A.	Banco JP Morgan	05/04/2006	13/02/2009	Libor + 4,00 % a.a.	1.273	11.456		4.251	3.012	11.647	1.339	(2.777)
Passivo					106,30% do CDI					4.256	20.493	1.395	3.168
										(1.244)	(8.846)	(56)	(5.945)
Ativo	Bandeirante Energia S.A.	Banco JP Morgan	05/04/2006	13/02/2009	Libor + 4,375 % a.a.	5.268	8.510		16.124	12.581	13.274	3.192	(2.396)
Passivo					109,70% do CDI					16.393	20.639	2.122	2.361
										(3.812)	(7.365)	1.070	(4.757)
Ativo	Bandeirante Energia S.A.	Banco JP Morgan	05/04/2006	14/02/2012	Libor + 4,00 % a.a.	4.215	6.808		11.528	10.065	10.619	2.554	(1.917)
Passivo					109,50% do CDI					11.715	14.856	1.522	1.800
										(1.650)	(4.237)	1.032	(3.717)
Ativo	Bandeirante Energia S.A.	Banco JP Morgan	05/04/2006	14/02/2012	Libor + 4,375 % a.a.	1.019	9.165		3.057	2.411	9.317	1.072	(2.221)
Passivo					98,00% do CDI					3.056	14.899	1.009	2.322
										(645)	(5.582)	63	(4.543)
Ativo	Bandeirante Energia S.A.	Banco JP Morgan	28/07/2004	02/01/2009	US\$	293	586		1.386	684	1.014	190	(1.288)
Passivo					71,60% do CDI					1.386	2.509	18	(2.049)
										(702)	(1.495)	172	761
Ativo	Bandeirante Energia S.A.	Banco JP Morgan	11/07/2005	02/01/2009	EURO	212	2.756		945	691	7.008	341	(7.320)
Passivo					59,80% do CDI					945	11.206	644	(8.471)
										(254)	(4.198)	(303)	1.151
Ativo	Bandeirante Energia S.A.	Banco Citibank	11/02/2005	28/01/2009	US\$	245	490		971	571	847	157	414
Passivo					79,94% do CDI					969	1.746	108	862
										(398)	(899)	49	(448)
Ativo	Porto do Pecém	Banco Citibank	02/04/2012	01/10/2024	US\$ + Libor	167.091			(430.740)	236.868			
Passivo					US\$ + 5,79% a.a.					205.174			
										31.694			
Ativo	Porto do Pecém	Banco Citibank	02/04/2012	01/10/2021	US\$ + Libor	167.091			367.684	193.873			
Passivo					US\$ + 5,82% a.a.					162.510			
										31.363			
NDF													
Comprada	Porto do Pecém	Banco Citibank	17/10/2007	16/11/2011	US\$	203.368			68.179	394.496			
Vendida					R\$					326.318			
										68.179			

A estimativa do valor justo dos instrumentos financeiros de derivativos foi elaborada com base em modelos de fluxos futuros descontados a valor presente, comparação com transações semelhantes contratadas em datas próximas ao encerramento dos períodos, bem como comparações com parâmetros médios de mercado das operações através das curvas de juros da BM&F Bovespa, utilizando-se a taxa DI futura da BM&F Bovespa.

Não houve no exercício mudança na qualificação dos instrumentos financeiros derivativos.

Demonstração dos vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos:

Vencimento	Swap líquido
2009	(10.002)
2012	(6.251)
Após 2012	63.056
Receber/(pagar)	46.783

32.6 - Risco de taxa de câmbio e taxa de juros

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional captados pelas empresas do Grupo, apresentados na nota 20, são compostos de financiamentos junto à Eletrobrás e BNDES.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por esses Agentes, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios das empresas do grupo e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos internos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

Para as transações financeiras em moeda estrangeira, o risco decorre da possibilidade de incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivos denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira por algumas controladas está coberta por operações financeiras de hedge, o que permitiu trocar os riscos originais da transação para o custo relativo a variação ao CDI. Adicionalmente as controladas distribuidoras estão expostas, em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege as controladas distribuidoras de eventuais perdas. As referidas operações são registradas de acordo com regime de competência e conforme as condições do instrumento contratado.

33 - Subvenções e assistência governamental

Conforme descrito na nota 3.2.n, a controlada Enerpeixe obteve junto a Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA, em 20 de dezembro de 2006, o direito à redução de 75% da alíquota do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, por um período de 10 anos a partir do exercício fiscal de 2007.

Esse incentivo fiscal é reconhecido diretamente no demonstrativo de resultado do exercício, e o valor do imposto de renda é apresentado de forma líquida, isto é, o valor total menos o incentivo auferido, no valor de R\$23.055 em 2008 (R\$18.546 em 2007). A controlada Enerpeixe cumpre todas as exigências para a obtenção desse tipo de incentivo.

34 - Demonstração dos fluxos de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são constituídos por depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, apresentados na nota 5.

Durante o exercício, a Companhia adquiriu, como descrito nas notas 1.1 e 1.3, as controladas Tocantins Energia, Lajeado Energia, Investco e Porto do Pecém. Os saldos de caixa adquiridos e alienados são apresentados a seguir:

	2008
Saldo de caixa incorporado da:	
Lajeado Energia	37.781
Investco	28.289
Porto do Pecem	26.339
Tocantins Energia	1.180
Ipueiras	1
Total	93.590
Saldo de caixa alienado de:	
Energul	(105.698)
Caixa líquido adquirido ou (alienado)	(12.108)

A Companhia e suas controladas tem suas atividades segregadas em 3 segmentos de negócios. Seguem abaixo os fluxos de caixa gerados por estes segmentos:

	Consolidado				
	Distribuição	Geração	Outras	Eliminação	Total
Fluxos de caixa de:					
Atividades operacionais	990.637	498.147	22.508		1.511.292
Atividades de investimento	(551.924)	(151.067)	54.327	(700.082)	(1.348.746)
Atividades de financiamento	(610.256)	(338.725)	(51.288)	700.082	(300.187)
Total	(171.543)	8.355	25.547	-	(137.641)
Fluxos de caixa de:					
Atividades operacionais	1.227.738	319.200	92.121	(60.800)	1.578.259
Atividades de investimento	(447.494)	(100.545)	88.116	(141.310)	(601.233)
Atividades de financiamento	(628.346)	(151.212)	(306.747)	202.110	(884.195)
Total	151.898	67.443	(126.510)	-	92.831

Conforme descrito nas notas 1.1 e 1.3, a Companhia realizou permutas de ativos de investimentos, sem torna.

35 - Evento subsequente

Em 16 de fevereiro de 2009, a EDP Renováveis Brasil S.A., detida em 45% pela Companhia, concluiu a aquisição da CENAEEL - Central Nacional da Energia Eólica S.A., por R\$38.331, detentora dos parques eólicos de Água Doce e Horizonte, localizados no Estado de Santa Catarina, com capacidade instalada de 13,8 MW (23 aerogeradores com 600 kW cada), bem como a possibilidade de expansão dessa capacidade em mais 70 MW.

Este projeto eólico representa o primeiro investimento privado no setor eólico do Brasil. Teve o início em 2004 com a instalação do parque eólico de Horizonte (4,8 MW), cuja remuneração está associada a um contrato de compra e venda de energia elétrica com a Celesc e, em 2006, instalou o parque de Água Doce (9,0 MW), cuja remuneração está associada ao programa PROINFA. Em 2008 a CENAEEL gerou 31 GWh, o que representa um volume de vendas de R\$8.081.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ANTÔNIO LUIS GUERRA NUNES MEXIA
Presidente

ANTÔNIO MANUEL BARRETO PITA DE ABREU
Vice-Presidente

Conselheiros

NUNO MARIA PESTANA DE ALMEIDA ALVES

ANA MARIA MACHADO FERNANDES

FRANCISCO ROBERTO ANDRÉ GROS

PEDRO SAMPAIO MALAN

MODESTO SOUZA BARROS CARVALHOSA

FRANCISCO CARLOS COUTINHO PITELLA

DIRETORIA

ANTÔNIO MANUEL BARRETO PITA DE ABREU
Diretor Presidente

MIGUEL DIAS AMARO
Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES
Diretor Vice-Presidente de Geração

SÉRGIO LUIZ DA SILVA RIBEIRO
Superintendente - Consolidação Contábil
CRC 1RJ-078679/O-7" S" SP

JOÃO JOSÉ GOMES DE AGUIAR
Diretor Vice-Presidente de Distribuição

MIGUEL NUNO SIMÕES NUNES FERREIRA SETAS
Diretor Vice-Presidente de Comercialização

MIGUEL DIAS AMARO
Diretor Vice-Presidente de Controle de Gestão

RONALDO MASATOSHI NISHIMURA
Gerente de Contabilidade

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da EDP - Energias do Brasil S.A.
São Paulo - SP

- Examinamos o balanço patrimonial da EDP - Energias do Brasil S.A. ("Companhia") e o balanço patrimonial consolidado dessa Companhia e suas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
- Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e suas controladas; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EDP - Energias do Brasil S.A. e a posição patrimonial e financeira consolidada dessa Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007 apresentadas para fins de comparação foram por nós auditadas e sobre elas emitimos nossa opinião sem ressalvas, datado de 25 de fevereiro de 2008, baseado em nossos exames e no parecer de outros auditores independentes no tocante aos valores do investimento e resultado de equivalência patrimonial na Investco S.A.

- Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2007. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, acima referidas, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008, estão sendo reapresentadas nas mesmas bases adotadas para o ano de 2008, para reconhecer os efeitos destas alterações, conforme previsto na Deliberação CVM nº 506/06 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros. Adicionalmente, de acordo com a Lei nº 11.638/07 a demonstração das origens e aplicações de recursos, apresentada nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2007, foi substituída pela demonstração dos fluxos de caixa.
- Conforme mencionado na nota explicativa nº. 4.2, em decorrência das revisões tarifárias periódicas das controladas Escelsa e Bandeirante previstas nos contratos de concessão, a ANEEL homologou, em caráter provisório, o reposicionamento tarifário da Escelsa em -6,92% e da Bandeirante em -8,80%, a ser aplicado para o período iniciado em 8 de agosto de 2007 e 23 de outubro de 2007, respectivamente. Adicionalmente, em decorrência do reajuste tarifário anual de 2008, também previsto no contrato de concessão, ocorrido em 5 de agosto de 2008 na controlada Escelsa e 21 de outubro de 2008 na controlada Bandeirante, a ANEEL passou o reposicionamento tarifário anteriormente definido para a Escelsa de -6,92% para -4,90%, e para a Bandeirante de -8,80% para -9,02%, ambos em caráter provisório. Os efeitos decorrentes da revisão tarifária definitiva, se houver, serão refletidos na posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas em períodos subsequentes.

20 de fevereiro de 2009



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2